



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA -
PARFOR



**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE LICENCIATURA EM
LETRAS LIBRAS**

TERESINA- 2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS



PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Libras (1ª Licenciatura) da Universidade Federal do Piauí do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, nos municípios de Teresina – Piauí, a ser implementado junto ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor no segundo semestre de 2022 e primeiro semestre de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (PROPLAN)

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO (PRAD)

Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO (PROPESQI)

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO (PRPG)

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA (PREXC)

Profa. Dra. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS (PRAEC)

Profa. Dra. Mônica Arrivabene

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (PREG)

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO

Profa. Ma. Maria Rosália Ribeiro Brandim

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO CURRICULAR

Prof. Me. Francisco Neuton Freitas

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Prof. Dr. Leomá Albuquerque Matos

COORDENADORA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COMPLEMENTAR

Profa. Dra. Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva

COORDENADOR DE SELEÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS

Prof. Me. Maycon Silva Santos

ASSISTENTE DA PRÓ-REITORA

Danielle Maria de Brito Aragão

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA - PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DO PARFOR

Profa. Dra. Maria da Glória Duarte Ferro

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS
PARFOR

Profa. Dra. Maraisa Lopes

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Profa. Dra. Maria da Glória Duarte Ferro

Profa. Dra. Maraisa Lopes

Profa. Ma. Ádila Silva Araújo Marques

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Letras Libras (Língua Brasileira de Sinais).

CÓDIGO DO CURSO (INEP): 1270583

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução CEPEX/UFPI Nº 212

Publicação: 11.12.2012

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC Nº855

Publicação: 30.11.2018

TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO: Licenciado em Letras Libras

TÍTULO ACADÊMICO FEMININO: Licenciada em Letras Libras

MODALIDADE: Ensino Presencial

ÁREA DE FORMAÇÃO: Docência - Anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínima: 4 anos

Máxima: 5 anos

ACESSO AO CURSO: Cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: Créditos (Disciplinas ofertados semestralmente no período de férias dos professores cursistas (janeiro/fevereiro e julho).

TURNOS DE OFERTA: Integral

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: 55 vagas por turma e semestre, conforme cadastro na Plataforma Capes de Educação Básica e de acordo com Edital específico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

OFERTA DO CURSO:

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S) (integral)	VAGAS
1º SEMESTRE	Integral	55
2º SEMESTRE	Integral	55

ESTRUTURA CURRICULAR:

Ano/período de implantação:	Carga horária por período letivo		
	Mínima	Média	Máxima
2022/2º semestre	180h/ 12c	315h/21c	375h/ 25c

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.055h	137
Disciplinas Optativas	120h	08
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120h	08
Estágio Supervisionado Obrigatório	405h	27
Atividades Curriculares de Extensão	330h	22
Atividades Complementares	200h	--
Carga Horária Total	3. 230h	

LISTA DE SIGLAS

ACE	–	Atividades Curriculares de Extensão
AC	–	Atividades Complementares
AC*	–	Auxílio Creche
AEE		Atendimento Educacional Especializado
ANFOPE	–	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
AUDIN	–	Auditoria Interna
AR	–	Auxílio Residência
BAE	–	Bolsa de Apoio Estudantil
BCCB	–	Biblioteca Comunitária Carlos Castelo Branco
BNCC	–	Base Nacional Curricular Comum
CA	–	Centro Acadêmico de Letras
CACOM	–	Coordenadoria de Assistência Comunitária
CAD	–	Conselho de Administração
CAE	–	Coordenadoria de Avaliação e Estatística
CAFS	–	Campus Amílcar Ferreira Sobral
CAMEN	–	Câmara de Ensino
CAPES	–	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CCA	–	Centro de Ciências Agrárias
CCE	–	Centro de Ciências da Educação
CCHL	–	Centro de Ciências Humanas e Letras
CCN	–	Centro de Ciências da Natureza
CCS	–	Centro de Ciências da Saúde
CDAC	–	Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular
CEAD	–	Centro de Educação a Distância
CEO	–	Coordenação de Estágio Obrigatório
CEPEX/UFPI	–	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI
CES	–	Câmara de Educação Superior
CFRs	–	Casas Familiares Rurais
CNE	–	Conselho Nacional de Educação
CNPq	–	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CMPP	–	Campus Ministro Petrônio Portella
CONSUN	–	Conselho Universitário
CPCE	–	Campus Professora Cinobelina Elvas

CPF	–	Cadastro de Pessoa Física
CT	–	Centro de Tecnologia
CTec	–	Colégio Técnico
DCN	–	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEFE	–	Departamento de Fundamentos da Educação
DINTER	–	Doutorado Interinstitucional
DMTE	–	Departamento de Métodos e Técnicas
DOU	–	Diário Oficial da União
EFAs	–	Escolas Famílias Agrícolas
ENADE	–	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	–	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	–	Educação Profissional e Tecnológica
e-TEC	–	Cursos técnicos a distância
FORLIC	–	Fórum de Licenciaturas – UFPI
FUFPI	–	Fundação Universidade Federal do Piauí
HU	–	Hospital Universitário
HVU	–	Hospital Veterinário Universitário
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
IGC	–	Índice Geral de Cursos
IES	–	Instituição de Ensino Superior
INEP	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITA	–	Isenção da Taxa de Alimentação
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	–	Língua Brasileira de Sinais
MEC	–	Ministério da Educação
MINTER	–	Mestrado Interinstitucional
NDE	–	Núcleo Docente Estruturante
PARFOR	–	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCC	–	Prática como Componente Curricular
PDE	–	Programa de Desenvolvimento da Educação
PDI	–	Programa de Desenvolvimento Institucional
PNE	–	Programa Nacional de Educação
PPC	–	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	–	Projeto Pedagógico Institucional
PTI	–	Projeto de Trabalho Interdisciplinar
PRAEC	–	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

PREG	–	Pró-reitoria de Ensino de Graduação
PREXC	–	Pró-reitoria de Extensão e Cultura
PROCAD	–	Programas de Cooperação Acadêmica
PRONATEC	–	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPESQI	–	Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação
PROPLAN	–	Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento
REU	–	Residência Universitária
REUNI	–	Programa de Apoio ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIGAA	–	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAES	–	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIMPARFOR	–	Seminário Interdisciplinar do Parfor
SISU	–	Sistema de Seleção Unificada
STI	–	Superintendência de Tecnologia da Informação
TCC	–	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	–	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAPI	–	Universidade Aberta do Piauí
UFDPAr	–	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFPI	–	Universidade Federal do Piauí
UNEFAB	–	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Justificativa	17
1.2 Contexto regional e local	21
1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso de Letras Libras	26
<i>1.3.1 Breve histórico e estrutura organizacional da UFPI</i>	26
<i>1.3.2 Breve histórico do curso de Letras Libras</i>	43
2. CONCEPÇÃO DO CURSO	50
2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso	51
2.2 Objetivos do curso	64
2.3 Perfil do egresso	65
2.4 Competências e Habilidades	67
2.5 Perfil do corpo docente	76
3. PROPOSTA CURRICULAR	78
3.1 Estrutura e organização curricular	79
<i>3.1.1 Prática como componente curricular</i>	90
3.2 Fluxograma do Curso de Licenciatura em Letras Libras Parfor/UFPI	96
3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão de curso	97
<i>3.3.1 Estágio Supervisionado Obrigatório</i>	101
<i>3.3.2 Atividades Complementares</i>	106
<i>3.3.3 Atividades Curriculares de Extensão</i>	107
<i>3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC</i>	109
3.4 Metodologia	113
<i>3.4.1 Materiais específicos</i>	113
<i>3.4.2 Previsão de atendimento a estudantes com necessidades especiais</i>	115
4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	115
4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão	115
4.2 Apoio ao discente	118
5. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	119
5.1 Da aprendizagem	119
5.2 Do Projeto Pedagógico do Curso	122
6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)	124
6.1 Disciplinas obrigatórias	124
6.2 Disciplinas optativas	163
7. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	181
7.1 Infraestrutura física e acadêmica	181
7.2 Biblioteca	182
8. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	183
8.1 Equivalência entre projetos pedagógicos	183
8.2 Cláusula de vigência	183
REFERÊNCIAS	184

APRESENTAÇÃO

Considerando os novos desafios apresentados à Educação Superior, especialmente, no que toca à formação de professores em efetivo exercício na sala de aula, em face das intensas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que têm ocorrido na sociedade contemporânea, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) propõe a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Letras Libras, a ser implementado a partir do segundo semestre de 2022, no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), em consonância com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, definidas pela Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019.

O PPC de Letras Libras do Parfor foi elaborado e aprovado em 2016, quando da implantação das primeiras turmas nos municípios de Esperantina, Floriano, Parnaíba, Picos e Teresina, em consonância com a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1363/2001 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica e, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, e a CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que estabelece a duração de carga horária dos cursos de licenciatura plena, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece a garantia de acessibilidade à pessoa com deficiência nos diferentes espaços da sociedade, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras), Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005, que cria os cursos de Licenciatura em Letras Libras, a legislação específica que regulamenta o Programa, notadamente, o Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e a Portaria Normativa MEC n. 9, de 30 de Junho de 2009, que institui o Parfor,

O seu processo de elaboração envolveu a equipe da coordenação institucional do Programa e seguiu as orientações emanadas da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG),

por meio da Coordenação de Currículo¹, e da Coordenadoria de Avaliação e Estatística (CAE) da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), e está alinhado ao currículo do curso de Letras Libras da UFPI destinado à demanda social (curso “extensivo”)² no tocante à estrutura curricular, resguardadas as especificidades metodológicas em virtude da clientela específica do Parfor: professores no exercício da docência na rede pública de Educação Básica.

Assim, é possível afirmar que, de modo geral, o PPC de Letras Libras do Parfor é resultante do processo de discussão desenvolvido no âmbito do Fórum das Licenciaturas (FORLIC), presidido pela PREG, cuja composição reúne os coordenadores dos cursos de licenciatura da UFPI e, de modo particular, no debate empreendido no Núcleo Docente Estruturante (NDE) no Colegiado do Curso de Letras Libras (CCLL) e no Centro Acadêmico (CA) de Letras

O processo de reformulação do currículo do curso de Letras Libras do Parfor iniciou em 2020, em diálogo com a PREG e a Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC), com a interlocução da Coordenadoria da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação da região Nordeste (ANFOPE-Nordeste), e visa atender os princípios, fundamentos, procedimentos e a dinâmica formativa a serem considerados nos programas e cursos de formação de professores da Educação Básica estabelecidos pela Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) para a formação inicial e continuada em nível superior.

Esta reformulação curricular também apresenta itinerários formativos diferenciados, com aproveitamento dos tempos e espaços nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas, tendo, portanto, a escola onde o professor trabalha como espaço privilegiado de formação e de pesquisa, em virtude da especificidade do público-alvo do Parfor, efetivando o compromisso com diversas linguagens, tecnologias, projetos interdisciplinares, metodologias

¹ Atualmente, Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC).

² Havia um entendimento no âmbito desses setores de que os cursos do Parfor devem manter a mesma estrutura curricular dos cursos extensivos correspondentes, levando em conta, por exemplo, a viabilidade de mobilidade estudantil interna e o desempenho satisfatório dos cursistas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que é pautado no currículo dos cursos abertos à demanda social.

inovadoras e estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem (BRASIL, 2019; 2021).

Nessa direção, este PPC apresenta um currículo atualizado, no qual conhecimentos (científicos, educacionais e pedagógicos), temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania e conteúdos específicos de formação de professores que constituem a matriz curricular do curso foram articulados de modo que os percursos formativos favoreçam o desenvolvimento, pelo cursista, dos saberes necessários ao desenvolvimento de uma prática docente comprometida com as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à educação integral, em conformidade com o que preceituam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação (PNE).

O novo PPC do curso de Letras Libras do Parfor está em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica e os princípios fundantes das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica. e objetiva garantir aos professores no exercício da docência na rede pública de Educação Básica formação ampla e cidadã por meio de um projeto formativo com sólida base teórica e fundamentado em princípios norteadores da interdisciplinaridade, de modo a provocar mudanças significativas na prática pedagógica dos cursistas, e ainda com a Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que versa sobre a necessidade de formação inicial e continuada de professores de Libras, Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispondo sobre a modalidade de educação bilíngue para surdos.

Este PPC fundamenta-se nas orientações provenientes da PREG, por meio da CDAC e da CAE/PROPLAN e a sua organização didático-pedagógica, atendendo às disposições da Resolução CEPEX/UFPI n. 220/2016, está estruturada em oito seções. Na introdução, que é a primeira seção, situamos inicialmente o processo de reformulação do PPC considerando a necessidade social e institucional de sua alteração, as necessidades advindas do avanço do conhecimento e da tecnologia, das demandas da sociedade e de mercado e a importância do novo

projeto para a superação dos problemas diagnosticados no curso. Em seguida, caracterizamos a instituição dentro do contexto socioeconômico regional, incluindo um breve histórico da trajetória institucional e as demandas efetivas de natureza econômica e social para implantação do curso. Concluimos a seção com um breve histórico da IES e do curso destacando a estrutura organizacional da UFPI e os objetivos e as metas institucionais e a relevância do curso no contexto em que está inserido, sobretudo, para atender as demandas locais regionais.

Na segunda seção, apresentamos os princípios curriculares que nortearão o curso de Letras Libras, descritos em conformidade com o PDI/UFPI 2020-2024, e os objetivos gerais do curso de Letras Libras, que guardam coerência com o perfil profissional do egresso, as competências e habilidades, descritas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP n. 2/2019, com o perfil do corpo docente e com a estrutura curricular e com o contexto no qual o curso está inserido.

Na terceira seção, apresentamos a estrutura e a organização curricular, o modo como concebemos a prática como componente curricular (específico para cursos de licenciatura), o Fluxograma do curso e a síntese de sua composição, além de versarmos sobre as ações de estágio supervisionado obrigatório, as atividades complementares, as atividades curriculares de extensão e a maneira como pretendemos desenvolver o trabalho de conclusão no curso. Não menos importante é a apresentação da metodologia assumida quanto ao processo de ensino-aprendizagem e a inspiração na Pedagogia da Alternância para desenvolvermos nossos tempos universidade e comunidade.

Na quarta seção, elencamos as políticas institucionais de ensino, pesquisa e inovação e extensão que são propostas pelo PDI (2020-2024) e apresentamos sumariamente o modo de atenção ao discente sustentado em ação propostas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC em articulação com a Coordenação do Curso.

Na quinta seção, são apontados o modo como a avaliação da aprendizagem será realizada, considerando-se os ditames da Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012, assim como são indicados os caminhos para a constante avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

A sexta seção apresenta o ementário, a bibliografia básica e complementar de todas as disciplinas obrigatórias e optativas do curso. A sétima seção dá conta da infraestrutura física e

das instalações acadêmicas, bem como tece considerações sobre as bibliotecas da UFPI. Por fim, apresentam-se as disposições transitórias e as referências deste PPC.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa

Este Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Libras do Parfor, da Universidade Federal do Piauí - UFPI busca apresentar-se como uma base para a construção de conhecimento profissional e o desenvolvimento da prática e engajamento profissional de professores em exercício. Espera-se poder trabalhar questões educacionais de acordo com a realidade do estado do Piauí, a fim de oferecer meios para qualificar os professores que se encontram em exercício, mas carecem de formação acadêmica e conhecimento de novas discussões teórico-metodológicas.

A implantação do Curso de Licenciatura em Letras Libras do Parfor, em uma nova formulação, visa a, em primeiro lugar, contribuir para o cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população, com vistas a atender, de forma eficiente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente exigente, e, por conseguinte, corrobora os preceitos educacionais de melhora da qualidade de ensino geral, ao qualificar professores em exercício, fornecendo-lhes a oportunidade de participar de um curso de graduação que respeite as especificidades do professor que já está em sala-de-aula, tome suas experiências como ponto de partida para a qualificação, progressão e construção de conhecimentos.

Os egressos deste curso de Letras Libras preencherão as insuficiências de profissionais devidamente habilitados e capacitados para atuar nas redes municipal e estadual de ensino no estado do Piauí, prestando um serviço educacional com bases formadoras vindas do Ensino Superior, com a qualidade proporcionada por uma graduação da UFPI.

O Curso de Letras Libras do Parfor está fundamentado numa perspectiva histórico-cultural, tendo como eixo articulador a interdisciplinaridade, com o objetivo de construir uma visão de ensino mais ampla, tomando-a como uma ferramenta que possibilite o engajamento dos sujeitos participantes em uma educação de qualidade.

As disciplinas específicas e de formação de professores que constituem o currículo deste curso foram pensadas a fim de que os graduandos compreendam os conhecimentos científicos,

educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, possam desenvolver a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos, além de colocarem-se em posição de ampliar e melhorar sua prática pedagógica.

A implantação do curso de Letras Libras do Parfor representa mais um passo com vistas a consolidar a presença de qualidade da UFPI nas mais diversas áreas do estado, que carecem, em caráter de urgência, de oferta de ensino de qualidade em uma área estratégica para o crescimento socioeconômico, principalmente em função do papel destinado ao curso de Letras Libras no tocante à importância da formação de professores em serviço como uma ferramenta que possibilite aos alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e público-alvo da Educação Especial aumentarem sua autopercepção como seres humanos, diferentes e como cidadãos em processo de formação .

Com efeito, o Curso de Letras Libras assume um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e acessibilidade da sociedade brasileira, em especial, da sociedade piauiense. Acredita-se que a formação de licenciados em Letras Libras corroborará para suprir a carência de mão-de-obra qualificada para realizar o processo formativo de alunos surdos, deficientes auditivos e surdocegos matriculadas em salas específicas, inclusivas no Ensino Fundamental e Ensino Médio e/ou atendidos por docentes lotados nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Isso posto, torna-se irretorquível o caráter estratégico do curso de Letras Libras e a necessidade premente da formação de profissionais qualificados nessa área no estado.

Para tal, pensamos o processo de reformulação do currículo do curso de Letras Libras do Parfor buscando atender os princípios, fundamentos, procedimentos e a dinâmica formativa a serem considerados nos programas e cursos de formação de professores da Educação Básica estabelecidos, como dito anteriormente, pela Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) para a formação inicial e continuada em nível superior.

A proposta de atualização do PPC de Letras Libras do Parfor está em consonância com os principais documentos oficiais que trazem as diretrizes da política de formação de professores em exercício na Educação Básica e a legislação específica que regulamenta o Parfor: Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece a garantia de acessibilidade à pessoa com deficiência; Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras; Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como língua a Comunidade Surda; Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamente a Lei de Libras e versa sobre a criação os cursos de Licenciatura em, Letras Libras; Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014 - 2024); Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência; Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica e revoga os Decretos n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e n. 7.415, de 30 de dezembro de 2010; Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera as Leis n. 9.394/1996 e n. 11.494 de 20 de junho 2007; Portaria MEC n.. 1.383, de 31 de outubro de 2017, que aprova o atual Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação, editado pelo Instituto Nacional de Avaliação da Educação Superior (INEP); Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica; Resolução CNE/CP n. 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP n. 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP n. 15/2017; Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) para a formação inicial e continuada em nível superior, , Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021, que altera a Lei n. 9394/96 e institui a modalidade de educação bilíngue para surdos e Portaria Capes n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Regulamento do Parfor e revoga as Portarias CAPES n. 82, de 17 de abril de 2017 e n. 159, de 15 de agosto de 2017, que alterou a Portaria CAPES n. 82/2017.

Segue também, de forma complementar, a legislação interna da UFPI, especialmente, a Resolução CEPEX/UFPI n. 115, de 28 de junho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena - Formação de Professores da Educação Básica e define o Perfil do Profissional da Educação formado na UFPI; a Resolução CEPEX/UFPI n. 177, de 05 de novembro de 2012, que aprova as normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI e suas alterações; a Resolução CEPEX/UFPI n. 220, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI; a Resolução CEPEX/UFPI n. 076, de 20 de maio de 2019, que dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes público-alvo da educação especial na UFPI; a Portaria PREG/CAMEN/UFPI n. 330, de 22 de junho de 2017, que aprova as Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação da UFPI; a Resolução CEPEX/UFPI n. 53, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI; a Resolução CEPEX/UFPI n. 148, de 18 de outubro de 2019, que altera a Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012 e a Resolução CONSUN/UFPI n. 20, de 29 de junho de 2020, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024).

A presente proposta de revisão curricular visa garantir a construção de conhecimento profissional e o desenvolvimento da prática e engajamento profissional de professores em exercício nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, nos termos dos preceitos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP n. 02/2019. Tem como referência a reformulação do PPC de Letras Libras do curso extensivo da UFPI, aprovada pela Resolução CEPEX/UFPI n. 35, de 09 de abril de 2019, especialmente, no que tange aos fundamentos e princípios norteadores da formação docente.

Contudo, o novo PPC atualizado apresenta um novo desenho curricular, em consonância com as aprendizagens essenciais, a serem garantidas aos estudantes da Educação Básica, para o alcance do seu pleno desenvolvimento, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, reiterado pelo art. 2º da LDB, do art. 1º da Resolução CNE/CP n. 2/2017 e do art. 2º da Resolução CNE/CP n. 2/2019. Apresenta itinerários formativos diferenciados, com aproveitamento dos tempos e espaços nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas, tendo, portanto,

a escola onde o professor trabalha como espaço privilegiado de formação e de pesquisa, considerando-se o público-alvo do Parfor.

Nesse sentido, as principais alterações dizem respeito à observância das orientações presentes na Resolução CNE/CP n. 2/2017 e dos princípios e fundamentos norteadores da Resolução CNE/CP n. 2/2019. Destacamos, mormente, a inserção na estrutura curricular de disciplinas que abordam, além dos fundamentos e metodologias, os conteúdos específicos das áreas a serem ensinados a fim de garantir aos alunos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento organizados nos campos de experiência no âmbito do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Educação Especial, conforme disposto na Base Nacional Comum Curricular-BNCC – Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 02/2017), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 02/2019) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Letras (CNE/CES. 18/2002).

Destacamos ainda a nova redação dada ao texto completo do PPC, a alteração na distribuição de carga horária e distribuição das ações que serão desenvolvidas nos estágios supervisionados obrigatórios, a alteração na carga-horária e nas tabelas de pontuação das Atividades Complementares (AC), bem como a inserção das Atividades de Extensão (ACE) proposta pelo PNE (2014-2024) e pela Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012, assim como pela Resolução CEPEX/UFPI n. 220/2016. No currículo reformulado, há a indicação de realização de 330 horas de ACE.

1.2 Contexto regional e local

O Piauí³ está localizado na Região Nordeste do país e ocupa quase 3% do território brasileiro, sendo o terceiro maior estado nordestino em área territorial (251.611.929 km²). Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; e ao norte, é delimitado pelo Oceano Atlântico.

De acordo com o IBGE (2010), o Piauí possui características socioeconômicas, ambientais e culturais distintas da média do país e ecossistema exclusivo em relação a outros

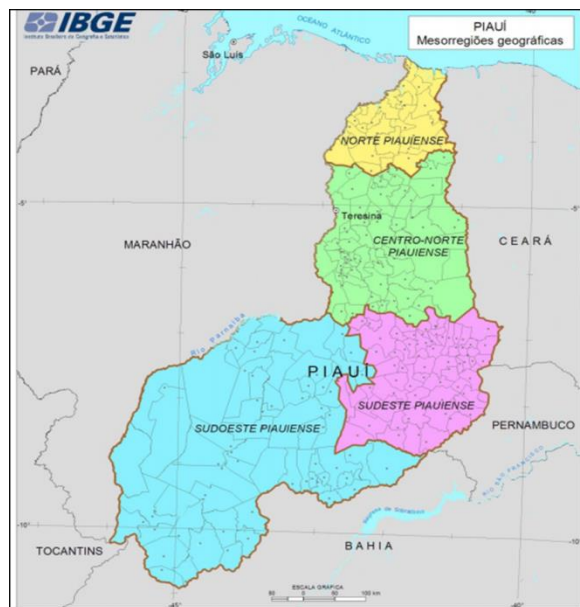
³ O vocábulo Piauí deriva de um dos primeiros rios atingidos pela colonização, subfluente do rio Parnaíba, cuja bacia oriental é ocupada pelo atual Estado. Nesse entendimento, Piauí significa rio dos pias, rio dos peixes pintados (SEPLAN-PI).

territórios. Do ponto de vista físico, o território piauiense constitui-se numa área homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença de características dos cerrados; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. Juntamente com o Maranhão formam, fisiograficamente, uma região independente denominada Meio-Norte ou Nordeste Ocidental.

De acordo com último censo demográfico (2010), a população do Piauí totaliza mais de três milhões de habitantes (3.118.360) e a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 foi de mais de três milhões e duzentos mil habitantes (3.219.257) no estado.

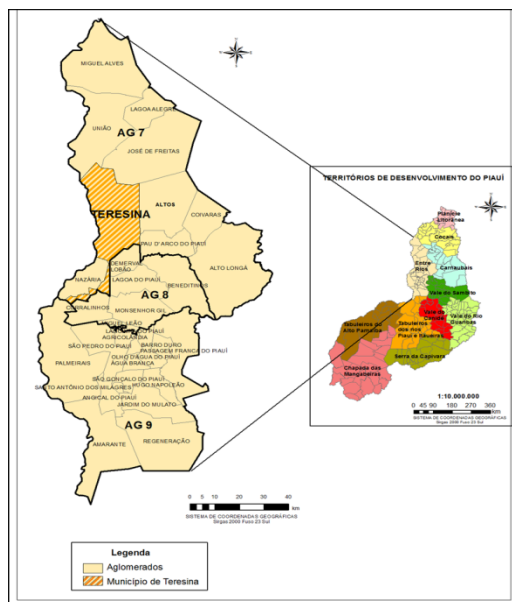
Para fins de planejamento governamental, o estado do Piauí está dividido em 4 Mesorregiões (Norte Piauiense; Centro-Norte Piauiense; Sudoeste Piauiense; e Sudeste Piauiense), subdivididas em 12 Territórios de Desenvolvimento (TD) - Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Vale do Canindé, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras e Chapada Vale do Rio Itaim-, 15 Microrregiões (Baixo Parnaíba Piauiense; Litoral Piauiense; Teresina; Campo Maior; Médio Parnaíba Piauiense; Valença do Piauí; Alto Parnaíba Piauiense; Bertolínia; Floriano; Alto Médio Gurguéia; São Raimundo Nonato; Chapadas do Extremo Sul Piauiense; Picos; Pio IX e Alto Médio Canindé) e 224 municípios, cabendo destacar os mais populosos: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano, Campo Maior, Barras, União, Altos, Esperantina, Pedro II, José de Freitas, Oeiras, São Raimundo Nonato. As Mesorregiões, os Territórios e as Microrregiões geográficas do Piauí estão ilustrados nas Figuras 1, 2 e 3, respectivamente, a seguir.

Figura 1 – Mesorregiões geográficas piauienses



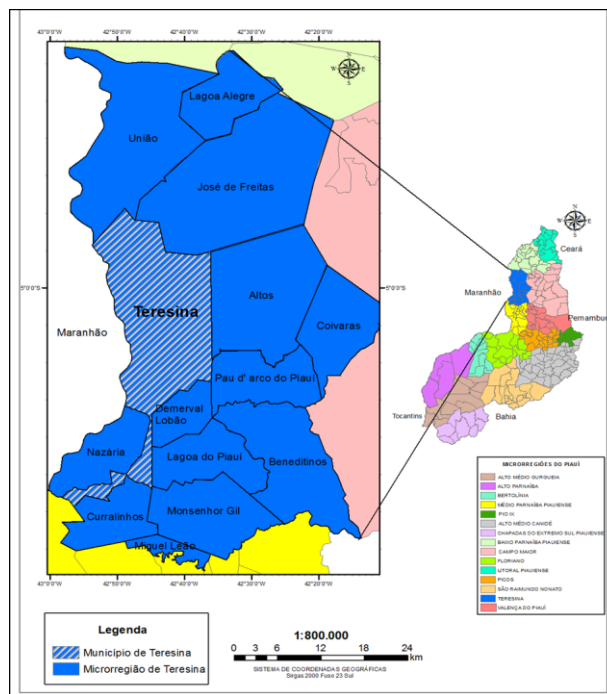
Fonte: IBGE (2010).

Figura 2 – Territórios de Desenvolvimento do Piauí, com destaque para Teresina



Fonte: IBGE (2013). CEPRO (2005).

Figura 3 – Microrregiões geográficas piauienses, com destaque para Teresina



Fonte: IBGE (2013). CEPRO (2005).

A região onde hoje se localiza o Piauí era originalmente habitada por diversas etnias indígenas, principalmente pelos Tremembés, Tabajaras, Timbiras, Gueguês, Acroás, Jaicós e Pimenteiras. Começou a ser povoado pelos colonizadores europeus no começo do século XVII quando fazendeiros, principalmente da Bahia, chegaram à procura de pastagens para expandir suas criações de gado. A província pertencia à Bahia e em 1718 passou a fazer parte do Maranhão. Em 1811, o príncipe Dom João VI, cinco anos antes de ser coroado rei de Portugal, elevou o Piauí à categoria de capitania independente e sua capital era a cidade de Oeiras, que fica situada na Mesorregião Sudeste Piauiense, na Microrregião de Picos.

Contudo, mesmo após a independência do Brasil, o Piauí, assim como algumas outras províncias, continuou sendo colônia de Portugal. Em 1823, os cearenses e maranhenses se juntaram ao povo do Piauí e enfrentaram as tropas portuguesas, lideradas pelo Major João José da Cunha Fidié, numa batalha pela independência do Brasil: a Batalha do Jenipapo⁴. Em 16 de

⁴ A Batalha do Jenipapo ocorreu no dia 13 de março de 1823, às margens do riacho de mesmo nome e foi uma das mais sangrentas batalhas, porém decisiva para a independência do Brasil, pois apesar de os brasileiros terem perdido o combate, fizeram os portugueses mudarem seu trajeto e se refugiarem no Maranhão, que ainda era controlado pelos portugueses.

agosto de 1852, 41 anos depois de o Piauí virar uma capitania independente, o governo provincial transferiu a capital do estado para Teresina, também conhecida por cidade verde, codinome dado pelo escritor maranhense Coelho Neto, em virtude de possuir ruas e avenidas entremeadas de árvores.

As principais atividades econômicas do estado são a indústria - química, têxtil, e de bebidas-, a agricultura, com as culturas de algodão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca, a pecuária, com a produção de rebanhos de bovinos e caprinos e a produção do mel de abelhas (apicultura), produto importante na atividade pecuária do Piauí.

No ranking do país é o 18º estado mais populoso, o 17º em número de matrículas efetivadas no Ensino Fundamental e 11º em área territorial. Entretanto, o Piauí ainda possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo (0.646), ocupando a 25ª colocação, à frente apenas do Maranhão e Alagoas.

Assim, em termos de indicadores sociais, o estado do Piauí apresenta um cenário menos favorável quando comparado com as médias nacionais. Mais de um terço da população piauiense encontra-se em situação de pobreza, estando bastante acima da média nacional que é 15,2%, enquanto no Piauí é mais que o dobro, chegando a 34,1%. A situação é ainda mais grave em relação aos piauienses extremamente pobres, que são 18,8%, percentual quase três vezes maior do que a média nacional, que é de 6,6%.

Certamente, esses indicadores de pobreza piores que a média brasileira geram reflexos em outros indicadores sociais, como, por exemplo, a esperança de vida, de aproximadamente 71 anos do estado, contra 74 da média do país, e a expectativa quanto ao número de anos de estudo da população piauiense, que é de 9,2 anos, também menor que a do país, que é de 9,5 anos. Apesar da pequena diferença de 0,3 é o estado brasileiro com o índice mais baixo no tocante a anos de estudos.

É neste contexto de dificuldades socioeconômicas importantes que a Universidade Federal do Piauí (UFPI) está inserida. Instituída pela Lei n. 5.528 de 12 de novembro de 1968, assinada pelo presidente Costa e Silva, que autorizou seu funcionamento sob forma de Fundação, a sua criação é resultante de lutas de políticos e de vários segmentos da sociedade piauiense que acalentaram por décadas o sonho de se instalar uma Universidade pública, gratuita e de qualidade no estado do Piauí.

Seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27 de abril de 1973 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC n. 453, de 30 de maio de 1978, publicado no DOU de 02 de junho de 1978, Portaria MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993). A reformulação desse documento objetivando sua adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) foi autorizada pelo Parecer n. 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999, publicada no DOU n. 147-E, de 03 de agosto de 1999, e pelas Resoluções CONSUN/UFPI n. 15, de 25 de março de 1999 e n. 45, de 16 de dezembro de 1999. A última alteração do regimento da UFPI foi aprovada pela Resolução CONSUN/UFPI n. 21, de 21 de setembro de 2000.

Segundo o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), integrado ao seu PDI/2020-2024, a UFPI deseja ser reconhecida como uma universidade de excelência na construção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e artístico, comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, de modo inovador e sustentável, e, para tanto, define a sua missão nos seguintes termos: “[...] promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional” (UFPI, 2020, p. 31), por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.

Essa pretensão de alto grau de complexidade é traduzida em seus princípios filosóficos e metodológicos que reforçam a função social da UFPI e o seu papel como instituição pública, e representam, portanto, os seus valores, a saber: I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III – Difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização; IV – Inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado; V – Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (UFPI, 2020, p. 32).

Assim, em atendimento às demandas da sociedade contemporânea, a UFPI entende que há necessidade de uma formação no âmbito de cada curso de graduação que articule com a máxima organicidade, a competência científica e técnica a fim de garantir que os alunos consolidem os conhecimentos necessários para o exercício da plena cidadania.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso de Letras Libras⁵

1.3.1 Breve histórico e estrutura organizacional da UFPI

A UFPI surgiu a partir da junção de unidades isoladas de Ensino Superior existentes na época de sua fundação: Faculdades de Direito, de Filosofia, de Odontologia e de Medicina, localizadas em Teresina e Faculdade de Administração, em Parnaíba. É a principal Instituição de Educação Superior (IES) do estado do Piauí e o seu *Campus* sede, intitulado *Campus* Ministro Petrônio Portella (CMPP), está localizado em Teresina, à Avenida Universitária, s/n, no Bairro Ininga.

O credenciamento da UFPI ocorreu em 1945, através do Decreto n. 17.551, de 09 de janeiro, como Faculdade isolada, e foi credenciada em 1968 como Universidade pela Lei n. 5.528, de 12 de novembro, englobando as unidades isoladas de Ensino Superior até então existentes no Piauí. Apesar de ter recebido visita de credenciamento em março de 2009, o documento regulatório só foi editado em 18 de maio de 2012, através da Portaria MEC n. 645, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n. 97, de 21 de maio de 2012 (Secção 1, página 13), através da qual a UFPI foi credenciada por um período de dez anos. Adquiriu personalidade jurídica efetiva a partir da inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, após o seu Ato Constitutivo, e é mantida pela Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), instituída nos termos da Lei n. 5.528, de 12 de novembro de 1968.

Após a superação das exigências legais para a implantação da UFPI, sua instalação se consolidou em 1º de março de 1971, no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em solenidade pública dirigida pelo então Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político de Reitor *Pro*

⁵ Texto adaptado do PDI da UFPI (2020 – 2024).

Tempore e, presidida pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. A partir de então começaram, de fato, as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

O seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 66.651, de 01 de junho de 1970, tendo sido apenas “uma expressão de vontades”. O segundo Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27/04/73 e sofreu ulteriores alterações através das Portarias MEC n. 453, de 30 de maio de 1978, publicada no DOU de 02/06/78, e n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU n. 26, de 08/02/1993.

O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) através da Resolução do CONSUN n. 45, de 16 de dezembro de 1999 e alterado posteriormente pela Resolução n. 21, de 21 de setembro de 2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC n. 265, de 10 de abril de 1978 (BRASIL, 1978a) e alterado pela Portaria MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993).

A reformulação do Estatuto da UFPI, objetivando a adaptação à LDB/1996, foi autorizada pela Resolução CONSUN n. 15, de 25 de março de 1999 e pelo Parecer CNE n. 665/95, aprovado pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999, publicada no DOU n. 147-E, de 03/08/99.

Nos termos do seu Estatuto, a UFPI é administrada pelo Conselho Diretor (CD), presidido pelo Reitor da UFPI (Presidente da Fundação) e constituído por mais 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, sendo 02 (dois) de livre escolha do Presidente da República, 01 (um) indicado pelo Ministério da Educação, 01 (um) pelo Conselho Universitário da Universidade, 01 (um) pelo Governo do Estado do Piauí, 01 (um) pela Sociedade Piauiense de Cultura e 01 (um) pela Fundação Educacional de Parnaíba, todos nomeados pelo Presidente da República. O mandato dos Membros do Conselho Diretor é de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução. Posteriormente, a formação do seu patrimônio foi regulamentada por intermédio do Decreto-Lei Federal n. 656, de 27 de junho de 1969, por sua vez, publicado no Diário Oficial da União no dia 30 de junho do mesmo ano. Também teve sua instituição publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí n. 209, em 22 de dezembro de 1969.

A UFPI é uma instituição de educação superior, pesquisa e extensão orientada pelas normas emanadas do Ministério da Educação que atua em todos os ramos do saber e adota decisões colegiadas, pautando-se em princípios democráticos e de justiça social. Os órgãos deliberativos da UFPI, em nível de administração superior, são: Conselho de Administração (CAD), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e o Conselho Universitário (CONSUN). As reuniões ordinárias dos conselhos superiores da UFPI são mensais, com a presença mínima de 2/3 dos membros, sendo previamente agendadas (CONSUN - primeira quinta-feira de cada mês; CAD - primeira terça-feira de cada mês; CEPEX - segunda quarta-feira de cada mês).

A administração da UFPI em nível central é composta pela Reitoria, Vice-Reitoria e por sete Pró-Reitorias (de Ensino de Graduação - PREG; de ensino de Pós-Graduação - PRPG; de Pesquisa e Inovação - PROPESQI; de Extensão e Cultura - PREXC; de Administração - PRAD; de Planejamento e Orçamento - PROPLAN; e de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC) e, em nível setorial, por seis Unidades de Ensino do *Campus* de Teresina: Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências da Natureza (CCN), Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de Tecnologia (CT). Possui ainda um centro diferenciado que congrega os cursos na modalidade EaD: o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD).

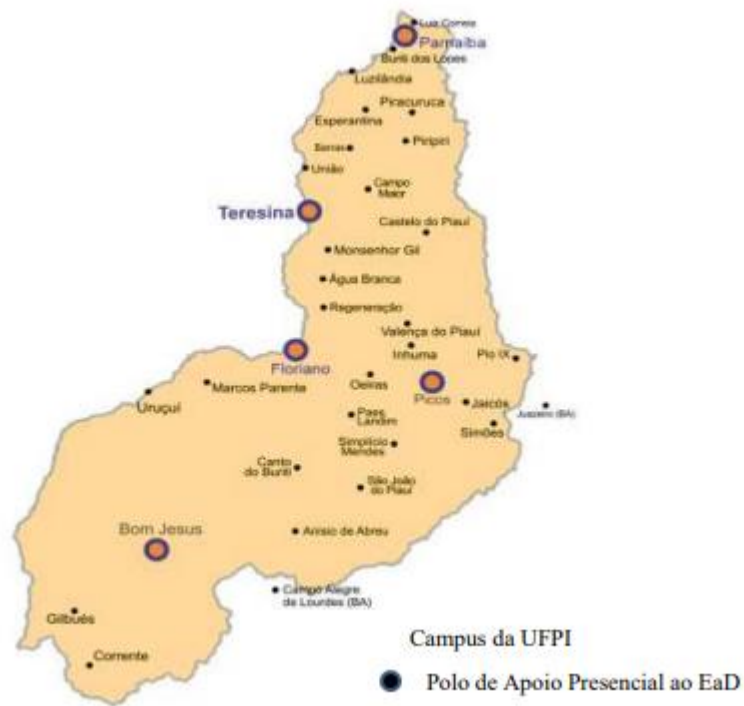
À luz das disposições estatutárias, a UFPI é uma IES de natureza federal, de estrutura *multicampi*, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), possuindo além do campus sede, três outros *campi* sediados nas cidades de Picos (*Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (*Campus* Profa. Cinobelina Elvas) e Floriano (*Campus* Almícar Ferreira Sobral). Até 2018, fazia parte, também, da UFPI o *Campus* Ministro Reis Velloso, no município de Parnaíba, o qual foi desmembrado, através da Lei n. 13.651, de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa).

Existem ainda órgãos suplementares e de apoio de natureza técnica, cultural, científica, recreativa e assistencial para os corpos docentes, discentes e administrativos da UFPI: STI - Superintendência de Tecnologia da Informação; BCCB - Biblioteca Comunitária Carlos Castelo

Branco; AUDIN - Auditoria Interna; HU - Hospital Universitário; HVU - Hospital Veterinário Universitário.

Integram também a estrutura da UFPI três Colégios Técnicos, que ministram cursos ligados à Educação Básica, sendo um localizado em Teresina e dois no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se nas proximidades do CAFS e CPCE. Sua área de atuação, envolvendo a educação presencial e o ensino a distância (EaD) está demonstrada na Figura 4, a seguir.

Figura 4 – Municípios de atuação da UFPI na educação presencial e a distância.



Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

A UFPI tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus *Campi*, oferecendo à comunidade cursos de educação profissional técnica de nível médio, de extensão, de graduação nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura, e de pós-graduação *lato sensu* (especialista) e outorga títulos de mestre e doutor aos concluintes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

O **ensino técnico** em nível médio é oferecido nos Colégios Técnicos (CTec) e propõe a qualificação profissional de jovens buscando estratégias de ensino que priorizem a articulação entre as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, permitindo a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos, políticos e ambientais do sistema produtivo. Embora, ainda, não seja uma prática amplamente difundida, a pesquisa e o espírito científico devem ser também incentivados durante os cursos de nível médio.

Os Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de forma integrada, subsequente ao Ensino Médio e concomitante com o Ensino Médio, presenciais, além de cursos técnicos a distância (e-TEC), vinculados ao Programa e-Tec Brasil e cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Acerca do sistema de reserva de vagas, a UFPI, através de seus Colégios Técnicos, destina 80% das vagas para candidatos que cursaram a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) integral e exclusivamente em Escolas Públicas e para estudantes oriundos de famílias com renda bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) por pessoa, em observância às disposições da política de inclusão social, através da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, do Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012, da Portaria Normativa MEC n. 18 de outubro de 2012, da Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 e da Portaria Normativa MEC n. 09, de 05/05/2017.

A UFPI, através de seus Colégios Técnicos, oferece três cursos (Técnico em Agropecuária, Técnico em Enfermagem e Técnico em Informática) e até 2015 tinha alcançado um total de 1.674 alunos matriculados: 589 em Bom Jesus, 651 em Floriano e 434 em Teresina.

Os **cursos de extensão** englobam atividades de natureza acadêmica, técnica ou cultural, que obrigatoriamente estarão presentes em no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação, em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI n. 053/2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos de cursos de graduação da UFPI, em atendimento à Resolução CNE/MEC n. 7/2018.

Em conformidade com o PDI (2020-2024), os cursos de extensão também poderão não estar inclusos como parte integrante e obrigatória do ensino de graduação e da pós-graduação,

tendo como objetivo apenas complementar os conhecimentos em uma determinada área ou ampliar noções sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação do participante.

As ações de extensão e cultura são realizadas pela interação transformadora entre a Universidade e a sociedade, com vistas ao desenvolvimento mútuo, contribuindo sobremaneira com o processo formativo dos acadêmicos, como a produção e a socialização de saberes e tecnologias e a minimização/superação dos diversos segmentos sociais do estado do Piauí, em especial aqueles de maior vulnerabilidade social. Essas ações geram uma relação dialógica de troca de saberes e de impacto social entre a academia e a comunidade, propiciando transformações sociais mútuas e inclusão social.

A execução da política universitária de extensão pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) é fundamentada na Resolução 35/2014-CEPEX/UFPI, que aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária na UFPI, na Resolução CNE/MEC n. 7 de dezembro de 2018 e no Plano Nacional de Extensão Universitária, em consonância com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, que explicita: "[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988, p.123). Busca ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais.

A UFPI considera a extensão como um de seus alicerces, sendo a presença em todas as esferas do contexto social uma de suas marcas institucionais. Por isso, tem estimulado o desenvolvimento de programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social. Além disso, existe a possibilidade de implementação de ações conjuntas que incentivem o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnicos-administrativos, como meio de fomentar o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica.

A UFPI organiza seus **cursos de graduação** em regime de créditos, mesmo que, em alguns casos, seja organizado no formato seriado semestral (ou bloco), com atividades presenciais, semipresenciais e à distância. O ensino de graduação confere os graus de bacharel e licenciado, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e obtido classificação em processo seletivo, seja através de vagas universais, ou de vagas reservadas a ações afirmativas e programas especiais, a exemplo do Parfor, visando à obtenção de qualificação universitária específica.

Até a criação da Universidade do Delta do Parnaíba (UFDPAr), a UFPI ofertava 83 cursos presenciais cadastrados no sistema e-MEC. Com a criação da UFDPAr, atualmente encontram-se cadastrados no sistema e-MEC da UFPI 71 cursos presenciais. O ingresso aos cursos de graduação na modalidade presencial ocorre através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), de vestibular e de processos seletivos especiais, a exemplo do Parfor. Em observância à política de inclusão social, a UFPI destina 50% das vagas dos cursos presenciais às cotas.

No período de 1971 a 2005, a UFPI ministrou apenas ensino de graduação presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI (2005-2009), houve o credenciamento para ensino a distância e a criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), conhecido como Universidade Aberta do Piauí (UAPI), através do qual a UFPI ministra cursos de bacharelado e licenciatura, perseguindo os mesmos padrões de qualidade adotados no ensino presencial. Inicialmente, foi criado o curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental e, no segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EaD, tendo sido criadas oito novas graduações.

A partir de 2006 ocorreram significativas mudanças no contexto estrutural, tecnológico e de formação de docentes da UFPI, em decorrência da adesão ao Programa de Apoio a Programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁶, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, através de ações que dotem as universidades federais das condições necessárias para garantir o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de reduzir as desigualdades sociais no

⁶ O REUNI foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).

país, de forma a consubstanciar o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE - Lei n. 10.172/2001) (BRASIL, 2011a).

Nesse sentido, considerando-se a insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de Ensino Superior, para atender à demanda de educacional do Estado, a UFPI realizou estudos e debates internos e externos acerca do REUNI para possibilitar a expansão da oferta, sem prejudicar o patamar de excelência, alcançado pelas universidades federais brasileiras ao longo das últimas décadas.

Com a adesão ao REUNI, a UFPI expandiu sua oferta, com reestruturação de dois *Campi* do interior (Parnaíba e Picos) e implantação de dois novos *Campi*, nas cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, estando a 635 km de Teresina, e em Floriano, situado na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, ficando a 234 km da capital. O início das atividades do *Campus* de Bom Jesus ocorreu no primeiro semestre de 2006 e, em Floriano, se deu no primeiro semestre de 2009.

Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização, no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFPI em 2009, época do término do seu primeiro PDI, foram oferecidas 5.706 (cinco mil setecentas e seis) vagas para 92 (noventa e dois) cursos regulares, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura.

Em 2015, as vagas para o ensino de graduação foram elevadas e no primeiro semestre de 2018 a UFPI ofereceu mais de 3000 (três mil) vagas no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação no período letivo 2018.1, através do SISU, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, distribuídas nos seus *Campi*.

Atualmente, são ofertados 71 cursos presenciais e 15 cursos na modalidade à distância, totalizando 86 cursos oferecidos. Durante a vigência do seu novo PDI (2020-2024) a UFPI pretende, continuamente, avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades. O Quadro 1, a seguir, demonstra o número de alunos ingressantes, matriculados e egressos durante a vigência do PDI 2015-2019.

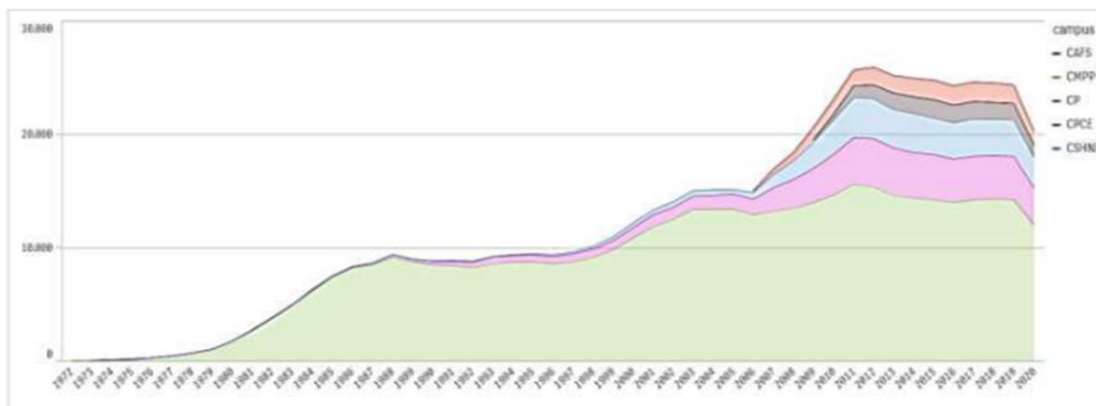
Quadro 1 – Número de alunos ingressantes, matriculados e egressos, quinquênio 2015-2019.

Ano	Ingressantes	Matriculados	Egresso
2015	5.237	23.579	3.004
2016	5.807	23.447	2.714
2017	5.549	23.955	2.848
2018	5.467	23.987	2.889
2019	5.556	24.171	2.799

Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

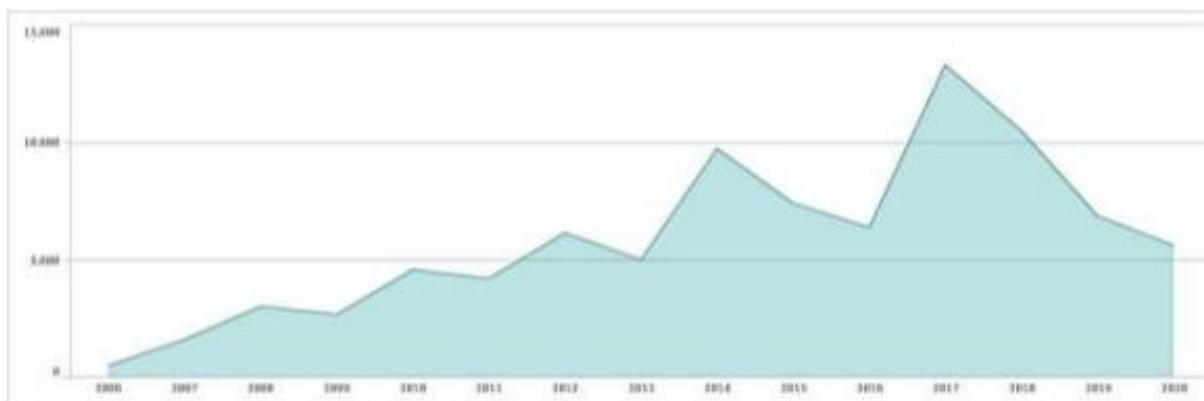
Para a EaD, foram oferecidas nesse mesmo ano um total de 3.000 (três mil) vagas para 08 (oito) cursos, nas modalidades bacharelado e licenciatura, tanto na sede dos *Campi* como em outros municípios, perfazendo 316 (trinta e seis) polos situados em 36 (trinta e seis) diferentes cidades do Estado do Piauí. Na vigência do PDI 2015-2019 (UFPI, 2015), na modalidade de educação a distância, havia 15 cursos de graduação em 48 polos de apoio presencial, distribuídos no Piauí e na Bahia.

Até 2019 a UFPI contabilizou 24.171 alunos de graduação matriculados no ensino presencial e cerca de 11.054 na modalidade EaD. As figuras 5 e 6 ilustram, respectivamente, a evolução do número de alunos matriculados na graduação na modalidade presencial por ano e *Campus* e na modalidade a distância, por ano, no *Campus* Ministro Petrônio Portella.

Figura 5 – Evolução de alunos matriculados por ano e campus – modalidade de ensino de graduação presencial

Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

Figura 6 – Evolução de alunos matriculados por ano – modalidade de ensino de graduação a distância, no CMPP



Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

Importante ressaltar também que projetos previstos no PDI anterior e, em andamento, deverão ter continuidade, como os programas especiais de graduação e de formação continuada, tanto para atender às demandas do Parfor, quanto para oferecer cursos especiais decorrentes de outros convênios que venham a ser celebrados para atender demandas sociais importantes.

O **ensino de pós-graduação** na UFPI contempla o nível *stricto sensu* (cursos de mestrado acadêmico e mestrado profissional, cursos de doutorado) e o nível *lato sensu* (cursos de especialização), visando à qualificação de profissionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e atendimento das demandas de pessoal qualificado pela sociedade, bem como, são operacionalizadas todas as atividades relativas à capacitação de docentes e técnicos de interesse institucional.

Nesse sentido, a UFPI, na condição de encarregada de propor políticas de ensino de pós-graduação, viabiliza ações em consonância com as exigências sociais, com o desenvolvimento científico, econômico, cultural, tecnológico e artístico do mundo atual. Seu papel voltado para o controle da qualidade e produtividade dos programas de pós-graduação e estimulação de uma cultura de ensino e pesquisa tem sido reforçado nos últimos anos.

A pós-graduação *stricto sensu* na UFPI teve início em 1991, com a criação do primeiro Mestrado Institucional, na área de Educação. A construção dos programas, atualmente existentes, seguiu os parâmetros estabelecidos pelas comissões de área da CAPES que preveem em seus

documentos recomendações gerais, tanto para a elaboração de propostas quanto para a correção de rumos e avanços de qualidade e atuação dos programas em andamento.

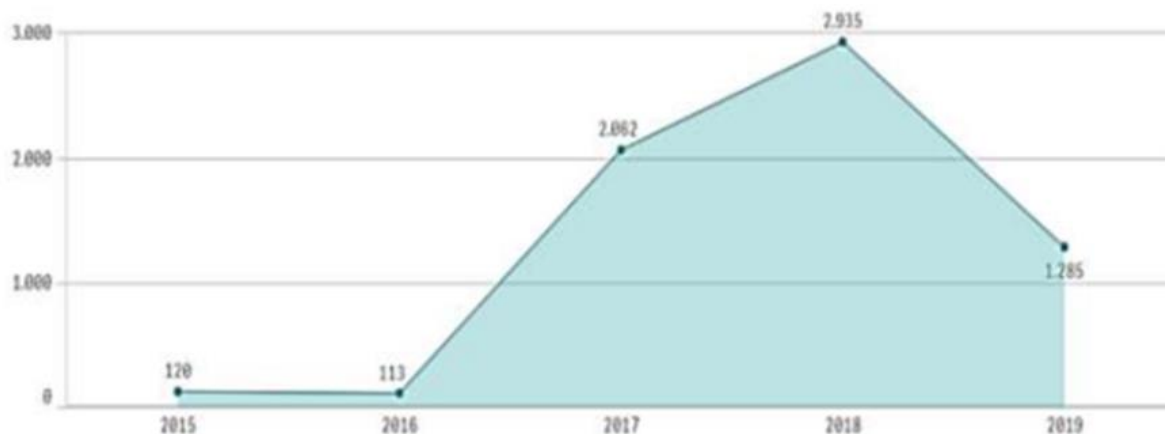
Para ingresso nos cursos de pós-graduação ao longo de 2009, foram oferecidas aproximadamente 2.000 vagas, distribuídas entre os cursos de especialização, programas de residência médica e médico-veterinária, mestrado e doutorado. Para ingresso nos cursos de Educação Básica (Ensino Médio), foram oferecidas 448 vagas nos Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus.

Em 2015, as vagas foram gradativamente aumentadas e nos últimos 5 anos, de forma sustentável e contínua, a pós-graduação na UFPI atingiu um patamar superior a 60% no número de alunos matriculados em programas de Mestrado e Doutorado. Embora o número de Bolsas Demanda Social – CAPES de Mestrado tenha praticamente se mantido, houve um incremento considerável de Bolsas para Doutorado, mantendo-se, contudo, sem alteração a quantidade de Bolsas do CNPq, entre os dois quinquênios.

Em relação aos conceitos dos cursos dos programas de pós-graduação da UFPI, verifica-se que houve uma evolução na qualidade da oferta dos cursos de nível *stricto sensu*. Houve um incremento considerável nos conceitos 04 e 05 atribuídos pela Capes, tendo em vista que o conceito máximo atribuído por essa agência de fomento é 07.

Em 2018, a UFPI possuía 30 (trinta) Cursos de Especialização em funcionamento, totalizando 2.763 (duas mil, setecentos e sessenta e três) matrículas, sendo 23 (vinte e três) cursos e 808 (oitocentas e oito) matrículas no ensino presencial e 07 (sete) cursos e 1.955 (um mil, novecentos e cinquenta e cinco) matrículas no ensino a distância. Em 2019, estavam em execução, 40 (quarenta) Cursos de Especialização nas diversas áreas. Na Figura 7, a seguir, tem-se a evolução das matrículas dos cursos *lato sensu* no quinquênio 2015-2019.

Figura 7 – Evolução do número de matriculados nos cursos de especialização da UFPI, quinquênio 2015-2019.



Fonte: UFPI (PDI/2020 – 2024).

Na Pós-Graduação *stricto sensu* contabilizavam-se 42 Programas, nos quais são desenvolvidas as atividades de 34 mestrados Acadêmicos, um mestrado profissional, 07 doutorados institucionais, além de dois doutorados em rede. Também mantinha parcerias responsáveis por 13 Doutorados Interinstitucional (DINTER), 02 Mestrado Interinstitucional (MINTER) e 21 Programas de Cooperação Acadêmica (PROCAD). Entre 2010 e 2019, contabilizou 16.041 alunos matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, sendo 12.661 em nível de mestrado e 3.380 em nível de doutorado.

A UFPI considera que as áreas prioritárias definidas pelas políticas públicas do estado do Piauí merecem atenção especial. Assim, tem incentivado a criação de novos programas em áreas não contempladas e a consolidação daqueles existentes nessas áreas, para sustentação e consolidação de núcleos de pesquisa voltados para a solução de problemas regionais.

Para o quinquênio 2020-2024, a UFPI estruturou seu planejamento institucional de modo a fortalecer os Temas Estratégicos definidos nos marcos do seu PDI (ensino, pesquisa, extensão e cultura, gestão e governança, tecnologia e comunicação, infraestrutura, sustentabilidade, gestão de pessoas, internacionalização e assistência estudantil), operacionalizando objetivos e metas⁷. Os objetivos gerais e objetivos específico para cada tema estratégico podem ser visualizados no Quadro 2, a seguir:

⁷ Dada a limitação de espaço gráfico deste documento, recomendamos ao leitor à conferência das metas estabelecidas para o quinquênio 2020-2024 disponíveis em: <https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PrestacaodeContas/Arquivos/capitulo-13.2.pdf>.

Quadro 2 - Temas Estratégicos e objetivos para o quinquênio 2020-2024

Temas Estratégicos	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
Ensino	Promover uma educação de excelência e princípios inovadores	<ul style="list-style-type: none"> ● Melhorar os indicadores de qualidade de curso. ● Melhorar os indicadores de desempenho de curso. ● Aumentar a oferta de cursos de graduação e vagas com foco no estímulo regional, social e socioeconômico. ● Institucionalizar e sistematizar programa de acompanhamento de egressos. ● Institucionalizar prática de atualização periódica dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) com base em metodologias ativas e diretrizes do governo federal. ● Fortalecer a integração com o mercado de trabalho por meio de parcerias para estágio. ● Implementar e/ou reestruturar programas de pós-graduação lato sensu (especializações e residências em saúde) e stricto sensu (mestrado e doutorado acadêmico e profissional) em áreas prioritárias e estratégicas, considerando demandas sociais, econômicas, ambientais e educacionais emergentes na realidade local e regional. ● Melhorar os conceitos dos programas na avaliação da capes e o desempenho da UFPI nas avaliações nacionais e internacionais. ● Implantar novos cursos na modalidade a distância ● Fortalecer o ensino básico, técnico e tecnológico.
Pesquisa	Fortalecer a pesquisa e inovação acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> ● Implantar programas de valorização da inovação. ● Incrementar e diversificar os mecanismos de captação de recursos junto a entidades públicas e/ou privadas de fomento à pesquisa e inovação, através dos programas de pós-graduação stricto sensu, de modo a garantir as condições necessárias para promoção de ações que levem à produção de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico de forma exitosa, visando a solução de problemas locais e regionais emergentes. ● Mapear e diagnosticar a pesquisa na UFPI.
Extensão e Cultura	Desenvolver políticas de extensão e práticas culturais	<ul style="list-style-type: none"> ● Valorizar as práticas extensionistas nos planos de carreira docente e nos processos seletivos da UFPI. ● Ampliar a quantidade de bolsas de extensão (PIBEX). ● Regulamentar e incentivar a criação e o funcionamento de núcleos de extensão na UFPI. ● Estimular a proposição de ações de extensão por docentes, técnico-administrativos e discentes. ● Promover capacitação presencial e/ou a distância para o desenvolvimento de ações de extensão. ● Incentivar e promover ações de extensão voltadas para a economia solidária, prática profissional, o empreendedorismo e a inserção no mercado de trabalho. ● Prestar serviços que beneficiam setores e comunidades sociais. ● Incentivar a inserção de ações de extensão nos curso de graduação e programas de pós-graduação, sobretudo nos mestrados profissionais, melhorando a articulação pesquisa-extensão.

		<ul style="list-style-type: none"> ● Aumentar a oferta de ações e atividades culturais, lazer e esporte.
Gestão e Governança	Aperfeiçoar a gestão administrativa e financeira	<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer os índices de governança institucional conforme levantamento do TCU. ● Prover uma gestão moderna, eficiente, transparente e desburocratizada. ● Potencializar o uso dos resultados das atividades de auditoria interna da AUDIN no processo de tomada de decisão e no aperfeiçoamento da gestão da UFPI, agregando valor à instituição. ● Fortalecer as boas práticas de governança, transparência da informação e gestão orientada a resultado. ● Fortalecer os canais de comunicação com público interno e externo.
Gestão de Pessoas	Aprimorar as estratégias de gestão, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> ● Implementar programas de desenvolvimento de equipe e capacitação, visando fortalecer as habilidades e a qualificação e crescimento profissional dos servidores. ● Desenvolver programas de atenção ao servidor. ● Descentralizar atividades de gestão de pessoas para os campi do interior. ● Gerir a contratação de pessoal, carga horária docente e jornada de trabalho de técnicos administrativos.
Sustentabilidade	Consolidar a política de sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ● Acompanhar, publicitar e atualizar o plano de sustentabilidade da UFPI. ● Atender as metas definidas no plano de sustentabilidade da UFPI.
Tecnologia e Comunicação	Aprimorar as estratégias de gestão, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> ● Implantar processo eletrônico e gestão eletrônica de documentos. ● Promover transparência da informação, dinamizar a comunicação interna e informatizar rotinas administrativas. ● Atualizar o planejamento estratégico de TI e elaborar artefatos de gestão. ● Fortalecer o gerenciamento de suporte ao usuário alinhado com as boas práticas definida na biblioteca itil (information technology infrastructure library). ● Promover comunicação social estratégica voltada a noticiar a dinâmica institucional.
Internacionalização	Oportunizar a internacionalização universitária	<ul style="list-style-type: none"> ● Firmar novos acordos e convênios de cooperação com instituições estrangeiras. ● Regulamentar programa de acreditação de disciplinas cursadas em instituições estrangeiras. ● Fortalecer o enriquecimento cultural e a formação global dos discentes. ● Desenvolver projetos de extensão relacionados à cultura estrangeira. ● Aumentar a inserção científica internacional da instituição através da exploração de convênios e parcerias de cooperação internacional estratégicas à instituição. ● Criar oportunidades de cooperação com instituições estrangeiras, envolvendo docentes e discentes, por meio de intercâmbios, acreditação e/ou oferta de disciplinas em língua estrangeira, publicações, colaboração e parcerias em projetos de pesquisa, de modo a favorecer o enriquecimento científico-cultural e a formação global dos alunos. ● Propor ações estratégicas de fomento à internacionalização

		institucional.
Infraestrutura	Promover melhorias na infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none"> ● Prover e gerir os projetos de ampliação de área construída da UFPI. ● Prover e gerir a gestão ambiental e segurança da UFPI. ● Desenvolver, implantar e executar projeto institucional de eficiência energética. ● Projetar infraestrutura predial e viária voltada à acessibilidade. ● Elaborar planos de manutenção preventiva. ● Atender as solicitações de melhorias e ampliação de infraestrutura física, elétrica, água e esgoto. ● Executar melhorias de infraestrutura predial.
Assistência Estudantil	Fortalecer os programas de assistência estudantil	<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer os programas de ação afirmativa voltados para igualdade social, racial e diversidade cultural. ● Ampliar as ações de assistência estudantil e dos serviços prestados aos discentes. ● Estimular ações de apoio a permanência de alunos de baixa renda. ● Promover projetos de assistência moradia, alimentação e transporte. ● Promover o acompanhamento do rendimento acadêmico e dos fatores que impactam no índice de evasão dos estudantes beneficiários. <p>Fortalecer o acompanhamento pedagógico, social e psicológico dos estudantes público-alvo da educação especial (deficientes, pessoas com transtorno do espectro autista, e altas habilidades/superdotação).</p>

Fonte: PDI/UFPI (2020-2024)

Ao lado de uma política de expansão que perpassa a trajetória da UFPI desde a sua fundação, a instituição tem se pautado por parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de revistas científicas e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais.

Em relação aos recursos humanos, a UFPI possui atualmente de 1.800 docentes (1.699 docentes do Magistério Superior e 101 docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) e 1.148 servidores técnico-administrativos, em sua maioria com pós-graduação (38,2% especialistas e 17,5% mestres) e somente 16,8% com graduação.

A interligação entre as distintas instâncias da UFPI é feita, principalmente, através da ferramenta de gestão denominada Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), administrada pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), que contempla os portais: acadêmico, administrativo, recursos humanos e administração e

comunicação, visualizáveis no sítio eletrônico da UFPI (<https://www.sigadmin.ufpi.br/admin/login.jsf>).

Como instituição de Ensino Superior integrante do sistema federal de Ensino Superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública e a única de natureza federal do estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como também pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

Estatísticas recentes fazem menção à importância da produção científica da UFPI, as quais são referendadas pela CAPES, uma vez que esse órgão já constatou o crescimento expressivo do trabalho desenvolvido na IES, o que possibilitou, nos últimos anos, a implantação de mais do dobro do número de programas de pós-graduação existentes até então.

Em novembro de 2022, a UFPI completará 54 anos de instalação e encontra-se num patamar satisfatório de desenvolvimento tendo passado no período de 2013 para 2014 da 69ª posição nacional para a 45ª, segundo o Ranking Universitário Folha. Acerca do resultado do Índice Geral de Cursos (IGC), a UFPI apresentou resultados crescentes no último quinquênio. Ao longo de sua existência, a UFPI tem se pautado em parâmetros de mérito e qualidade acadêmicos em todas as suas áreas de atuação.

A partir da melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação e também por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento.

É nesse contexto que a UFPI aderiu ao Parfor, renovando o compromisso com o desenvolvimento da sociedade piauiense por meio da garantia da oferta de Ensino Superior público, gratuito e com qualidade aos professores atuantes na Educação Básica. Aderindo ao Programa, a UFPI reafirma seu compromisso com a educação do estado do Piauí comprometendo, também, com a revisão e avaliação dos seus cursos de licenciatura e com a aproximação de seus currículos das demandas concretas da Educação Básica.

1.3.2 Breve histórico do curso de Letras Libras

“A história do Curso de Letras, no Piauí, se inicia com a criação da Sociedade Piauiense de Cultura [em 29 de maio de 1957²], órgão idealizado por D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina” [que] “objetivava, dentre outras atividades, à instalação de cursos de Ensino Superior no Estado, [de modo que], em cumprimento à meta proposta, foi criada a Faculdade de Filosofia do Piauí, em 16 de junho de 1957” (RÊGO; MAGALHÃES, 1991, p. 17).

A isso se seguiram, cronologicamente, os seguintes eventos:

- a) Envio, por seu primeiro diretor, prof. Clemente Honório Parentes Fortes, de solicitação de funcionamento da FAFI ao MEC, em julho de 1957 (outro seu diretor foi, por impedimento do titular, o professor Raimundo José Airemores Soares);
- b) Leitura, em 5 de fevereiro de 1969 e aprovação no dia 10, do Parecer 03/1958, da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que autorizou o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí;
- c) Autorização, via Decreto no. 43.402, de 18 de fevereiro de 1968, publicada no DOU do dia 20, do funcionamento da Faculdade, cujo conhecimento à sua Diretoria se deu por telegrama do diretor de Ensino Superior do MEC, em 24 de março de 1957;
- d) Ingresso da primeira turma de Bacharelado em Letras Neolatinas, após concurso de habilitação realizado entre 31 de março e 2 de abril de 1958, com aprovação de doze candidatos;
- e) **INSTALAÇÃO OFICIAL DA FAFI**, em 7 de abril de 1958, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, com aula inaugural proferida pelo prof. Clemente Honório Parentes Fortes;
- f) **INÍCIO DAS ATIVIDADES DA FACULDADE** (cujos professores, aliás voluntários, recebiam remuneração simbólica), com três cursos de bacharelado: LETRAS NEOLATINAS, Filosofia e Geografia/História, sendo que, nesse começo, licenciaram-se professores em Português e em até três de quatro habilitações: Francês, Espanhol, Italiano, Latim e Literaturas correspondentes;

- g) Formatura, em dezembro de 1960, da primeira turma (denominadas Dom Avelar Brandão Vilela) de Bacharéis em Letras Neolatinas pela FAFI;
- h) Oferta, em 1963, aos bacharelados em Letras da primeira turma, a de 1960, do Curso de Didática, que lhes garantiu, também, o licenciamento, devido à reforma curricular de 1962, em conformidade com a qual “alguns Cursos de Letras incluíram as disciplinas pedagógicas do antigo Curso de Didática nos seus currículos, transformando-os em Licenciaturas” (RÊGO; MAGALHÃES, 1991, p. 21);
- i) Orientação proposta pela reforma curricular de 1962, que a FAFI seguiu, fez com que o Curso de Letras ficasse, mesmo após sua efetiva transferência para a Universidade Federal do Piauí (UFPI), com a habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, surgindo depois as em Inglês e em Francês, com as respectivas Literaturas, que perduram até hoje;
- j) RECONHECIMENTO dos cursos criados pela FAFI em 1958 se deu em 23 de julho de 1964, via Decreto 54.038/1964;
- k) Reconhecimento, via Lei 2.877, de 6 de junho de 1968, publicada no DOE do dia 7, da FAFI como entidade de utilidade pública;
- l) TRANSFERÊNCIA legal do Curso de Licenciatura em Letras da FAFI para a UFPI, em 1971, com a criação, no CCHL - Centro de Ciências Humanas e Letras, do Departamento de Letras;
- m) TRANSFERÊNCIA efetiva do Curso de Letras da FAFI para a UFPI, em 1972;
- n) Extinção da FAFI, em 1972, devido à transferência efetiva de seus cursos para a UFPI.

Na UFPI, o Curso de Licenciatura em Letras ficou sob a gestão do Departamento de Letras, órgão já extinto, cujo primeiro chefe foi a professora Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade Brandão, tendo as atividades iniciadas em 1973, com habilitação apenas em Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Outros momentos históricos do Curso de Letras, já na UFPI, foram, em ordem cronológica:

- a) Implantação da habilitação em Inglês e literatura correspondente e da habilitação em Francês e literatura correspondente;

- b) Implantação oficial, em 1985, em cumprimento à Resolução 014/85 do CEPEX, que institucionalizou as Coordenações de Cursos na UFPI, da Coordenação do Curso de Letras;
- c) Implantação, em 1987, do Curso de Especialização em Língua Portuguesa, de natureza pública e gratuita;
- d) Implantação, em 2004, do Curso de Mestrado Acadêmico em Letras, com áreas de concentração em Estudos Linguísticos e Estudos Literários e linhas de pesquisa em Literatura, Cultura e Sociedade e Sociedade, Linguagem e Discurso: Análise e Variação;
- e) Implantação, em 2014, do Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS;

Atualmente, os cursos de Letras da UFPI possuem estrutura bastante autônoma, cabendo às suas coordenações as ofertas relativas aos cursos de: Língua Portuguesa e Literaturas na língua correspondente;

- a) Língua Inglesa e Literatura correspondente;
- b) Língua Portuguesa e Literaturas correspondentes;
- c) Línguas Portuguesa e Francesa e Literaturas correspondentes;
- d) Letras Libras.

As reflexões que norteiam a segunda (re)construção deste Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Libras partem também da observação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, da Resolução CNE/CP 02/2017, da Resolução CNE/CP 02/2019, que “define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”, bem como da Resolução 220/2016 CEPEX-UFPI, que “define as diretrizes curriculares para a formação em Nível Superior de profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI”.

O primeiro Projeto Pedagógico do Curso de Letras-LIBRAS, aprovado em 11 de dezembro de 2012, através da Resolução 212/12 CEPEX-UFPI, em 2014, passou por algumas reformulações necessárias para atender melhor à demanda do Curso de Letras-LIBRAS, tendo

sido aprovado por meio da Portaria PREG/CAMEN Nº 312, de 22 de setembro de 2014, uma vez que não houve modificação de carga horária. Com a publicação da Resolução nº2, de 1º de julho de 2015, bem como a Resolução 220/2016 CEPEX-UFPI, uma nova reformulação se faz necessária, a qual se apresenta por meio do presente texto. Para tal reformulação, o NDE reuniu-se com alunos egressos do curso para conhecer suas impressões sobre a formação que tiveram e receber suas sugestões sobre alterações que julgavam necessárias para melhorar a sua qualidade. Ademais, o NDE se reuniu com os demais docentes do curso para receber e analisar suas demandas. Foram feitas algumas alterações de ordem textual, bem como alterações na estrutura curricular para atendimento às novas demandas do Conselho Nacional de Educação e da própria UFPI. A seguir, estão elencadas as alterações pretendidas e constantes neste documento, que resultaram desse processo:

- A carga horária total do curso sofreu modificação, passando de 3090 horas para 3230 horas, em atendimento à Resolução CNE 02/2019, que alterou a carga horária mínima dos cursos de licenciatura.
- Com exceção das disciplinas História da Educação, Filosofia da Educação, Seminário de Introdução ao Curso, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Legislação e Organização da Educação Básica, Didática Geral, Avaliação da Aprendizagem, que se mantém inalteradas nesta versão reformulada do PPC, as demais disciplinas obrigatórias que integravam a grade curricular do curso conforme a versão de 2014 do PPC, sofreram modificações de carga horária ou ementa ou foram retiradas, de maneira que as demais disciplinas obrigatórias constantes nesta versão reformulada são consideradas inclusões em relação à versão anterior. Esses acréscimos contribuem para a formação do discente enquanto profissional do magistério e atende às propostas apresentadas pelo Conselho Nacional de Educação. Considerando-se as alterações propostas para a matriz curricular, apresentamos, neste documento, um quadro de equivalências entre as disciplinas outrora propostas e as indicações atuais.
- Em relação às disciplinas optativas, foram excluídas as disciplinas Corporalidade e Escrita, Sinais Internacionais, Linguística Aplicada II, Linguística II, Teoria da Literatura II, Literatura Piauiense, Literatura Infante-Juvenil. Foram acrescentadas as disciplinas Estudo do Léxico, Reflexões sobre Linguística Aplicada e Formação de Professores,

Gêneros textuais e ensino de língua, Letramento e multimodalidade, Libras: transcrição e escrita, Literatura Surda II, Literatura e tecnologia, Libras em Contextos, Análise de Discurso, Relações Sócio-Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira. A disciplina Análise de Discurso, que era obrigatória, tornou-se optativa.

- Nesta reformulação, foram incluídos os regulamentos do TCC e do Estágio Supervisionado.
- Foram acrescentados os componentes curriculares com a denominação Atividade Curricular de Extensão (ACE), a serem realizados a cada período letivo (exceto no primeiro), em atendimento à Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, que fora sancionado em 2014, a qual prevê que se assegure, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
- Outras disciplinas sofreram alterações em sua ordem de aparecimento no Fluxograma do Curso visando otimizar o processo formativo de nossos alunos.

As exigências impostas pelo novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, incidem diretamente no curso de Letras Libras, mormente, no que diz respeito à concretização do direito à educação dotada da qualidade necessária à transformação da vida e inclusão dos indivíduos para que sejam capazes de modificar positivamente a sociedade. A concretização do direito à educação “perpassa pela garantia de que todos os cidadãos tenham oportunidades de acessar as instituições escolares e que encontrem nelas as condições propícias para concluir, na idade certa, suas etapas com níveis satisfatórios de aprendizagem” (BRASIL, 2014, p. 9), nos termos descritos no PNE (2014-2024), sobretudo, nas suas metas estruturantes para a garantia do direito à Educação Básica com qualidade (1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11), nas metas voltadas para a redução das desigualdades e à valorização da diversidade (4 e 8) e nas metas para a valorização dos profissionais da educação (15, 16, 17 e 18).

No âmbito do Parfor, o curso de Letras Libras na UFPI foi criado e com implantação no ano de 2016 com cinco turmas ofertadas nos municípios de: Esperantina, Floriano, Parnaíba,

Picos, Teresina visando atender as demandas sociais emergentes no estado do Piauí no que se refere à formação de professores em exercício na Educação Básica da rede pública de ensino sem a formação exigida pela Lei n. 9.394/1996, por meio da oferta de Ensino Superior público e gratuito e com qualidade, em consonância com os objetivos do Programa.

O curso é destinado exclusivamente aos professores em exercício nas escolas públicas estaduais e municipais que não possuem formação adequada às exigências da LDB (Lei n. 9.394/1996), que aderirem ao Programa por meio de inscrição realizada na Plataforma Capes de Educação Básica (<https://eb.capes.gov.br/>)⁸, e vislumbra integrar um esforço nacional, a favor da melhoria da qualidade do ensino da Educação Básica e da valorização do magistério.

Partimos do pressuposto de que a qualificação de professores da Educação Básica deve integrar as políticas atuais para a formação inicial e continuada do docente, sustentando-se numa base comum de referência nacional (orientações, diretrizes e condições legais e administrativas) que permita aos sistemas de ensino e às instituições responsáveis por essa formação docente a viabilização de um processo formativo integrado às demais ações que conduzam à superação de precariedade da realidade educacional.

Nesse sentido, o curso de Letras Libras delineado nesta proposta, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e articulado com o PPI e o PDI da UFPI, visa garantir formação inicial de professores de discentes público-alvo da Educação Especial que atuam no Ensino Fundamental e Ensino Médio, que lhes qualifique para o exercício da docência com vistas a assegurar a todos os alunos as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com os preceitos do PNE (2014-2024), sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea, de acordo com as disposições da BNCC.

É com esse objetivo que apresentamos esta proposta de reformulação curricular do curso de Letras Libras ofertado no âmbito da UFPI por meio do Parfor. As adequações propostas visam assegurar uma sólida formação interdisciplinar para os professores atuantes nas primeiras etapas

⁸ Sistema integrado ao Censo da Educação Básica disponibilizado pela Capes com a finalidade de constituir uma base de dados de identificação e informações sobre a formação e a atuação de professores da Educação Básica, em substituição à Plataforma Freire.

da Educação Básica, ancorada na compreensão ampla e contextualizada de educação e dos seus fundamentos (filosóficos, históricos, políticos, psicológicos e sociais), com foco na produção e difusão de conhecimentos por meio do domínio e manejo de conteúdos e metodologias investigativas que incentivem a análise crítica da realidade educacional na qual a escola se insere.

Para tanto, esta nova proposta do curso de Letras Libras oferece, nos marcos da organização curricular definida no seu PPC, um projeto de formação inicial diferenciado, fundado no aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas de conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, comprometido com a construção de itinerários formativos orientados por metodologias diversificadas e inovadoras, ações interdisciplinares, linguagens digitais e outras dinâmicas formativas que propiciem aos professores em formação aprendizagens significativas e contextualizadas.

Nessa perspectiva, o novo currículo do curso de Letras Libras do Parfor contribuirá para ampliar a visão e a atuação dos profissionais da Educação Básica por meio da atualização da prática docente, de modo a garantir, com qualidade, a efetiva aprendizagem e o desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes. Nisto reside a necessidade social e institucional de atualização deste PPC.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

O currículo do curso de Letras Libras do Parfor se identifica com a LDB (Lei n. 9.394/1996), com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Letras Libras (Resolução CNE/CES n. 18/2002), com o PNE (2014-2024), com a BNCC (Resolução CNE/CP n. 2/2017) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019) na comunhão de fundamentos, princípios e valores que reconhecem o compromisso da educação com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

O desenvolvimento curricular do curso de Letras Libras interconecta-se com os marcos legais referidos e está alicerçado nos princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009, revogado pelo Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016, e nos princípios da política de ensino da UFPI descritos no seu PDI (2020-2024), os quais reforçam a sua função social e o seu papel como instituição pública de promover educação superior de qualidade: (I) articulação entre ensino, pesquisa e extensão; (II) articulação entre teoria e prática; (III) interdisciplinaridade e transdisciplinaridade; (IV) flexibilização curricular; (V) ética.

I) Articulação entre teoria e prática

A ideia central que permeia o curso de Letras Libras do Parfor no contexto da UFPI é a de superação da perspectiva tradicional de formação de professores em favor de uma proposta crítica que dialoga com os princípios de uma prática educativa emancipadora. Em consonância com a perspectiva crítica emancipatória de formação docente, o PPC de Letras Libras aponta como um dos princípios norteadores de toda a prática formativa do curso - a indissociabilidade entre o fazer e o saber, o planejamento e ação, a teoria e a prática.

O discurso da unidade teoria e prática deve permear toda a formação docente desde o início do curso, e é coerente com a perspectiva freireana de práxis, entendida enquanto ação de interpretar criticamente a realidade para transformá-la, em um movimento dialético de ação-reflexão-ação que constitui a práxis educativa. Em termos freireanos, práxis é o movimento dialético entre reflexão e ação dos homens sobre a realidade social para transformá-la. Esse movimento supõe, de um lado, que o sujeito domine as ferramentas teóricas para exercitar o conhecimento da realidade e, de outro, que reconheça a necessidade de readequá-las após as mudanças alcançadas (FREIRE, 1967, 1983, 2007). Teoria e prática são, assim, indissociáveis e recíprocas e se complementam através da práxis. Teoria separada da prática transformadora constitui-se verbalismo. Prática desprovida de reflexão transforma-se em ativismo cego e repetitivo. Só há práxis autêntica na unidade dialética ação-reflexão, prática-teoria.

Essa compreensão é reforçada por Gomes e Pimenta (2019, p. 72) ao afirmarem que práxis é “a atitude (teórica e prática) humana de transformação da natureza e da sociedade”. Logo, não há práxis sem transformação do mundo. É por isso que a categoria práxis só se materializa na perspectiva crítica e emancipatória. A atividade teórica estabelece, de modo indissociável, o conhecimento crítico sobre a realidade (interpretá-la teoricamente) e a criação de finalidades políticas e possibilidades de transformá-lo tendo em vista a emancipação humana.

O papel da teoria é, nas palavras de Pimenta e Lima (2012, p. 43), “[...] iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade”. A atividade teórica contribui continuamente com o conhecimento indispensável para a prática transformadora da nossa visão de mundo, mas por si não modifica a realidade, “ela permite sentidos e significados para essa transformação que só ocorre na práxis, ou seja, na ação dos sujeitos historicamente situados” (GOMES; PIMENTA, 2019, p. 73). Contudo, não se trata de defender que a teoria se rende à prática e nem que a atividade teórica dita a prática. Reiteramos que o relacionamento entre teoria e prática é dialético. A teoria separada da prática não se materializa e nem gera mudanças. Da mesma forma, a prática esvaziada de teoria não tem caráter revolucionário. Em suma, a apropriação do conhecimento e a interpretação da realidade teoricamente qualifica a intervenção prática do homem sobre a realidade.

Nessa perspectiva, reiteramos que a formação de professores é teoria e prática indissociavelmente, ou seja, é práxis. A formação docente é espaço primordial de reflexão crítica sobre a prática, ou como declara Freire (2015), é momento fundamental para os professores aprenderem a prática de pensar sobre a prática. “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 2015, p. 40). É justamente por isto que na formação de professores é preciso investir nos processos de reflexão nas e das ações pedagógicas.

A esse respeito, Gatti *et al* (2019) observam que a atividade teórica na formação deve constituir-se a partir de experiências e análises de práticas concretas de escolarização para que os professores em formação possam apreender a dialética dinâmica entre consciência crítica e ação social, de tal forma que na sua ação docente possam superar os problemas que afetam o contexto escolar e dificultam ou impedem a emancipação dos sujeitos e a mudança social. Desse modo, não é possível separar teoria e prática, uma vez que embora sejam autônomas, há dependência mútua entre elas. Por essa razão, reiteramos a emergência da formação de professores como intelectuais críticos, o que requer mais que repensar o relacionamento entre conhecimento e poder, porque, como afirmam Giroux e McLaren (1997a, p. 203):

O discurso por si só não pode ocasionar mudança social. É com esse entendimento em mente que os programas de formação de professores se comprometem sem concessões com as questões de fortalecimento e transformação, as quais combinam conhecimento e análise crítica num apelo por transformar a realidade no interesse das comunidades democráticas.

Isso significa que é imperativo que os educadores, além de refletirem criticamente sobre a prática, reconheçam a importância de traduzir o resultado desse pensamento crítico em ações concretas nas salas de aula e no mundo político mais amplo, que se traduzam em compromisso com a luta pela democracia.

A partir dessa visão da função social da universidade e da escola básica, em sintonia com o movimento teórico empreendido por Giroux (1997a), de que a mera reflexão sobre a atividade docente é insuficiente para uma compreensão dos elementos que condicionam a prática profissional, entendemos a pesquisa e a extensão enquanto princípios educativos orientadores do processo formativo como possibilidades de intervenção e mediação de práticas que redefinem o

relacionamento entre teoria e prática e conectam universidade e escola em torno de preocupações emancipadoras.

II) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

A aproximação entre as instituições formadoras e o espaço do exercício profissional dos docentes tem se mostrado muito benéfica, tanto para os cursos de formação quanto para a escola. Com efeito, ao se aproximar da escola a universidade pode efetivar melhor a articulação entre teoria e prática, o que impacta a sobrevivência da condição pública legitimada para o Ensino Superior de produzir e socializar o conhecimento, fundado no constante exercício da crítica e cultivado por meio do ensino, pesquisa e extensão. Este tripé é considerado referencial de qualidade da formação e da relação orgânica entre os lugares formativos e o local de trabalho, proposição com a qual, também, estamos inteiramente de acordo.

Essa articulação é positiva, inclusive porque, como ressalta André (2016), os currículos de formação de professores poderão ser operacionalizados a partir da realidade concreta da escola básica com seus dilemas e problemas práticos, de modo a inspirar projetos e ações integrados para a qualificação de docentes e das práticas de ensino, promovendo o desenvolvimento profissional dos participantes que estão envolvidos no processo formativo em ambas as instituições. Nesse contexto, a prática docente é colocada como ponto de partida e de chegada da formação possibilitando ao professor “articular e traduzir os novos saberes em novas práticas” (PIMENTA, 2012, p. 17) através de uma ressignificação mútua, construindo, assim, o verdadeiro sentido da práxis como ação humana transformadora.

A relação orgânica entre os lugares formativos e o local de trabalho potencializa o fortalecimento das licenciaturas e a valorização do profissional da educação à medida que os cursos de formação de professores formem profissionais que respondam, efetivamente, às demandas e necessidades da escola básica, face à sua função social, que consiste em assegurar aos estudantes a construção de conhecimentos necessários à interpretação e à intervenção crítica e consciente no mundo contemporâneo. Em suma, a imperatividade da conexão entre o Ensino Superior e a Educação Básica sobrevém da própria finalidade socialmente definida para a universidade enquanto instituição educativa, a qual, segundo Almeida e Pimenta (2011, p. 21):

[...] é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão. Ou seja, na produção do conhecimento a partir da problematização dos conhecimentos historicamente produzidos e de seus resultados na construção da sociedade humana e das novas demandas e desafios que esta coloca. Estes, por sua vez, são produzidos e identificados inclusive nas análises que se realizam no próprio processo de ensinar, na experimentação e na análise dos projetos de extensão, por meio das relações que são estabelecidas entre os sujeitos e os objetos de conhecimento.

Na área da educação, especificamente, dizemos que a universidade cumpre seu papel através da formação de profissionais qualificados para responderem às questões que perpassam a escola básica, a fim de que esta possa enfrentar o desafio de qualificar a educação escolar por meio da melhoria dos resultados das aprendizagens de conhecimentos e dos valores necessários à socialização dos estudantes. Sob essa ótica, a universidade (lugar da formação) é articuladamente uma instância social dependente e complementar da escola (local de trabalho).

Concordamos com André (2016) no que tange ao entendimento de que a iniciativa dessa parceria deve partir, principalmente, da universidade, tendo em vista o seu compromisso científico, ético e político ante a sociedade. Em se tratando do Parfor, essa relação dialógica é absolutamente necessária por ser um Programa destinado à formação de professores em exercício na Educação Básica, que produzem saberes da docência, os quais incluem, segundo Pimenta (2012), a experiência, os conhecimentos específicos e os saberes pedagógicos e didáticos, necessários ao processo formativo.

A prática dos professores da escola básica é rica em possibilidades para a construção da teoria, visto que não é apenas espaço de aplicação de saberes oriundos da teoria, mas também de produção de saberes provenientes dessa mesma prática (TARDIF, 2014). Por isso mesmo, esses saberes devem ser valorizados pelo docente universitário como expressão do compromisso de profissional que presta serviço à sociedade em uma universidade pública. O desafio posto aos formadores é o de colaborar na ressignificação dos saberes na formação de professores, tendo como ponto de partida a mobilização dos saberes da docência (ALMEIDA; PIMENTA, 2011; PIMENTA, 2012).

Ratificamos que não se trata de adotar uma concepção praticista da formação docente, mas sim de um movimento que presume o que Nóvoa (2011) denomina de “transformação deliberativa”, isto é, uma transformação dos saberes que impõe uma resposta a dilemas pessoais, sociais e culturais. Tal afirmação nos reporta a uma provocação inusitada desse autor de que “[...]. É preciso passar a formação de professores para dentro da profissão [...]. Não haverá

nenhuma mudança significativa se a ‘comunidade dos formadores de professores’ e a ‘comunidade dos professores’ não se tornarem mais permeáveis e imbricadas” (NÓVOA, 2011, p. 18). Ou seja, é necessário que os professores formadores assumam lugar predominante na formação dos colegas de profissão. A proposição, nessa direção, é que sejam construídos um ambiente e uma cultura de colaboração entre os formadores e os profissionais da escola, entre as IES e as escolas, por meio da realização de projetos conjuntos.

Zeichner (1983, 2008) também argumenta que a conexão entre os componentes curriculares acadêmicos e o conhecimento prático profissional expande as oportunidades de aprendizagem docente e reduz as relações assimétricas de poder entre universidade e escola, professor do Ensino Superior e professor da Educação Básica, na medida em que novas sinergias são criadas por meio da valorização do conhecimento produzido pela escola, reconhecendo os professores da Educação Básica como colaboradores e parceiros nos processos formativos.

A partir dessa visão da função social da universidade e da escola básica, em sintonia com o movimento teórico empreendido por Giroux (1997a), de que a mera reflexão sobre a atividade docente é insuficiente para uma compreensão dos elementos que condicionam a prática profissional, entendemos a pesquisa e a extensão, enquanto princípios educativos orientadores do processo formativo, como possibilidades de intervenção e mediação de práticas que redefinem o relacionamento entre teoria e prática e conectam universidade e escola em torno de preocupações emancipadoras.

A pesquisa como um meio de produção de conhecimento e intervenção na prática social é um componente necessário à formação do professor e à atividade central no trabalho docente porque reforça a capacidade do exercício crítico e reflexivo que permitirá a aprendizagem autônoma, competente e criativa. Como assinalam Gatti *et al* (2019, p. 188):

Existem determinados aspectos do exercício docente que podem ser melhor desenvolvidos a partir da problematização e da investigação sistemática com base em fundamentos e instrumentos teórico-metodológicos. A formação para a investigação auxilia o docente a aprender como olhar para o mundo a partir de múltiplas perspectivas, inclusive as dos alunos, cujas vivências são muito diferentes das do professor e, sobretudo, a utilizar esse conhecimento para lançar mão de práticas mais equitativas na sala de aula.

Logo, um dos princípios subjacentes à valorização da postura investigativa é o de autonomia, no sentido proposto por Contreras (2012). Comprometer-se com o desenvolvimento

de uma atitude investigativa com os professores em formação vincula-se, portanto, à pretensão de formar sujeitos autônomos, críticos e capazes de fazer escolhas, características fundamentais dos intelectuais transformadores.

Essas premissas exigem uma reorganização dos cursos de formação de professores que leve em consideração a parceria entre a universidade e a escola básica como princípio educativo. Neste sentido, Nóvoa (2011) aponta para a necessidade de romper com as fortes tradições individualistas que têm marcado os discursos da formação docente, por meio da viabilização de novos modos de organização da profissão, e destaca a colegialidade e a criação de culturas colaborativas como medidas necessárias para preencher o fosso entre os discursos e as práticas na formação de professores.

Concebendo a escola como espaço de formação baseada na troca de saberes e a docência como profissão que se exerce num coletivo, Nóvoa (2011) defende a criação de comunidades de práticas nas escolas que reúnem professores da Educação Básica e do Ensino Superior comprometidos com a pesquisa e com a inovação. Nesses grupos são discutidas ideias sobre o ensino e aprendizagem e planejadas estratégias mais viáveis para articular o saber acadêmico da universidade com o conhecimento prático profissional dos professores da Educação Básica, em busca de novas formas para aprimorar a aprendizagem dos professores em formação. Nesta perspectiva, é imprescindível que os cursos de formação, em parceria com docentes da escola básica, reforcem dispositivos e práticas coletivas que tenham a pesquisa (pesquisa/ação/colaborativa) como eixo formativo e valorizem a atividade docente e o trabalho escolar como problemática de investigação (GATTI *et al*, 2019; NÓVOA, 1999, 2011; ZEICHNER, 1983, 2011).

Esse movimento compartilhado e corresponsável na formação de professores incentiva um status mais igualitário para os participantes, visto que envolve uma relação mais equilibrada e dialética entre o conhecimento da academia e o conhecimento da prática profissional que, apesar de surgirem de lugares sociais específicos, são igualmente importantes, como observam Giroux e Simon (1997, p. 172): “Cada uma destas diferentes esferas institucionais fornece ideias diversas e críticas sobre os problemas da produção curricular e escolarização, e o fazem a partir de particularidades históricas e sociais que lhes dão significado”. A questão central posta aqui é

como unir estas formas de produção e práticas teóricas num projeto comum orientado pelas linguagens de crítica e possibilidade.

Nessa linha de raciocínio, Giroux, Shumway, Smith e Sosnoski (1997) delineiam um movimento de afastamento da pesquisa individualista/disciplinar, que evolui rumo a investigações colaborativas. Para tanto, defendem a necessidade de superar a fragmentação dos currículos que preservam a estrutura disciplinar, pois à medida que segrega o conhecimento, limita o discurso dos professores em sua capacidade de dialogarem acerca de preocupações comuns, contribuindo, assim, para a reprodução da cultura dominante. Esses autores argumentam em favor do desenvolvimento de programas interdisciplinares, numa concepção de práxis humana, que reconhecem e estimulam o papel ativo dos estudantes no processo formativo com a fomentação do questionamento e da resistência crítica e a efetivação das premissas das práticas educativas e políticas hegemônicas.

Tal práxis, necessariamente contradisciplinar, em termos girouxianos, não pode ser alojada na universidade da maneira como atualmente está estruturada, inextricavelmente atrelada aos interesses que suprimem as inquietações críticas daqueles que estão dispostos a gerar práticas sociais de emancipação. Daí, a necessidade de “contra-instituições”, que em vez de se renderem à concepção descontextualizada de práticas disciplinares, definam o papel do professor intelectual como prática contra-hegemônica (THOMPSON, 2011, 2014), por meio do desenvolvimento de um currículo e uma pedagogia que enfatizem modelos de investigação colaborativa, que tenha impacto político fora dos limites da universidade e gere a mudança social radical, que é o objetivo mais importante de uma práxis contradisciplinar no entendimento de Giroux, Shumway, Smith e Sosnoski (1997).

A capacidade de gerar e socializar conhecimento por meio de processos investigativos (pesquisa) e de criar uma relação entre a comunidade e a universidade, desenvolvendo ações que possibilitem uma troca de conhecimentos (extensão), induz a uma referência dinâmica da relação docente-discente-comunidade, oportunizando contextos de diálogo e de ensinar a aprender. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que necessariamente tem uma dimensão teórica e prática, postulado que o PPI da UFPI defende, pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição disciplinar.

III) Interdisciplinaridade e transversalidade

A imperatividade da interdisciplinaridade na produção e socialização do conhecimento do campo educativo tem sido discutida por diversos estudiosos que, de modo geral, assinalam, pelo menos, um posicionamento consensual no tocante ao sentido e à finalidade da prática interdisciplinar, qual seja: a necessidade de superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento. Trata-se de um movimento que se encaminha para um novo sistema de organização, produção e difusão do conhecimento, como sugerem Fazenda (2013), Frigotto (2008), Lück (2010), Thiesen (2008), entre outros.

Para Frigotto (2008, p. 43), o caráter necessário do trabalho interdisciplinar emana “da própria forma do homem produzir-se enquanto ser social e enquanto sujeito e objeto do conhecimento social”. Na perspectiva do autor, a interdisciplinaridade funda-se no caráter dialético da realidade social, marcada por conflitos e contradições, e no modo intersubjetivo de apreensão do caráter uno e diverso da vida social, o que nos impõe delimitar os objetos de estudo, demarcando seus campos sem, contudo, fragmentá-los ou limitá-los arbitrariamente.

Lück (2010, p. 44), contribuindo com a discussão, define como objetivo da interdisciplinaridade:

[...] promover a superação da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, ao mesmo tempo resgatando a centralidade do homem na realidade e na produção do conhecimento, de modo a permitir ao mesmo tempo uma melhor compreensão da realidade e do homem como o ser determinante e determinado.

A interdisciplinaridade se apoia no princípio de que nenhum campo de conhecimento é completo e que é pelo diálogo com outras áreas que surgem novas possibilidades de compreensão da realidade. Portanto, o enfoque interdisciplinar é orientado por uma consciência e atitude críticas, abertura para o compartilhamento de conhecimento e predisposição para o trabalho coletivo. Esta postura colegiada e colaborativa do trabalho docente afeta diretamente as esferas de poder e controle, à medida que busca superar as relações hierárquicas nas instituições educativas e desenvolver relações de modo mais horizontal entre professores, gestores e estudantes (FAIRCLOUGH, 2004; FOUCAULT, 1998, 2014; GIROUX, 1997c).

A interdisciplinaridade na formação profissional exige competências atinentes aos tipos de intervenção solicitados e às condições que convergirem para a sua melhor execução, o que requer a conjugação de distintos saberes disciplinares. Desse modo, a interdisciplinaridade não

exclui a necessidade de uma formação disciplinar, indispensável no processo de teorização das práticas, uma vez que é ela que oferece os fundamentos e conteúdos para a construção do conhecimento. Nas palavras de Lenoir (1998, p. 46), “[...]. A perspectiva interdisciplinar não é, portanto, contrária à perspectiva disciplinar; ao contrário, não pode existir sem ela e, mais ainda, alimenta-se dela”. Ou seja, o movimento interdisciplinar busca a totalidade do conhecimento, respeitando as características das disciplinas.

Fazenda (2013), também, observa que a interdisciplinaridade não diz respeito apenas à justaposição arbitrária de disciplinas e conteúdos, tampouco pode ser confundida com integração, visto que, apesar desses conceitos serem indissociáveis, apresentam distinções. Em suas palavras:

[...] uma integração requer atributos de ordem externa, melhor dizendo, da ordem das condições existentes e possíveis, diferindo de uma integração interna ou interação, da ordem das finalidades e sobretudo entre as pessoas. Com isso retomamos novamente a necessidade de condições humanas diferenciadas no processo de interação que faça com que saberes de professores numa harmonia desejada integrem-se aos saberes dos alunos (FAZENDA, 2013, p. 26).

Embora a integração esteja associada à prática interdisciplinar, ela é apenas um momento desse processo. A interdisciplinaridade requer “a formação de um profissional que levanta problemas a partir de uma análise do contexto sócio-histórico, refletindo com profundidade e rigorosidade, visando à compreensão crítica dos problemas educacionais em sua totalidade” (FERRO, 2019, p. 102), pré-requisito para uma resistência autoconsciente e efetiva às práticas prevalentes.

Nessa mesma direção, Thiesen (2008) observa que a escola, como lugar legítimo de produção e reconstrução de conhecimento, precisa acompanhar o ritmo das mudanças que ocorrem em todos os segmentos sociais, tendo em vista que o mundo está cada vez mais interconectado, interdisciplinarizado e complexo. Portanto, o caráter necessário do trabalho interdisciplinar na formação docente decorre da própria exigência de discussões acerca dos novos desafios a serem enfrentados no contexto educacional em face das rápidas transformações sociais.

Por essa lógica, a formação dos profissionais que atuam na escola precisa estar interconectada com as transformações da sociedade contemporânea, fundamentando-se em práticas interdisciplinares que, apoiadas entre si, participam da construção de novos conhecimentos. Se a interdisciplinaridade anseia a passagem de uma concepção fragmentária

para uma concepção unitária da produção do conhecimento, uma proposta de formação docente interdisciplinar deve promover o diálogo entre as diversas áreas e disciplinas, estabelecendo interconexões entre os saberes.

Na interdisciplinaridade, as disciplinas se unem em um projeto comum, por meio de um planejamento que as integre, promovendo condições para o diálogo e a reciprocidade entre diferentes conteúdos, com troca de conhecimentos, enriquecendo ainda mais as possibilidades de produzir um novo saber, menos fragmentado e mais dinâmico, imprimindo, assim, significado às experiências escolares e à realidade global. Como observa Fazenda (1998, p. 13), exercer “uma forma interdisciplinar de teorizar e praticar a educação demanda, antes de mais nada, o exercício de uma atitude ambígua”, porque impele-nos, simultaneamente, a enfrentar o caos que a atividade interdisciplinar provoca e a buscar a organização e a lucidez que ela exige. Assim, o ensino no curso de Letras Libras do Parfor na UFPI procura ter uma visão mais ampla, diminuindo a fragmentação do conhecimento, pois somente assim se apossará de uma cultura interdisciplinar.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Implica um compromisso com a construção da cidadania e, assim sendo, requer a inclusão no currículo escolar das questões sociais que afetam a vida humana em escala local, regional e global. Essa abordagem exige necessariamente uma prática educativa voltada para a compreensão e a crítica da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva, contribuindo, assim, para a formação integral e a atuação dos alunos na sociedade.

Por isso, na prática pedagógica, transversalidade e interdisciplinaridade nutrem-se mutuamente, tendo em vista que o tratamento das questões sociais incorporadas como temas transversais requer a inter-relação e a influência entre os campos de conhecimento, de forma que não é possível desenvolver um trabalho pautado na transversalidade tomando-se a visão compartimentada (disciplinar) da realidade na qual a escola está inserida.

Transversalidade e interdisciplinaridade fundamentam-se na crítica a uma epistemologia que defende o caráter estático da realidade, sujeita à fragmentação do saber nas situações de ensino. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a rede de relações entre os seus aspectos contraditórios. Transversalidade e interdisciplinaridade são

complementares à medida que consideram o caráter dinâmico e inacabado da realidade, porém diferem uma da outra:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles — questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) (BRASIL, 1997, p. 31).

A interdisciplinaridade diz respeito a uma relação entre disciplinas. Refere-se, portanto, a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Já a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática. É uma proposta metodológica que, integrando diversos conhecimentos, desencadeia metodologias transformadoras da prática pedagógica, possibilitando o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada, em direção a uma visão sistêmica.

Em consonância com o que preceitua a BNCC, os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em, preferencialmente de forma transversal e integradora.

Entre esses temas, destacam-se: *direitos da criança e do adolescente* (Lei n. 8.069/199016), *educação para o trânsito* (Lei n. 9.503/199717), *educação ambiental* (Lei n. 9.795/1999, Parecer CNE/CP n. 14/2012 e Resolução CNE/CP n. 2/201218), *educação alimentar e nutricional* (Lei n. 11.947/200919), *processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso* (Lei n. 10.741/200320), *educação em direitos humanos* (Decreto n. 7.037/2009, Parecer CNE/CP n. 8/2012 e Resolução CNE/CP n. 1/201221), *educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena* (Leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP n. 3/2004 e Resolução CNE/CP n. 1/200422), *relações de gênero, violência contra a mulher* (Lei N. 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha), bem como *saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal,*

trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB n. 11/2010 e Resolução CNE/CEB n. 7/201023)⁹.

A transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de trabalhar o conhecimento, que buscam reintegração de procedimentos acadêmicos que ficaram isolados uns dos outros pelo método disciplinar. E essa reintegração possibilita intervir na realidade para transformá-la. Os objetivos e conteúdos dos temas transversais, quando pertinentes, devem estar inseridos em diferentes cenários de atividades. Têm como eixo educativo a proposta de uma educação comprometida com a cidadania, conforme defendem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Entendemos que o caminho mais viável para a inserção dos temas transversais no contexto escolar, coerente com os pressupostos da concepção de transversalidade apresentada anteriormente, é através de projetos, concebidos como estratégias pedagógicas para organizar os conhecimentos escolares (HERNÁNDEZ; VENTURA, 1998; ARAÚJO, 2003).

Em suma, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade implicam rever, quando da (re)construção do projeto pedagógico de cada curso, a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, e, assim, reafirmar o diálogo entre as áreas do conhecimento, a ética e o trabalho coletivo e colaborativo.

IV) Flexibilização curricular

Os Projetos Pedagógicos dos cursos da UFPI, no exercício de sua autonomia, deverão prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao estudante incorporar outras formas de aprendizagem e formação social. A flexibilização curricular pressupõe uma liberdade maior para o estudante articular suas escolhas e construir sua identidade, valorizando a vivência universitária.

A flexibilização se propõe a desenvolver a socialização de conteúdo, desenvolver habilidades específicas e gerais, extrapolando áreas específicas de saber e adequar o currículo à evolução acelerada do conhecimento e das práticas profissionais, sobretudo atentando para o fato de que se trata de uma relação temporalmente delimitada entre o aluno e a universidade.

⁹ Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada (BRASIL, 2017b).

A flexibilização curricular deve incluir não apenas a oferta de disciplinas eletivas ou o aumento/redução de carga horária de disciplinas ou de cursos, tampouco deve se limitar à inclusão de atividades complementares no decurso formativo dos estudantes. Deve se estender e se inserir em toda a estruturação curricular, permitindo maior fluidez e dinamização na vida acadêmica. Pode ser operacionalizada por meio do arejamento do currículo; pelo respeito à individualidade no percurso de formação; pela utilização da modalidade de educação a distância; pela flexibilização das ações didático-pedagógicas; pela mobilidade ou intercâmbio estudantil; pela incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação; pela adoção de formas diferenciadas de organização curricular e pela previsão e oferta de atividades curriculares de extensão.

V) Ética

A ética é norteadora de toda a ação institucional, em todas as suas relações internas e externas com a sociedade. E, em especial, daquelas relativas aos processos de ensino e aprendizagem, à condução de pesquisas e à produção e socialização do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

A observância da ética e do respeito à dignidade da pessoa humana e do meio ambiente, deve ocorrer, preferencialmente, por meio da construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação.

Quando se pensam cursos de formação docente, deve-se apontar para a importância do estudo da ética em seus aspectos sistemáticos e quanto ao conhecimento das teorias filosóficas para a compreensão da prática dos professores como profissionais da educação autônomos e criteriosos em sua práxis e cômicos da repercussão social e política de sua atuação. O olhar pedagógico pautado pela ética minimiza a possibilidade de desumanização das relações, de banalização, agressividade e violência nas relações cotidianas do ambiente educacional. A ética permite um movimento de alteridade que corrobora o cuidado com o eu, os outros e com mundo.

2.2 Objetivos do curso

O Parfor é uma ação da Capes que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de Educação Básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam, em consonância com a meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024) e com a LDB n. 9.394/1996 e suas modificações.

Ante esse propósito, o curso de Letras Libras da UFPI ofertado pelo Programa tem como objetivo geral formar o professor em exercício na rede pública de Educação Básica, comprometido com as questões educacionais locais, regionais e nacionais e com a realidade social de modo crítico e transformador. A partir desse objetivo central são definidos os seguintes objetivos específicos:

- Contribuir para definição e implementação de uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de LIBRAS no Ensino Fundamental e no Médio.
- Promover e difundir conhecimentos nas áreas de língua, literatura e cultura, fomentando a capacitação do futuro professor enquanto profissional competente, crítico e participativo.
- Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor de LIBRAS compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino.
- Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica no contexto da escola pública.
- Resgatar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas Escolas Públicas.
- Garantir, no processo de formação, a transversalidade na abordagem teórico-metodológica da ação docente.
- Instigar e promover o espírito empreendedor e competitivo no ambiente escolar com vistas a criar uma cultura de livre iniciativa.
- Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica no estado progressivamente.

A partir do objetivo geral e dos objetivos específicos, o curso criará as possibilidades para formar um profissional capaz de resolver problemas decorrentes do seu trabalho, considerando as multidimensões (humana, ética, estética, política, técnica e social) que fundamentam a profissão, conforme delineado no perfil do egresso a seguir relacionado.

2.3 Perfil do egresso

O professor é aqui concebido como um profissional que reflete criticamente sobre a prática cotidiana, visando compreender as características do processo de ensino e de aprendizagem e do contexto sócio-histórico no qual o trabalho ocorre, de modo que a compreensão crítica dos problemas educacionais em sua totalidade favoreça a autonomia e emancipação dos atores que participam do processo educativo (PÉREZ-GÓMEZ, 1998).

Nessa perspectiva e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Letras (Resolução CNE/CP n. 2/2002) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, a formação de profissionais do magistério deve ser pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da Educação Básica e da profissão, para que o(a) egresso(a) do curso de Letras Libras esteja apto a:

- I. Conhecimento e domínio das habilidades linguísticas de compreensão (escrita e sinalizada) e expressão (escrita e sinalizada) em situações de comunicação diversas;
- II. Competência no que diz respeito à seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de Letras;
- III. Competência no que diz respeito à seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de LIBRAS como L1 e como L2, levando em conta a diversidade da demanda interessada;
- IV. Domínio das metodologias de ensino-aprendizagem concentradas para o ensino de LIBRAS como L1 e L2;

- V. Aptidão para atuar em escolas e centros das redes pública e/ou privada conforme as exigências pedagógicas atuais;
- VI. Capacidade de trabalhar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural;
- VII. Formação humanística, teórica e prática;
- VIII. Posicionamento investigativo importante para o processo continuado de construção do saber na área;
- IX. Habilidade de pautar-se em valores da educação multicultural que permitam a comunicação internacional e o respeito entre as diferentes culturas;
- X. Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- XI. Domínio dos diferentes usos da língua de sinais em estudo e sua gramática;
- XII. Aptidão crítica de um repertório representativo de literatura da língua em estudo;
- XIII. Disposição para analisar, descrever e explicar, a estrutura e o funcionamento da língua de sinais, discursivamente, a partir de pontos de vista teóricos fundamentados;
- XIV. Habilidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- XV. Capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- XVI. Conhecimento seguro e profundo da língua brasileira de sinais, em termos de estrutura, funcionamento e manifestações culturais;
- XVII. Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional
- XVIII. Posicionamento crítico acerca de novas tecnologias e conceitos científicos
- XIX. Conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem a adaptação dos conteúdos para os diversos níveis de ensino;

- XX. Capacidade de empreender processos de investigação que permitam o aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica;
- XXI. Capacidade de empreender processos de investigação que permitam o aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica;
- XXII. Aptidão para refletir teoricamente sobre a aquisição de linguagem

O estudante do curso de Letras Libras da UFPI ofertado por meio do Parfor trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, nos termos da Resolução CNE/CES n. 18/2002. Todos os esforços serão desenvolvidos para garantir o crescimento pessoal e, sobretudo, profissional do egresso, tornando-o mais competente na área de sua atuação profissional.

2.4 Competências e Habilidades

A noção de competência, comumente associada à perspectiva do professor reflexivo, foi amplamente difundida e apropriada por pesquisadores e pelos programas de formação inicial de professores em serviço, muitas vezes de forma descontextualizada, sem um estudo mais consistente e uma análise crítica das suas origens, como adverte Contreras (2012).

Cabe ressaltar que a chamada “Pedagogia das competências” passou a ser nuclear nos programas de formação de professores em razão dos imperativos postos pelo mercado globalizado que visa maior eficácia no processo de produção, face às inovações tecnológicas e ao agravamento do desemprego (BALL, 1994, 2001, 2016). Daí porque essa perspectiva tem sido alvo de muitas críticas quando praticada no campo da formação docente, uma vez que o discurso das competências colabora para o fortalecimento do modelo hegemônico de formação, que coloca em segundo plano o caráter crítico e emancipatório das práticas educativas.

Especificamente em relação à ampliação do enfoque das competências para os programas de formação inicial de professores que já atuam nos sistemas de ensino, como é o caso do Parfor,

Libâneo (2002) ressalta o agravante de fazermos uma formação superior aligeirada em virtude da supervalorização da prática dos professores, considerada em si mesma, sem tomá-la como objeto de análise crítica (o que demandaria mais tempo para uma ampla e sólida formação teórica), sugerindo, assim, um investimento maior na certificação do que na qualidade da formação.

Convém advertir que nesse campo de disputas surgem propostas de superação do discurso dominante com o estabelecimento da noção de competências dialógicas, ou de pedagogia das competências contra-hegemônica. A partir do argumento da necessidade de desconstrução do termo polissêmico “competência”, autores como Tardif e Gauthier (2014), Perrenoud (1997, 1999, 2000, 2002) e Zabala (1998) propõem a superação da ideia de competências como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes na condição de requisito individual para ingressar no mercado de trabalho, para assumir uma perspectiva crítico-emancipatória de educação, uma pedagogia da autonomia, fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando, nos termos de Freire (2015). Para os efeitos deste texto, denominamos essa concepção de “competências complexas”. Portanto, a expressão “competências e habilidades” deve ser aqui entendida, nesta perspectiva, como equivalente à expressão “direitos e objetivos de aprendizagem” presente no Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2021).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019) e com base nos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC-Educação Básica, é requerido do licenciando o desenvolvimento de competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, as quais compõem a BNC-Formação. As competências gerais docentes estão descritas no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Competências gerais docentes estabelecidas na BNC-Formação

Competências Gerais Docentes
1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.

3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Fonte: Brasil (2019)

As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente, a saber: I - Conhecimento Profissional; II - Prática Profissional; e III - Engajamento Profissional. O Quadro 4, a seguir, apresenta as competências específicas por dimensão estabelecidas na BNC-Formação.

Quadro 4 – Competências específicas por dimensão estabelecidas na BNC-Formação

Competências Específicas		
1. Conhecimento Profissional	2. Prática Profissional	3. Engajamento Profissional
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem.	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem.	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.
1.3 Reconhecer os contextos.	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades.	3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.

Fonte: Brasil (2019)

As competências específicas de cada dimensão do processo formativo, por sua vez, se desdobram em ações que caracterizam as habilidades que são necessárias ao exercício da docência, conforme discriminadas nos Quadros 5, 6 e 7, apresentados a seguir:

Quadro 5– Competências específicas e habilidades da dimensão conhecimento profissional

1. Conhecimento Profissional	
Competências Específicas	Habilidades
<p>1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.</p>	<p>1.1.1 Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da docência, do conteúdo, da etapa, do componente e da área do conhecimento na qual está sendo habilitado a ensinar.</p> <p>1.1.2 Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.</p> <p>1.1.3 Dominar os direitos de aprendizagem, competências e objetos de conhecimento da área da docência estabelecidos na BNCC e no currículo. 1.1.4 Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>1.1.5 Compreender e conectar os saberes sobre a estrutura disciplinar e a BNCC, utilizando este conhecimento para identificar como as dez competências da Base podem ser desenvolvidas na prática, a partir das competências e conhecimentos específicos de sua área de ensino e etapa de atuação, e a interrelação da área com os demais componentes curriculares. 1.1.6 Dominar o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) tomando como referência as competências e habilidades esperadas para cada ano ou etapa.</p> <p>1.1.7 Demonstrar conhecimento sobre as estratégias de alfabetização, literacia e numeracia, que possam apoiar o ensino da sua área do conhecimento e que sejam adequados à etapa da Educação Básica ministrada.</p>
<p>1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem.</p>	<p>1.2.1 Compreender como se processa o pleno desenvolvimento da pessoa e a aprendizagem em cada etapa e faixa etária, valendo-se de evidências científicas.</p> <p>1.2.2 Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas diagnóstica, formativa e somativa de avaliar a aprendizagem dos estudantes, utilizando o resultado das avaliações para: (a) dar devolutivas que apoiem o estudante na construção de sua autonomia como aprendiz; (b) replanejar as práticas de ensino para assegurar que as dificuldades identificadas nas avaliações sejam solucionadas nas aulas.</p> <p>1.2.3 Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem.</p> <p>1.2.4 Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos estudantes desenvolver as competências necessárias, bem como favoreçam o desenvolvimento de habilidades de níveis cognitivos superiores.</p> <p>1.2.5 Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos.</p> <p>1.2.6 Adotar um repertório adequado de estratégias de ensino e atividades didáticas orientadas para uma aprendizagem ativa e centrada no estudante.</p>

<p>1.3 Reconhecer os contextos.</p>	<p>1.3.1 Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das escolas em que atua.</p> <p>1.3.2 Compreender os objetos de conhecimento que se articulem com os contextos socioculturais dos estudantes, para propiciar aprendizagens significativas e mobilizar o desenvolvimento das competências gerais.</p> <p>1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações.</p> <p>1.3.4 Reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.</p>
<p>1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.</p>	<p>1.4.1 Compreender como as ideias filosóficas e históricas influenciam a organização da escola, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais. 1.4.2 Dominar as informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro, as formas de gestão, as políticas e programas, a legislação vigente e as avaliações institucionais.</p> <p>1.4.3 Conhecer a BNCC e as orientações curriculares da unidade federativa em que atua.</p> <p>1.4.4 Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos.</p>

Fonte: Brasil (2019)

Quadro 6 – Competências específicas e habilidades da dimensão prática profissional

2. Prática Profissional	
Competências Específicas	Habilidades
<p>2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.</p>	<p>2.1.1 Elaborar o planejamento dos campos de experiência, das áreas, dos componentes curriculares, das unidades temáticas e dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas pela BNCC.</p> <p>2.1.2 Sequenciar os conteúdos curriculares, as estratégias e as atividades de aprendizagem com o objetivo de estimular nos estudantes a capacidade de aprender com proficiência.</p> <p>2.1.3 Adotar um repertório diversificado de estratégias didático[1]pedagógicas considerando a heterogeneidade dos estudantes (contexto, características e conhecimentos prévios).</p> <p>2.1.4 Identificar os recursos pedagógicos (material didático, ferramentas e outros artefatos para a aula) e sua adequação para o desenvolvimento dos objetivos educacionais previstos, de modo que atendam as necessidades, os ritmos de aprendizagem e as características identitárias dos estudantes.</p> <p>2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.</p> <p>2.1.6 Propor situações de aprendizagem desafiadoras e coerentes, de modo que se crie um ambiente de aprendizagem produtivo e confortável para os estudantes.</p> <p>2.1.7 Interagir com os estudantes de maneira efetiva e clara, adotando estratégias de comunicação verbal e não verbal que assegurem o entendimento por todos os</p>

	estudantes.
2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem.	<p>2.2.1 Organizar o ensino e a aprendizagem de modo que se otimize a relação entre tempo, espaço e objetos do conhecimento, considerando as características dos estudantes e os contextos de atuação docente.</p> <p>2.2.2 Criar ambientes seguros e organizados que favoreçam o respeito, fortaleçam os laços de confiança e apoiem o desenvolvimento integral de todos os estudantes.</p> <p>2.2.3 Construir um ambiente de aprendizagem produtivo, seguro e confortável para os estudantes, utilizando as estratégias adequadas para evitar comportamentos disruptivos.</p>
2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.	<p>2.3.1 Dominar a organização de atividades adequadas aos níveis diversos de desenvolvimento dos estudantes.</p> <p>2.3.2 Aplicar os diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, de maneira justa e comparável, devendo ser considerada a heterogeneidade dos estudantes.</p> <p>2.3.3 Dar devolutiva em tempo hábil e apropriada, tornando visível para o estudante seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.</p> <p>2.3.4 Aplicar os métodos de avaliação para analisar o processo de aprendizagem dos estudantes e utilizar esses resultados para retroalimentar a prática pedagógica.</p> <p>2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis.</p> <p>2.3.6 Conhecer, examinar e analisar os resultados de avaliações em larga escala, para criar estratégias de melhoria dos resultados educacionais da escola e da rede de ensino em que atua.</p>
2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades.	<p>2.4.1 Desenvolver práticas consistentes inerentes à área do conhecimento, adequadas ao contexto dos estudantes, de modo que as experiências de aprendizagem sejam ativas, incorporem as inovações atuais e garantam o desenvolvimento intencional das competências da BNCC.</p> <p>2.4.2 Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência.</p> <p>2.4.3 Ajustar o planejamento com base no progresso e nas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.</p> <p>2.4.4 Trabalhar de modo colaborativo com outras disciplinas, profissões e comunidades, local e globalmente.</p> <p>2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.</p> <p>2.4.6 Fazer uso de intervenções pedagógicas pertinentes para corrigir os erros comuns apresentados pelos estudantes na área do conhecimento.</p>

Fonte: Brasil (2019)

Quadro 7 – Competências específicas e habilidades da dimensão engajamento profissional

3. Engajamento Profissional	
Competências Específicas	Habilidades
<p>3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.</p>	<p>3.1.1 Construir um planejamento profissional utilizando diferentes recursos, baseado em autoavaliação, no qual se possa identificar os potenciais, os interesses, as necessidades, as estratégias, as metas para alcançar seus próprios objetivos e atingir sua realização como profissional da educação.</p> <p>3.1.2 Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais necessárias para se autodesenvolver e propor efetivamente o desenvolvimento de competências e educação integral dos estudantes.</p> <p>3.1.3 Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento e pelo aprimoramento da sua prática, participando de atividades formativas, bem como desenvolver outras atividades consideradas relevantes em diferentes modalidades, presenciais ou com uso de recursos digitais.</p> <p>3.1.4 Engajar-se em estudos e pesquisas de problemas da educação escolar, em todas as suas etapas e modalidades, e na busca de soluções que contribuam para melhorar a qualidade das aprendizagens dos estudantes, atendendo às necessidades de seu desenvolvimento integral.</p> <p>3.1.5 Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da prática da docência, bem como na concepção, aplicação e avaliação de estratégias para melhorar a dinâmica da sala de aula, o ensino e a aprendizagem de todos os estudantes.</p>
<p>3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p>	<p>3.2.1 Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.</p> <p>3.2.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.</p> <p>3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.</p> <p>3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.</p> <p>3.2.5 Construir um ambiente de aprendizagem que incentive os estudantes a solucionar problemas, tomar decisões, aprender durante toda a vida e colaborar para uma sociedade em constante mudança.</p>

<p>3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.</p>	<p>3.3.1 Contribuir na construção e na avaliação do projeto pedagógico da escola, atentando na prioridade que deve ser dada à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do estudante.</p> <p>3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.</p> <p>3.3.3 Entender a igualdade e a equidade, presentes na relação entre a BNCC e os currículos regionais, como contributos da escola para se construir uma sociedade mais justa e solidária por meio da mobilização de conhecimentos que enfatizem as possibilidades de soluções para os desafios da vida cotidiana e da sociedade.</p> <p>3.3.4 Apresentar postura e comportamento éticos que contribuam para as relações democráticas na escola.</p>
<p>3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.</p>	<p>3.4.1 Comprometer-se com o trabalho da escola junto às famílias, à comunidade e às instâncias de governança da educação.</p> <p>3.4.2 Manter comunicação e interação com as famílias para estabelecer parcerias e colaboração com a escola, de modo que favoreça a aprendizagem dos estudantes e o seu pleno desenvolvimento.</p> <p>3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.</p> <p>3.4.4 Compartilhar responsabilidades e contribuir para a construção de um clima escolar favorável ao desempenho das atividades docente e discente.</p> <p>3.4.5 Contribuir para o diálogo com outros atores da sociedade e articular parcerias intersetoriais que favoreçam a aprendizagem e o pleno desenvolvimento de todos.</p>

Fonte: Brasil (2019)

O desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência nos termos descritos supõe uma formação sólida, concreta, contínua e relacionada à prática do professor cursista, que fortaleça sua base de conhecimentos, aperfeiçoe qualidades e habilidades e cresça na sua prática de sala de aula. Com base no pensamento de Flores (2014), ressaltamos que um componente importante que influencia diretamente o perfil do professor que se pretende formar diz respeito à maneira como os professores formadores são selecionados e ao modo como as práticas de formação dos formadores são enunciadas na proposta pedagógica do curso.

Esse aspecto da formação precisa ser considerado na elaboração do PPC porque quem protagoniza as práticas no contexto da formação inicial é o professor formador, o que implica, segundo Gatti *et al* (2019, p. 274), “considerar que o professor formador, suas concepções, representações e formas de atuação, assim como as condições em que realiza seu trabalho interferem nas práticas de formação inicial [...]”, e também no desenvolvimento profissional do professor em formação.

O professor formador é aqui concebido, conforme Giroux (1997b), como “autoridade emancipadora”, cujo dever é problematizar os pressupostos que sustentam os discursos e valores que legitimam as práticas sociais, dentre elas a prática acadêmica, que se comprometem com um ensino pautado nos princípios de liberdade, igualdade e democracia, dirigido à formação de cidadãos críticos e ativos, capazes de atuarem na transformação da sociedade.

Essa concepção de professor formador que fundamenta o PPC do curso de Letras Libras está em consonância com o perfil do cursista que desejamos formar e, portanto, dialoga com uma pedagogia crítico-emancipatória, fundada nos princípios da ética, do respeito à voz, dignidade e autonomia do professor cursista. Face a essas considerações, apresentamos a seguir o perfil do corpo docente que pode atuar no curso de Letras Libras do Parfor / UFPI.

2.5 Perfil do corpo docente

A forma de selecionar e conceber o trabalho docente pode sinalizar possibilidades de atuação no âmbito da formação inicial. Nesse sentido, os professores formadores vinculados ao Parfor / UFPI são adequadamente selecionados através de processo seletivo simplificado, realizado semestralmente por meio de edital, priorizando-se os professores do quadro permanente da UFPI que estejam em efetivo exercício em sala de aula ministrando disciplina em curso de licenciatura, que possuam título de mestre ou doutor, e com observância dos demais requisitos estabelecidos na Portaria / CAPES n. 220, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o regulamento do Parfor.

Os professores do curso de Letras Libras responsáveis pelas disciplinas de formação específica são selecionados, prioritariamente, entre os efetivos vinculados a Coordenação do Curso de Letras Libras (CCLL) pertencente ao Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL). No Quadros 8, consta a relação nominal com titulação, regime de trabalho e CPF dos docentes efetivos que atuam na Coordenação

Quadro 8 - Professores efetivos da CCLL/CCHL

Professores Efetivos – CCLL/CCHL			
Nome	Titulação	Regime de Trabalho	CPF
Ádila Silva Araújo Marques	MESTRE	DE	669.766.343-04
Clevisvaldo Pinheiro Lima	MESTRE	DE	015.765.163-00
Emanoel Barbosa de Sousa	DOUTOR	DE	021.088.043-07
Geisymeire Pereira do Nascimento	MESTRE	DE	830.661.363-53
Jonathan Sousa de Oliveira	ESPECIALISTA	DE	004.852.463-84
Leila Rachel Barbosa Alexandre	DOUTORA	DE	018.917.273-89
Luiz Claudio Nobrega Ayres	ESPECIALISTA	DE	028.175.474-89
Maraisa Lopes	DOUTORA	DE	325.809.178-10
Maria Lourdilene Vieira Barbosa	DOUTORA	DE	010.379.633-93
Natália de Almeida Simeão	MESTRE	DE	004.885.433-63
Rhuan Lucas Braz Silva	ESPECIALISTA	DE	044.435.553-74
Shisleny Machado Lopes	MESTRE	DE	034.332.103-30
Valdeny Costa de Aragão Campelo	MESTRE	DE	016.658.823-79

Fonte: Dados fornecidos pela CCLL

Além dos professores efetivos lotados na CCLL, integram o corpo docente do curso de Letras Libras do Parfor / UFPI professores lotados em outros departamentos e *Campi*, professores aposentados pela UFPI, docentes do quadro provisório e servidores técnico-administrativos efetivos da UFPI cuja área de atuação permita sua inserção no Curso. Também é admitida, quando necessária, a participação de docentes colaboradores e, neste caso, é dada preferência a professores das escolas da rede pública da Educação Básica, com formação em nível de pós-graduação, em conformidade com o disposto no regulamento do Programa.

3 PROPOSTA CURRICULAR

O Parfor destina-se aos professores que, sem formação específica, encontram-se lecionando nos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e lotados nas salas AEE das redes públicas de ensino do país. Por isso, a prática pedagógica do professor cursista é ponto de partida para a teoria, que também se reformula a partir dela. Isso supõe a articulação dos conhecimentos formalmente estruturados e saberes adquiridos com a prática e assumir a capacidade de tematizar a própria prática, enquanto atividade inerente ao professor crítico e reflexivo, como fonte de ação instituinte e transformadora do processo formativo (BRASIL, 2004).

Nessa perspectiva, a proposta curricular do curso precisa ser organizada de modo a oferecer uma formação concreta, contínua e relacionada à prática do professor cursista, oportunizando sua participação ativa no processo de organização da atividade pedagógica, bem como a aprendizagem dos conteúdos básicos da área em que atua, considerando a necessidade de planejar e efetivar seu trabalho didático-pedagógico na escola básica.

Para tanto, o projeto formativo do curso de Letras Libras do Parfor na UFPI está alicerçado nos preceitos da Pedagogia Crítica formulada por Henry Giroux, cujo pensamento, vinculado ao modelo contra-hegemônico de educação, orienta o desenvolvimento de um currículo crítico-emancipatório para o ensino e para os cursos de formação de professores, estruturado em torno de uma linguagem criticamente afirmativa que revitalize o conceito de cidadania e democracia de professores e reconheça a escola como centro de aprendizagem de conteúdos e propósitos democráticos.

À luz dessa perspectiva crítica, a educação é uma atividade ética e política e, por isso, não é possível concebê-la a partir de um de vazio social, preconizando a neutralidade e a objetividade do conhecimento. A prática educativa (e por extensão, a formação de professores) é uma prática social. Portanto, como agentes políticos, os professores devem assumir uma postura crítica nas práticas de sala de aula e o compromisso de transformar a sociedade em que vivem.

A exemplo de toda prática social, a educação não é neutra. É prática social e histórica, por isso, instável, que se transforma na e pela ação dos homens em relação (PIMENTA, 1998). Como tal, a educação é determinada por práticas materiais e ideológicas que incorporam uma

multiplicidade de contradições e disputas dentro de relações assimétricas de poder que definem as realidades vivenciadas das várias sociedades, como lembra Foucault (1998, 2014). Daí porque o ato de educar é sempre imbuído de intencionalidades, na medida em que exige tomada de decisão sobre concepção de educação, articulada a uma visão de homem e a um projeto de sociedade. O ato de educar é, portanto, um ato político porque visa à formação humana, o que implica definição de finalidades (por que, para que, o que e como ensinar), escolhas de valores, crenças e compromissos éticos (FREIRE, 2015).

Estamos atentas à recomendação de Giroux e Penna (1997) de que a escolarização não pode ajudar o professor a desenvolver todo o seu potencial como intelectual crítico, atuante e comprometido com o processo democrático somente alterando o conteúdo e a metodologia do programa de formação. Todavia, entendemos que uma proposta pedagógica não pode ser compreendida como um pacote vazio, pois o conteúdo a ser ensinado desempenha papel fundamental na socialização política dos estudantes. Como assinalam os referidos autores, “[...] o modo como o conhecimento é selecionado e organizado representa suposições apriorísticas por parte do educador acerca de seu valor e legitimidade. Em última análise, estas são considerações ideológicas que estruturam a percepção de mundo dos estudantes” (GIROUX; PENNA, 1997, p. 64). Com base nessas considerações passamos a apresentar a estrutura e organização curricular do curso de Letras Libras do Parfor / UFPI que consideramos capaz de aprimorar o processo formativo, de modo a possibilitar aos professores da Educação Básica a ressignificação da prática docente por meio do exercício de uma ação crítico-emancipatória na realidade educativa na qual estão inseridos.

3.1 Estrutura e organização curricular

O curso de Letras Libras da UFPI ofertado através do Parfor formará o profissional que atua no magistério nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nesse sentido, a sua estrutura e organização curricular alinha-se com os princípios e fundamentos definidos pela BNCC-Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2017) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 2/2019), que focalizam a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores e,

sobretudo, a mobilização desses saberes para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, de modo a assegurar as aprendizagens essenciais para o desenvolvimento humano global.

Articula-se com a LDB (Lei n. 9.394/1996), com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Letras Libras (Resolução CNE/CP n. 18/2002), e com as diretrizes e metas do PNE (2014-2024), mormente, no tocante à proposição de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos da Educação Básica, que perpassa pela garantia de que todos os cidadãos tenham oportunidades de acessar as instituições escolares e que encontrem nelas as condições propícias para concluir a escolaridade, na idade certa, com níveis satisfatórios de aprendizagem.

Em conformidade com os fundamentos pedagógicos da BNCC - Educação Básica (*foco no desenvolvimento de competências; compromisso com a educação integral*), o curso de Letras Libras deve organizar seus currículos de modo a considerar as múltiplas dimensões dos estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, na perspectiva de efetivação de uma educação integral.

Nesse sentido, o curso de Letras Libras delineado nesta proposta visa garantir formação inicial de professores que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio que lhes qualifique para o exercício da docência com vistas a assegurar a todos os alunos as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em consonância com os preceitos do PNE (2014-2024), sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea, em conformidade com as disposições da BNCC.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica, todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, aqui denominados núcleos de estudo, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, explicitadas na seção anterior. carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

Grupo I - 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola;

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Itinerários formativos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

No Grupo I, a carga horária de 800 horas deve ter início no 1º ano, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – *conhecimento, prática e engajamento profissionais* – como organizadoras do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC-Educação Básica para as etapas da Educação Infantil, e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para o Grupo II, que compreende o aprofundamento de estudos na etapa e/ou no componente curricular ou área de conhecimento, a carga horária de 1.600 horas deve efetivar-se do 2º ao 4º ano, devendo ser incluídas, nas 1.600 horas, as habilidades indicadas nos parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 13 da Resolução CNE/CP n. 2/2019.

No Grupo III, a carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, e devem ser assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas, ao longo do curso, entre os temas dos Grupos I e II.

O curso de Licenciatura em Letras Libras da UFPI ofertado através do Parfor caracteriza-se por oferecer formação voltada especificamente para professores que atuam em escolas públicas de Educação Básica, por isso o seu funcionamento ocorrerá no período de recesso escolar das redes de ensino municipal e estadual. Cada semestre letivo comporta um período intensivo, que ocorrerá nas férias dos professores cursistas, e um período complementar, nos

finais de semana, de acordo com o cronograma de desenvolvimento de disciplina de cada curso, observando-se o calendário escolar das escolas básicas públicas.

A estrutura curricular prevê a organização de três núcleos que integram todo o percurso formativo, cujo propósito é concretizar estudos teórico-práticos e interdisciplinares no processo acadêmico de formação, nos termos da Resolução CNE/CES n. 18/2002 e em consonância com o que propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 02/2019), visando propiciar formação mais dinâmica, contextualizada e compartilhada dos componentes curriculares propostos para o curso com a prática pedagógica dos professores cursistas. São eles: **núcleo de estudos básicos (base comum)**, **núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos** e **núcleo de estudos integradores (prática pedagógica)**.

O **núcleo de estudos básicos (base comum)** compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do contexto histórico e sociocultural da educação na sociedade contemporânea e dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio no que concerne aos aspectos organizativos, didático-pedagógicos, metodológicos, tecnológicos, éticos e estéticos do trabalho pedagógico, por meio de reflexão e ações crítica.

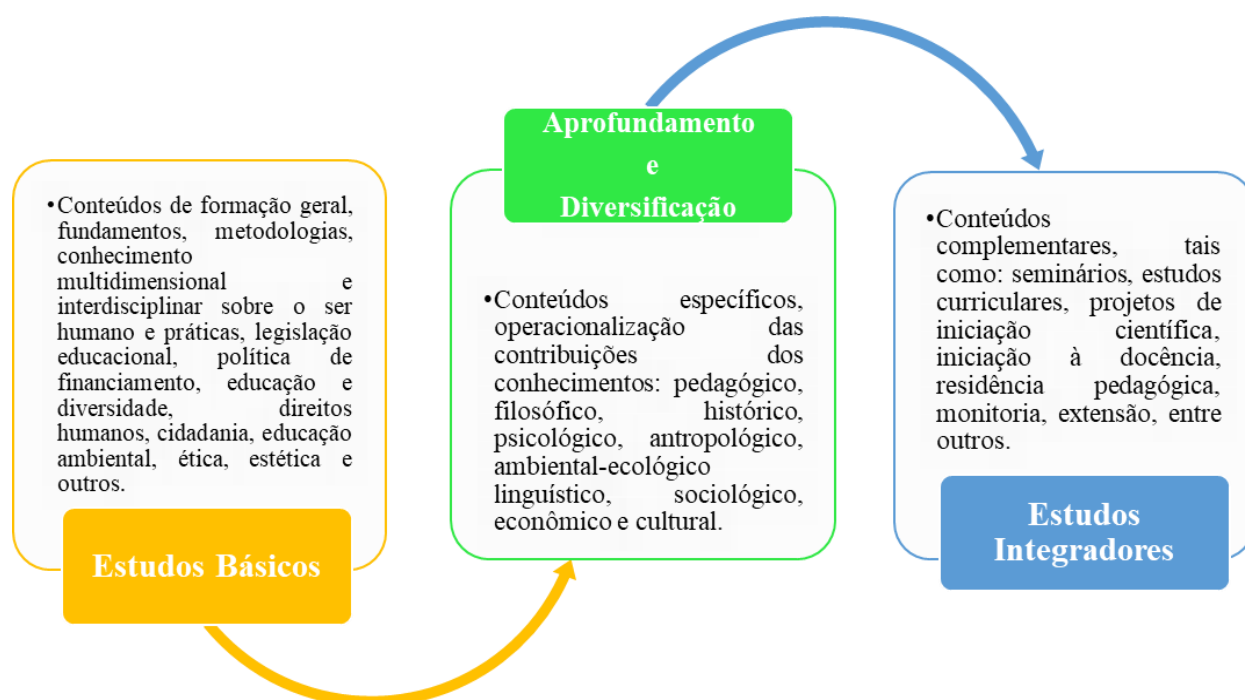
O **núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos** reúne conhecimentos voltados para as áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades, a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC-Educação Básica, e o domínio pedagógico desses conteúdos, ampliando os conhecimentos do núcleo básico.

O **núcleo de estudos integradores (prática pedagógica)** reúne conhecimentos que proporcionarão enriquecimento curricular por meio da participação do cursista em atividades que compreendem áreas específicas de seu interesse, incluindo seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, estágios, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior; atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; atividades de comunicação e

expressão cultural (congressos, seminários, simpósios, colóquios, minicursos e mesas redondas, audiência de defesas de TCC, monografias de especialização, dissertação ou tese etc.).

Embora distintos, os núcleos formativos estão interconectados e são indissociáveis no movimento de efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, tendo em vista o fornecimento de elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência. A figura 8, a seguir, ilustra a interação entre os três núcleos que constituem o processo formativo.

Figura 8 - Interconexão entre os três núcleos do percurso formativo



Fonte: Comissão de elaboração do PPC (2022).

Os três núcleos formativos articulam e organizam as atividades curriculares segundo a sua especificidade, mas sem fragmentar e compartimentar o conhecimento. Constituem uma interação de áreas de conhecimento, condição para implementação do princípio da interdisciplinaridade, admite a diversificação curricular, à medida que engloba além das disciplinas, outras formas de atividades (oficinas, seminários, projetos, extensão etc.), possibilitando inovação curricular, e reconhece a especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática.

Em sua organização, o currículo do curso é estruturado por disciplinas interconexas de caráter teórico-prático e prático, Atividades Complementares (AC), Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e será desenvolvido em 08 (oito) semestres letivos, com carga horária total de 3.230 (três mil duzentas e trinta) horas, assim distribuídas: 2055 (duas mil e cinquenta e cinco) horas de disciplinas obrigatórias, 120 (cento e vinte) horas de disciplinas optativas, 120 (cento e vinte) horas de TCC, 405 (quatrocentas e cinco) horas de Estágio Curricular Obrigatório, 330 (trezentas e trinta) horas de Atividades Curriculares de Extensão além de 200h de Atividades Complementares.

O currículo do curso de Letras Libras da UFPI por meio do Parfor foi planejado de modo a favorecer a interconexão entre dois processos essenciais da formação em serviço: o conhecimento que o professor cursista vem construindo ao longo da sua prática (*saberes da experiência/saberes pedagógicos*) e as novas elaborações teóricas construídas na formação (*saberes do conhecimento*). Para tanto, a organização curricular prevê eixos integradores, que constituem espaços de interdisciplinaridade em que os conteúdos das disciplinas das diferentes áreas são articulados em torno das experiências dos professores cursistas (BRASIL, 2004). Os eixos integradores são em número de oito (um por semestre letivo) e servirão como ponto de convergência das atividades, auxiliando o cursista na articulação dos conteúdos das áreas temáticas com sua prática pedagógica e na reflexão sobre ela de modo a aperfeiçoar a sua atuação docente.

As ações interdisciplinares são conduzidas por atividade de pesquisa/extensão com base em um tema gerador, abordado em diferentes enfoques disciplinares, tendo como eixo condutor uma disciplina integradora. O tema gerador escolhido é *Educação, Diversidades, Meio Ambiente e Cidadania*, que articula importantes aspectos da vida que se materializam no contexto escolar e possibilitam abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, em consonância com os princípios e fundamentos da BNCC-Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 02/2017).

A partir desse tema, podem ser estudadas diversas temáticas, tais como: educação ambiental, gênero e sexualidade, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação alimentar e

nutricional; a educação em direitos humanos; a educação digital, bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) foram escolhidas como disciplinas integradoras ao longo dos oito semestres letivos que integram o percurso formativo do curso, pela maior porosidade e possibilidade de integração dos conteúdos entre as demais disciplinas que compõem a matriz curricular em cada semestre e, conseqüentemente, pela viabilidade de garantia da relação orgânica entre teoria e prática, concretizada pela estreita vinculação entre o espaço acadêmico e o *lócus* de atuação docente (a escola básica) e pela possibilidade de fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Assim, em cada semestre letivo, há uma disciplina integradora que promove a articulação entre os conteúdos das diferentes áreas temáticas e a prática pedagógica do professor cursista, tomando como eixo temático um dos temas transversais contemporâneos, conforme veremos no trecho dedicado às ACE neste PPC.

O professor responsável pela disciplina integradora em cada semestre fará a articulação do trabalho interdisciplinar e será intitulado *professor articulador*, cujo papel é coordenar os demais professores do bloco e articular o trabalho de pesquisa para a realização de atividades propostas pelos professores das demais disciplinas do semestre. Em síntese, sua função é a de ser o articulador do Projeto de Trabalho Interdisciplinar (PTI), mantendo contato constante com os professores das outras disciplinas, auxiliando-os na consecução das atividades referentes ao trabalho. Os demais professores são denominados orientadores.

O Projeto de Trabalho é atividade de pesquisa e/ou ação pedagógica a respeito de algum aspecto (social, histórico, cultural, ecológico, etc.) da realidade local do professor cursista e será planejado de forma colaborativa pelos professores formadores devem focar os problemas que as várias disciplinas suscitam, a partir do tema gerador definido para o semestre, tendo como eixo condutor a disciplina integradora. O resultado do trabalho interdisciplinar previsto no PTI é socializado num evento protagonizado pelos professores cursistas, intitulado Seminário Interdisciplinar do Parfor (SIMPARFOR), que ocorre no encerramento do semestre letivo em

todos os *Campi* e polos de realização do curso, conforme previsto no calendário acadêmico semestral do Parfor.

A organização dos componentes curriculares que integralizarão o curso é coerente com os objetivos do curso e os conhecimentos necessários para o desenvolvimento das competências previstas no perfil desejado para o egresso do curso e visa garantir ao licenciando uma formação alicerçada nos princípios formativos realçados por meio da interdisciplinaridade, da contextualização, da explicitação da unidade teoria-prática e do trabalho coletivo, evidenciando relação orgânica entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A estrutura curricular segue uma lógica formativa encadeada e consistente, visando garantir ao professor cursista o fortalecimento de sua base de conhecimentos e o aperfeiçoamento das qualidades e habilidades docentes necessárias ao seu crescimento na sua prática de sala de aula da nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Na organização curricular do curso de Letras Libras do Parfor/UFPI estão definidas duas categorias de disciplinas: obrigatórias e optativas. As disciplinas obrigatórias destinam-se a propiciar ao licenciando formação teórica sólida e consistente sobre os conteúdos da Libras e das ciências afins, domínio dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC-Educação Básica, necessários à concretização de uma prática educativa na perspectiva da Educação Integral. O Quadro 9, a seguir, apresenta os componentes curriculares obrigatórios e optativos que integram a matriz curricular do curso.

Quadro 9 – Matriz curricular do curso de Letras Libras do Parfor da UFPI

Período	Disciplina			
	Nome	Código	Crédito	CH
1º	Seminário de Introdução ao Curso		1.0.0	15
	História da Educação		3.1.0	60
	Filosofia da Educação		3.1.0	60
	Metodologia da Pesquisa em Ciências		2.2.0	60
	Língua Brasileira de Sinais I		1.3.0	60
	Leitura e Produção de Texto I		2.1.0	45

	Estudos Linguísticos I		2.1.0	45
	Atividades Curriculares de Extensão I		0.0.2	30
	Total		25	375h
2º	Sociologia da Educação		3.1.0	60
	Psicologia da Educação		3.1.0	60
	Leitura e Produção de Texto II		2.1.0	45
	Língua Brasileira de Sinais II		2.2.0	60
	Estudos Linguísticos II		2.1.0	45
	Escrita de sinais I		2.2.0	60
	Estudos Interculturais		1.1.0	30
	Atividades Curriculares de Extensão II		0.02	30
	Total		26	390
3º	Legislação e Organização da Educação		3.1.0	60
	Didática Geral		2.2.0	60
	Língua Brasileira de Sinais III		2.2.0	60
	Linguística da LIBRAS I		3.1.0	60
	Teoria de Aquisição de Linguagem		2.1.0	45
	Escrita de Sinais II		2.2.0	60
	Atividades Curriculares de Extensão III		0.0.3	45
	Total		26	390
4º	Avaliação da Aprendizagem		3.1.0	60
	Língua Brasileira de Sinais IV		2.2.0	60
	Introdução aos Estudos da Literatura		3.1.0	60
	Linguística da LIBRAS II		3.1.0	60
	Educação Bilíngue		2.1.0	45

	Estudos Surdos I		3.1.0	60
	Atividades Curriculares de Extensão IV		0.0.3	45
	Total		26	390
5°	Ensino de Libras: teoria e prática		2.2.0	60
	Linguística da LIBRAS III		3.1.0	60
	Literatura em Língua Portuguesa		3.1.0	60
	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas I		3.1.0	60
	Introdução aos Estudos da Tradução		3.1.0	60
	Atividades Curriculares de Extensão V		0.0.4	60
	Total		24	360
6°	Tradução e Interpretação da Língua de		2.2.0	60
	Literatura Surda I		3.1.0	60
	Linguística da LIBRAS IV		3.1.0	60
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I		0.0.9	135
	Atividades Curriculares de Extensão VI		0.0.4	60
	Total		25	375
7°	Produção de Materiais Didáticos para o		2.2.0	60
	Linguística da LIBRAS V		3.1.0	60
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II		0.0.9	135
	Trabalho de Conclusão de Curso I		0.0.4	60
	Atividades Curriculares de Extensão VII		0.0.3	45
	Total		24	360
8°	Linguística da LIBRAS VI		3.1.0	60
	Optativa I		3.1.0	60

	Optativa II		3.1.0	60
	Estágio Curricular Supervisionado		0.0.9	135
	Trabalho de Conclusão de Curso II		0.0.4	60
	Atividades Curriculares de Extensão VIII		0.0.1	15
	Total		26	390
Disciplinas Obrigatórias			137	2.055
Atividades Curriculares de Extensão			22	330
Estágio Supervisionado Obrigatório			27	405
Trabalho de Conclusão de Curso			08	120
Disciplinas Optativas			08	120
Atividades Complementares			-	200
Total Geral				3.230

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

As disciplinas optativas destinam-se ao aprofundamento dos conteúdos próprios de um campo mais especializado da atuação do pedagogo, visando propiciar ao aluno outras possibilidades para a sua formação profissional, bem como o incentivo necessário para a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação. O aluno deverá cursar, obrigatoriamente, duas disciplinas optativas de sessenta (60) horas, totalizando 120h, as quais serão disponibilizadas para realização de matrícula pelos cursistas no oitavo período do curso. O Quadro 10, a seguir, apresenta as disciplinas optativas do curso de Letras Libras do Parfor da UFPI.

Quadro 10 - Disciplinas optativas do curso de Letras Libras do Parfor da UFPI.

Disciplinas Optativas	Carga Horária	Créditos
Estudos Surdos II	60h	3.1.0
Estudo do Léxico	60h	3.1.0

Reflexões sobre Linguística Aplicada e Formação de Professores	60h	3.1.0
LIBRAS Acadêmica	60h	3.1.0
Educação de Surdos e Novas Tecnologias	60h	3.1.0
Ensino de Português como Língua Estrangeira	60h	3.1.0
Gêneros textuais e ensino de língua	60h	3.1.0
Letramento e multimodalidade	60h	3.1.0
Libras: transcrição e escrita	60h	1.3.0
Literatura Surda II	60h	1.3.0
Literatura e tecnologia	60h	2.2.0
Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II	60h	2.2.0
Conversação Intercultural	60h	2.2.0
Libras em Contextos	60h	1.3.0
Análise de Discurso	60h	1.3.0
Educação Ambiental	60h	1.3.0
Relações Sócio-Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira	60h	1.3.0
Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa	60h	1.3.0
Letramento e Surdez	60h	1.3.0

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

3.1.1 Prática como componente curricular

Neste projeto, julga-se necessário discriminar claramente as acepções referentes à prática de ensino ou à práxis didática. A delimitação conceitual se afigura como fundamental, em virtude de a praticidade não ser entendida estritamente como a avaliação de atuação do docente, ou aspirante a docente, em uma sala de aula. Assim praticidade para o ensino representa, em sentido lato, toda e qualquer atividade desenvolvida na condução das disciplinas que implique algum proveito para a atuação magisterial. Por conseguinte, a praticidade voltada para o ensino não se restringe, em termos curriculares, à avaliação *in loco*, em escolas da educação básica, de procedimentos relativos a qualquer espécie de aula. No Curso de Licenciatura em Letras Libras do Parfor, esse entendimento de praticidade, suas técnicas e concepções conexas serão levadas a

cabo quando da realização das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e outras disciplinas pedagógicas específicas.

A praticidade, tal como aqui concebida, consubstancia-se por intermédio da produção de textos críticos relativos ao material didático da educação básica em que os profissionais de Letras atuam (prioritariamente, nas séries terminais do ensino fundamental e no ensino médio); por intermédio da produção de material didático – notas de aula, avaliações, etc – decorrente das discussões travadas em sala a respeito de temáticas específicas das disciplinas de língua e de literatura, sob um princípio de análise multiaxial, isto é, que contemple, tanto quanto possível, diversidade teórica e metodológica; por intermédio da apresentação de seminários, sob a supervisão do professor, cuja avaliação terá seus parâmetros devidamente explicitados, seus propósitos suficientemente declarados e seus objetivos, o mais possível, eficientemente operacionalizados. Em suma, a didatização das disciplinas de Letras obedece à impressão de uma concepção de pluralismo teórico-conceitual e terminológico no tocante às múltiplas perspectivas de abordagem dos fenômenos linguísticos e literários e à adoção de uma concepção geral de ensino multidisciplinar e transdisciplinar. De modo mais específico, em seus modos de condução, em se tratando de língua, visa à impressão de uma orientação variacionista e, em se tratando de literatura, à impressão de uma concepção multiangular, com vistas à construção de uma cultura de pluralismo ideológico, epistemológico e cultural, de tal sorte que o egresso reconheça, em função da compreensão do caráter plurívio do curso, as diversas oportunidades de ordem profissional. No gênero, esses são os aspectos da análise e da impressão de caráter didático às disciplinas do curso.

Há, naturalmente, embates político-acadêmicos cuja resolução não se encontra devidamente assentada. Por outras palavras, a definição geral de políticas curriculares e o enfoque teórico e didático de cada disciplina em particular são, e provavelmente sempre serão, alvo de discussão. Contudo, a eventual discordância teórica não é encarada como uma deficiência merecedora de extirpação. Esse tipo de divergência torna-se perfeitamente gerenciável e é, de fato, bem-vinda, desde que não implique prejuízo para os conteúdos indispensáveis para a construção de uma formação básica ou nuclear do aluno de Letras e desde que não implique a geração de sectarismo ideológico e acadêmico. A despeito do reconhecimento da inevitabilidade

da diversidade de perspectivas teóricas, epistemológicas e políticas e eventuais enfrentamentos correlatos, o entendimento predominante é de que a definição de uma diretriz – dotada, em princípio, de pluralismo teórico e metodológico – é salutar. Noutras termos, compreende-se que os alunos necessitam de uma orientação a respeito das perspectivas correntes do curso em confronto prospectivo com as oportunidades laborais uma vez que o tenham concluído. Entende-se, portanto, que o tema da definição de uma diretriz curricular, de modo consensual, não deve ser corporificado de forma rígida, vez que as disciplinas têm conteúdos em formação em virtude de novas pesquisas trazerem a lume contribuições que ora confrontam, ora corroboram o legado da tradição do pensamento linguístico-literário.

Em suma, na espécie, a materialização ou a operacionalização do entendimento em gênero a respeito da didatização das disciplinas do currículo de Letras Libras toma corpo por meio de procedimentos fundamentais específicos, a saber: 1) avaliação crítica de material didático, em especial do livro destinado ao professor, em que há observações atinentes à condução das disciplinas de Libras; 2) produção de material didático aplicável nas séries costumeiramente ministradas pelos egressos dos cursos de Letras Libras; 3) apresentação de seminários, cujo desempenho representa, de forma concreta, uma preparação para a prática pedagógica *stricto sensu*, isto é, a desenvoltura oral em conformidade com um roteiro prévio de apresentação. Naturalmente, outras técnicas de ensino deverão ser discutidas e, em caráter eventual, experimentadas, tais como encenações, produção de jogos infanto-juvenis, etc. Porém, os pontos ressaltados acima são tidos como os mais usuais para a concepção de didatização aqui abraçada. Os procedimentos descritos supra definem, na espécie, o caráter prático do projeto curricular das habilitações de Letras.

Isso posto, convém explicitar a concepção geral relativa à formação pedagógica e sua contribuição para a sociedade em geral dos professores do curso de Licenciatura em Letras Libras.

Para o mestre Paulo Freire¹⁰ “... *não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade. Essa relação homem-realidade, homem-mundo, (...) implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona*

¹⁰ FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*, 23 ed., Paz e Terra, 1999, p.17.

ambas, ação e reflexão”. Assim, o homem deve ter em sua práxis os constituintes inseparáveis: **ação** e **reflexão**. Estabelecer um espaço de reflexão-ação, apresentar estratégias e recursos capazes de ajudar o homem na sua práxis, tanto individual quanto social, levando-o a “distanciar-se” do seu contexto para ter um olhar sobre, a fim de, assim, aproximar-se melhor deste meio histórico-social com uma perspectiva de apreciação, avaliação e transformação, constituem-se em objetivos do Curso Licenciatura em Letras Libras do Parfor da Universidade Federal do Piauí, UFPI. Somos, portanto, um núcleo gerador de profissionais/cidadãos conscientes do seu papel social de agentes transformadores do real em que estão inseridos.

O curso de Licenciatura em Letras Libras Parfor/UFPI objetiva formar profissionais atuantes que se configurem em professores/agentes da reflexão sistemática acerca da linguagem, em especial, em sua expressão linguística e literária. Para tal, viabilizam-se recursos, estratégias e espaços para que os seus alunos desenvolvam aptidões relevantes para serem atuantes daquela área. E, nesse sentido, assumirem-se como agenciadores de cultura, considerando a Universidade como uma casa de cultura em que os preceitos de ética e de cidadania conduzam à informação qualificada, ao conhecimento e à formação do sujeito/aluno e do sujeito/profissional, pressupondo em seu currículo, no esforço para atender às recomendações do MEC: *flexibilidade de organização dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios*.

De acordo com as expectativas e objetivos dos órgãos competentes de ensino e da sociedade letrada, o profissional de Letras deverá possuir conhecimentos que confluem na **compreensão, à luz de diferentes teorias, dos fatos linguísticos e literários**; deste profissional almeja-se, também, a **organização, a expressão e a comunicação do pensamento em situações formais e em língua culta**. A par destas ressalvas, os princípios que norteiam esta proposta de curso se convergem na formação de um profissional de linguagem que esteja atento às mutações e adequações necessárias à comunicação e que conceba a língua e o conhecimento linguístico como pilares para a sua atuação pedagógico-social. Nestes pressupostos, incluem-se os entrelaces necessários à história do conhecimento, à história da língua, à história da Língua Brasileira de Sinais, Ética e Política a fim de se estabelecerem relações de sentido e relações sociais produtivas entre a Universidade e a Sociedade.

Destas argumentações, conclui-se que os direcionamentos propostos para a Política Pedagógica do Curso em questão convergem num intento de homem e de sociedade construído da reflexão-ação que, no trasladar da teoria e da práxis educativa, almeje o discernimento no exercício social de interação com os demais sujeitos culturais. É imprescindível, ainda, dentro de tais expectativas, que o estudante de Letras Libras saiba: analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam as investigações sobre a linguagem bem como a estrutura e o funcionamento da Língua Brasileira de Sinais; dominar as diferentes noções de gramática; situar e descrever as concepções de sujeito, língua, texto/discurso; ter domínio ativo e crítico destas capacidades para promover as intertextualidades possíveis à língua e ao conhecimento linguístico; compreender os fundamentos teóricos da reflexão relativa ao conhecimento literário. Com isto, espera-se que este profissional seja um produtor de saberes favorecendo o processo contínuo de construção do conhecimento na área e a utilização de novas tecnologias, o que envolve atividades de ensino, pesquisa e aplicação. Em assim sendo, em última análise, a impressão de uma concepção pluralista de ordem epistemológica, didática, linguística e literária confere um caráter aplicado ao ensino do curso em sua totalidade.

Na esteira dessa orientação geral, define-se o quadro de disciplinas que atenderá ao sujeito/aluno em nível de inteligência e à sociedade que precisa de um contínuo processo de desenvolvimento, compreendido pela elaboração de eventos internos e externos para promover uma aproximação entre a comunidade local e a Universidade, realizando o seu propósito de estender as suas produções, transformando-se num Polo de Construção e Divulgação/Popularização de Saberes.

Diante dos propósitos listados, é mister ressaltar o firmamento do entendimento de que a história de constituição da língua e do conhecimento a respeito dela permite a observação da história do País. Assim, acopla-se às disciplinas uma preocupação com trasladar teoria e prática; de modo a se abrirem espaços para que sejam apontados procedimentos didático-pedagógicos referentes aos conteúdos expostos. Estes procedimentos pedagógicos se diluem ao longo do curso e têm seu ponto de convergência nos estágios propostos na disciplina Prática de Ensino, cuidadosamente considerados os limites da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

Preocupados com o crescente avanço tecnológico e com a demanda do mercado profissional, entendem os professores consignatários que esta Instituição almeja a formação de

cidadãos que se adaptem, da forma mais ágil possível em conformidade com os preceitos da ética e da cidadania, a quaisquer mudanças em seu contexto histórico-social, dada a flexibilidade, a expressão crítica e inovadora que assumem as diversas temáticas constitutivas do curso em confronto com as mudanças de ordem socioeconômica e cultural. Entretanto, não se desvia da função primeira de difundir conhecimentos e viabilizar ferramentas para a pesquisa, o ensino e a extensão, a fim de que o tripé *ensino-pesquisa-extensão* seja uma realidade; deste modo, seu propósito fundamental é *informar e formar* com destreza. Contará, para isto, com o apoio de um acervo bibliográfico atualizado, recursos que auxiliam no fazer pedagógico como, por exemplo, materiais de informática em um laboratório específico, tudo conduzido por profissionais habilitados: equipe técnica, bibliotecários e um quadro de professores compostos por mestres e doutores, conforme citado, empenhados em desenvolver atividades de pesquisa e de incentivo à cultura. Para tal, investe-se na formação de grupos que se inspirem nos conhecimentos adquiridos e sugiram propostas de trabalho e eventos científicos – cursos de idioma e de extensão, seminários, congressos, atendimento especializado – que envolvam não só a comunidade acadêmica como também a comunidade social.

A partir desta mobilização acadêmico-social, torna-se viável promover a inserção dos membros da comunidade na universidade, fazendo valer a concepção desta como casa de cultura em que se promove o saber e se ratifica o exercício da cidadania, objetivando o aprimoramento e a modificação positiva do social.

Caberá ao coordenador do curso o papel de acompanhar os professores no processo de implementação das práticas como componente curricular.

3.2 Fluxograma do Curso de Licenciatura em Letras Libras – Parfor / UFPI

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
História da Educação (60h)	Sociologia da Educação (60h)	Legislação e Organização da Educação Básica (60h)	Avaliação da Aprendizagem (60h)	Introdução ao Ensino de LIBRAS (60h)	Estágio curricular supervisionado obrigatório I (135h)	Estágio curricular supervisionado obrigatório II (135h)	Estágio curricular supervisionado obrigatório III (135h)
Filosofia da Educação (60h)	Psicologia da Educação (60h)	Didática Geral (60h)	Educação Bilíngue (45h)	Literatura em Língua Portuguesa (60h)	Literatura Surda I (60h)	TCC I (60h)	TCC II (60h)
Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas (60h)	Escrita de sinais I (60h)	Escrita de sinais II (60h)	Estudos Surdos I (60h)	Introdução aos Estudos da Tradução (60h)	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I (60h)	Produção de Materiais Didáticos para o Ensino de LIBRAS como Língua Materna e Adicional (60h)	Optativa I (60h)
Língua Brasileira de Sinais I (60h)	Língua Brasileira de Sinais II (60h)	Língua Brasileira de Sinais III (60h)	Língua Brasileira de Sinais IV (60h)	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas I (60h)	Linguística da LIBRAS IV (60h)	Linguística da LIBRAS V (60h)	Linguística da LIBRAS VI (60h)
Leitura e Produção de Texto I (45h)	Leitura e Produção de Texto II (45h)	Linguística da LIBRAS I (60h)	Linguística da LIBRAS II (60h)	Linguística da LIBRAS III (60h)			Optativa II (60h)
Estudos Linguísticos I (45h)	Estudos Linguísticos II (45h)	Teoria de Aquisição de Linguagem (45h)	Introdução aos Estudos da Literatura (60h)				
Seminário de Introdução ao Curso (15h)	Estudos Interculturais (30h)						

3.3 Estágio, atividades complementares, extensão e trabalho de conclusão de curso

3.3.1 Estágio Supervisionado Obrigatório

Estágio Supervisionado Obrigatório é uma atividade acadêmica específica que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se intervenção prática em situações de vida e trabalho, nos termos do Art. 61 do Regulamento Geral da Graduação da UFPI, aprovado pela Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012.

À luz do pensamento de Pimenta e Lima (2012), o estágio curricular nos cursos de formação de professores que já exercem a docência (a exemplo dos cursos ofertados através do Parfor) se configura como espaço de reflexão de suas práticas a partir das elaborações teóricas construídas no processo formativo, de formação contínua, de ressignificação da identidade profissional docente e de produção de conhecimentos.

Ou seja, o estágio para quem já exerce a docência tem seu sentido e significado a partir da natureza do trabalho docente, que demanda “constante revisão das práticas, no sentido de tornar o professor um sujeito que constrói conhecimentos, com capacidade de fazer análise de sua prática fundamentado em um referencial teórico que lhe permita, como resultado, a incessante busca de uma educação de qualidade” (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 139). Nesse processo, professor formador e cursista, sujeitos de experiência, constroem constantemente suas identidades, tanto na dimensão individual como na dimensão coletiva, e ressignificam seus saberes docentes.

O professor formador ao mediar, à luz da teoria, a discussão coletiva sobre as experiências dos colegas de profissão que atuam na escola básica trazem para o espaço da formação, articula a construção de novas elaborações teóricas favorecendo a transformação da consciência profissional do professor cursista e a ressignificação da sua prática. Ao colocar em pauta os dilemas e possibilidades do cotidiano escolar, o estágio abre possibilidade para o professor cursista se sentir coautor de sua formação. O estágio como espaço de diálogo e de reflexão também favorece o professor formador abrindo possibilidade para ressignificar sua identidade profissional, que está sempre em constante construção face às novas demandas sociais que são impostas à escola e à universidade.

Essa visão mais abrangente e contextualizada do estágio exige que os cursos de formação, em parceria com docentes da escola básica, desestabilizem modelos que apelam para a fragmentação do conhecimento e a separação entre teoria e prática. Pimenta (2002), em suas conclusões, sinaliza para a importância da pesquisa na formação de professores que exercem a docência a partir da compreensão de que eles podem construir coletivamente conhecimento sobre o ensinar refletindo criticamente sobre a sua atividade para transformar seu saber fazer docente, gerando novos contornos a sua identidade.

A referida autora acredita que a *pesquisa-ação*, a *pesquisa colaborativa* e a *pesquisa-ação crítico-colaborativa*¹¹ respondem bem ao propósito de ressignificar o Estágio Supervisionado como oportunidade de reflexão da prática docente e como possibilidade de formação contínua partindo do pressuposto de que a realização de pesquisas no contexto escolar investe na formação de qualidade de seus docentes, com vistas à transformação das práticas institucionais na direção da democratização da sociedade.

Considerando que o curso de Letras Libras ofertado no contexto do Parfor destina-se a formar professores que estão exercendo a docência na escola básica pública visando à melhoria da qualidade do ensino, o processo formativo deve favorecer o desenvolvimento de uma atitude permanente de ampliação, problematização e crítica dos conhecimentos pelos quais os professores cursistas compreendem a realidade educacional e concebem os modos de intervir sobre ela, promovendo seu desenvolvimento profissional.

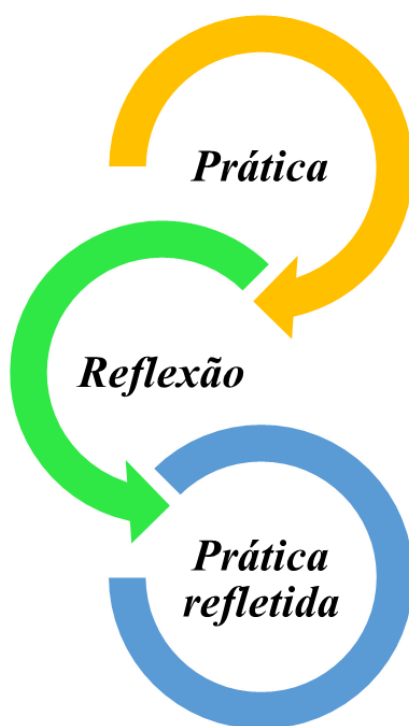
Destarte, conforme determina a Resolução CNE/CP n. 1, de 11 de fevereiro de 2009, as atividades de estágio curricular supervisionado deverão ser, preferencialmente, realizadas na própria escola e com as turmas que estiverem sob responsabilidade do professor cursista. As atividades deverão ser orientadas por um projeto de melhoria e atualização do ensino, realizado sob supervisão concomitante da instituição formadora e da escola, devendo buscar a mobilização, integração e aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades reais vivenciadas no contexto da prática do cursista, articulando teoria e prática.

¹¹Pesquisa denominada de *colaborativa*, realizada na relação entre pesquisadores-professores da universidade e professores-pesquisadores nas escolas, utilizando como metodologia a *pesquisa-ação* (PIMENTA, 2002).

À luz do exposto, consideramos o estágio no contexto do Parfor como espaço de reflexão ancorada na análise das dificuldades que o professor cursista enfrenta para realizar o seu trabalho e, ao mesmo tempo, no levantamento de atividades coletivas e individuais para a reelaboração das práticas e das finalidades educativas.

Entendemos, como Pimenta e Lima (2012), que a ressignificação do estágio como espaço de formação contínua e desenvolvimento profissional deve fundamentar-se em três pilares que configuram a atividade docente como práxis (Figura 9): análise da prática docente (*prática*), relação teoria e prática (*reflexão teórica*) e o trabalho docente na escola como categoria central dessa atividade (*prática refletida, analisada e contextualizada*). Em suma, o estágio supervisionado para quem já exerce a docência é circunstância de reflexão, ressignificação de saberes da prática docente e de formação contínua, realimentada por uma teoria que ilumina a prática, que, por sua vez, ressignifica a teoria.

Figura 9 - Pilares do estágio na perspectiva da reflexão a partir da práxis docente



Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC com base em Pimenta e Lima (2012)

Para tanto, é preciso lançar mão de metodologias que estejam a serviço da reflexão e da produção de conhecimentos capazes de oferecer a fundamentação teórica necessária para a compreensão da prática didático-pedagógica e da realidade social na qual essa prática está inserida. As metodologias de ensino e pesquisa como as **narrativas de formação** (*memoriais, autobiografias, histórias de vida*) e a **metodologia de projetos** (projeto didático de intervenção com vistas ao enfrentamento de um problema educacional específico, de natureza interdisciplinar voltado para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) são alguns exemplos de práticas coletivas que favorecem a emergência de experiências formativas inovadoras.

No curso de Letras Libras do Parfor, o estágio é componente curricular indispensável para integralização do curso e totaliza 405 horas de atividades em situação real de trabalho na escola básica de atuação do professor cursista distribuídas em três disciplinas: Estágio Supervisionado Obrigatório I - 135h; Estágio Supervisionado Obrigatório II - 135h; e Estágio Supervisionado Obrigatório III - 135h, em atendimento ao disposto na Resolução CNE/CP n. 2/2019.

Como o cursista já exerce a docência, a prática pedagógica permeia todo o processo de formação, a integralização desse componente no currículo do curso ocorrerá sob a forma de aproveitamento de experiências profissionais, por meio de ações que enfoquem planejamento, regência e a avaliação de aula, desenvolvimento de projetos escolares, acompanhamento e análise das diferentes propostas pedagógicas, incluindo pesquisas sobre o processo de ensino e minicurso com as famílias dos estudantes e a comunidade, possibilitando ao professor cursista oportunidade de aprofundar a compreensão da sua prática, refletir sobre ela e tomar novas decisões.

A expectativa é que os professores cursistas possam alternar momentos de reflexão, análise e problematização da prática (tempo universidade) com momentos de planejamento e sistematização de estratégias de enfrentamento dos problemas que emergem do contexto escolar passíveis de intervenção pedagógica (tempo escola). Para isso, o professor formador deve promover encontros incluindo os demais profissionais das escolas envolvidas no estágio com o objetivo de discutir as problemáticas trazidas pelos cursistas para, colaborativamente, (re)definir as estratégias de ação.

No curso de Letras Libras do Parfor/UFPI, o estágio inicia no sexto semestre letivo, conforme desenho curricular anteriormente apresentado e será realizado sob a mentoria e acompanhamento efetivo do professor formador, que supervisionará um grupo de até 10 (dez)

professores cursistas, nos termos da Portaria Capes n. 220, de 21 de dezembro de 2021. Vislumbramos que o projeto de estágio dialogue com o projeto de pesquisa que será elaborado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

3.3.2 Atividades Complementares

As atividades complementares, consideradas estudos independentes, realizados por meio de atividades acadêmico-científico-culturais, se constituem em um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. As atividades serão avaliadas durante a realização do curso de Licenciatura em Letras Libras, com possibilidade de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes realizadas no decorrer ou até o último período.

As atividades acadêmicas desenvolvidas pelos alunos de Letras Libras, para efeito de integralização curricular, correspondem a 200 horas, as quais deverão ser registradas no Histórico Escolar do aluno, em conformidade com as normas internas da UFPI a respeito do tema.

Considerar-se-ão atividades acadêmico-científico-culturais, em suas devidas categorias e pontuações o que se expõe nas dez tabelas de Atividades Complementares (AC) seguintes, delineadas por categoria, conforme a Resolução CEPEX-UFPI n.177/12.

Tabela 1 - Categoria: ATIVIDADE DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA E A PESQUISA
Carga horária máxima da categoria: 180 h
Carga horária máxima do currículo na categoria: 180 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em grupo de estudo/pesquisa.	O aluno deverá participar de atividades/projetos de ensino ou pesquisa, orientado por docente da UFPI.	180 h	180 h	Relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidade competentes.

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

Tabela 2 - Categoria: ATIVIDADE DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS**Carga horária máxima da categoria: 60 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 60 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação e Organização em evento científico	Participação e organização em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas.	10 h	30 h	Certificado de participação, organização ou declarações dos órgãos/unidade competentes.
	Apresentação de trabalhos em eventos científicos.	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, fóruns, semanas acadêmicas, na área de Letras Libras ou áreas afins.	10 h	30 h	Certificado de apresentação de trabalho ou declarações dos órgãos/unidade competentes, referentes a apresentação do trabalho científico.

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

Tabela 3 - Categoria: TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS**Carga horária máxima da categoria: 90 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Publicação de artigo completo em periódico.	Publicação de artigo completo em revista nacional ou internacional, como autor ou co-autor.	10 h	20 h	Cópia de artigos ou página de título do artigo publicado ou carta de aceite da revista.
	Trabalho completo ou resumo publicado em anais de evento científico	Trabalho completo ou resumo publicado em anais de evento científico na área de Letras Libras ou afins.	10 h	50 h	Cópia da capa dos anais do evento, bem como a página na qual conste o trabalho publicado.

	Aprovação em concurso	Aprovação em concurso para professor	20 h	20 h	Comprovante de aprovação ou nomeação
--	-----------------------	--------------------------------------	------	------	--------------------------------------

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

Tabela 4 - Categoria: ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO, DIFERENCIADO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Carga horária máxima da categoria: 90 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Estágios não obrigatórios de 50 a 100 horas	Estágio realizado na área de Libras	20 h	20 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Estágios não obrigatórios de 101 a 200 horas	Estágio realizado na área de Libras	30 h	30 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Estágios não obrigatórios com mais de 200 horas	Estágio realizado na área de Libras	40 h	40 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

Tabela 5 - Categoria: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES

Carga horária máxima da categoria: 120 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 120 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em projetos	Participação em projetos sociais governamentais e não-governamentais, voltado a área de Libras, com duração mínima de 60 dias.	30 h	60 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes
	Experiência Profissional	Atuação como docente acima de 6 meses	60 h	60 h	Declarações dos órgãos/unidade competentes

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

Tabela 6 - Categoria: ATIVIDADES ARTÍSTICO—CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICA

Carga horária máxima da categoria: 90 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Elaboração de texto teórico e/ou experimental sobre a área de Libras	Elaboração de texto teórico e/ou experimental sobre/para a atuação pedagógica (na área de Libras) nos Anos Finais do Fundamental e Ensino Médio.	30 h	30 h	Apresentação dos trabalhos produzidos ou produtos.
	Organizador e/ou participante de eventos artístico-culturais ou esportivos	Organização e/ou participação em eventos artístico-culturais e em torneios, campeonatos, olimpíadas, organizadas pela UFPI ou outras instituições.	30 h	60 h	Atestados/certificados de participação

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

Tabela 7 - Categoria: ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Carga horária máxima da categoria: 90 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 90 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em Programas ou projetos de extensão	Participação em Programas ou projetos de extensão, sob orientação de professor da UFPI.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação
	Participação em Minicurso, Oficina ou Grupo de	Participação em Minicurso, Oficina ou Grupo de Estudo. Se	10 h	30 h	Atestados ou certificados de participação

	Estudo.	for grupo de estudo, este deve ser orientador por professor da UFPI ou outra IES.			
	Participação em eventos junto à comunidade.	Participação em apresentações, eventos, projeções comentadas de vídeos técnicos à comunidade durante o período de integralização do curso.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação
	Excursões científicas	Excursões científicas que estejam relacionadas com atividades de extensão.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação
	Curso de extensão	Curso de extensão na área de Libras e/ou áreas afins	10 h	20 h	Atestados ou certificados de participação
	Participação em exposições e feiras.	Participação em exposições, feiras, datas temáticas na área de Libras.	10 h	10 h	Atestados ou certificados de participação

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

Tabela 8 - Categoria: VIVÊNCIAS DE GESTÃO

Carga horária máxima da categoria: 40 h

Carga horária máxima do currículo na categoria: 40 h

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Participação em atividades de gestão	Participação em atividades de gestão no âmbito da escola em que o cursista atua.	15 h	30 h	Declaração do órgão/unidade competente ou Atas das reuniões das quais o aluno participou
	Participação em comissões de trabalho na universidade.	Participação nas diversas comissões de trabalho da UFPI ou outra IES	10 h	10 h	Declaração do órgão/unidade competente ou Atas das reuniões das quais o aluno participou

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

Tabela 9 - Categoria: VISITAS TÉCNICAS:**Carga horária máxima da categoria: 10 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 10 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Visitas técnicas na área do curso	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente.	5 h	10 h	Relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente.

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

Tabela 10 - Categoria: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**Carga horária máxima da categoria: 60 h****Carga horária máxima do currículo na categoria: 60 h**

Componente			CH mínima aproveitada	CH máxima Aproveitada	Exigências
Código	Atividade	Descrição			
	Disciplina eletiva	Disciplina de graduação cursada em outro curso desta instituição ou em outras instituições de educação superior	30 h	60 h	Histórico escolar, no qual conste a disciplina cursada.

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

3.3.3 Atividade Curricular de Extensão

A Extensão, compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos

setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, compreendendo, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

Neste PPC, as Atividades Curriculares de Extensão são definidas pelas Atividades Curriculares de Extensão (ACE) como componentes curriculares, ofertados em forma de disciplina na matriz curricular dada a especificidade do Parfor, abrangendo atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam a políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

As ACE têm por objetivos: I - reafirmar a articulação universidade/sociedade, contribuindo para o cumprimento de seu compromisso social; II – fortalecer a indissociabilidade entre as funções essenciais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão; III – contribuir para a melhoria da qualidade da formação acadêmica dos cursos de graduação; IV – estimular a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico a partir do contato com problemas da comunidade e da sociedade; V – compartilhar conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, da cultura, da tecnologia e das artes.

3.3.3.1 Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão

- O curso de Licenciatura em Letras Libras deverá obrigatoriamente oferecer, no mínimo, uma ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UFPI;
- Os alunos do curso de Licenciatura em Letras Libras deverão, obrigatoriamente, atuar na organização ou execução de uma ACE semestralmente (quando regularmente matriculado) até integralizar o total de 330h definido neste PPC;
- Os programas, projetos, cursos e eventos devem contemplar um conjunto articulado de ações, pedagógicas, de caráter teórico e prático, que favoreçam a socialização e a apropriação, pela comunidade, de conhecimentos produzidos na Universidade, ou fora dela, de forma presencial ou a distância, contribuindo para uma maior articulação entre o saber acadêmico e as práticas sociais;

- As ACE devem ser desenvolvidas por meio de metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo;
- Os programas, projetos, cursos e eventos de extensão ofertados por meio de disciplinas do currículo de cada curso de graduação devem ser cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão (PREX), após sua prévia aprovação pela instância de vínculo direto dos docentes responsáveis pelo componente curricular (disciplina);
- As ACE devem estar em consonância com a especificidade formativa de cada curso e envolver diversidade de ações;
- O Quadro 11 a seguir, no que tange à carga horária e aos eixos temáticos das ACE semestrais, se constitui como referência para o curso de Licenciatura em Letras Libras. Para sua formulação, baseamo-nos nos temas contemporâneos transversais, buscando trazer discussões que sejam de interesse dos estudantes e relevantes para sua formação.

Quadro 11 - Atividades Curriculares de Extensão

Período	Carga horária	Atividades Curriculares de Extensão	Eixo temático
1º	30h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Ética e Relações étnico-raciais
2º	30h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Ciência e tecnologia
3º	45h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Meio Ambiente, Educação Ambiental e Educação para o consumo

4º	45h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Cidadania e Civismo, Vida Familiar e Social, Educação para o Trânsito, Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente, Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do Idoso
5º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Multiculturalismo, Diversidade Cultural, Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras
6º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Orientação Sexual
7º	45h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Saúde, Educação Alimentar e Nutricional
8º	15h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Economia, Trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma exigência do Conselho Nacional de Educação e configura-se como um instrumento de iniciação científica. Constitui-se numa oportunidade privilegiada de desenvolvimento de um trabalho sistematizado e de natureza teórico-prática, por meio do planejamento da intervenção na prática, oportunizando ao aluno a investigação do funcionamento das organizações educativas e suas inter-relações com a comunidade.

O TCC é o espaço curricular destinado à realização de pesquisa e/ou publicação científica, representando a culminância da produção intelectual do aluno. Objetiva a consagração de um processo de maturidade intelectual e de autonomia do aluno em face do desenvolvimento

de estudos e pesquisas de natureza teórico-investigativa sobre a educação e a docência (BRASIL, 2009). Constitui-se, assim, em instrumento de articulação entre teoria e prática, oportunizando a aproximação do ambiente acadêmico com as práticas realizadas nos espaços escolares, favorecendo a reflexão e aperfeiçoamento profissional e humano do fazer pedagógico.

Desse modo, o TCC envolve pesquisa, aqui entendida como atividade que envolve produção de conhecimento novo, que preenche uma lacuna em determinada área do conhecimento, fazendo avançar a ciência e, por isso, tem relevância teórica e social (SEVERINO, 2003).

Na mesma direção, Marques (2002) ressalta que a pesquisa envolve diálogo com a comunidade científica e com a teoria, resultando numa interlocução de vozes, ou seja, numa conversa que amplia perspectivas e horizontes, reconstrói e reformula os saberes. De acordo com o autor, pesquisar é:

[...] produzir um texto de rica intertextualidade no qual se conjuguem, em uma intersubjetividade sempre ativa e provocante desde suas bases socioculturais, as muitas vozes de uma comunidade argumentativa especialmente convocada para o debate em torno de uma determinada temática; sejam as experiências do pesquisador, sejam os testemunhos de um campo empírico, sejam os testemunhos de respectivo campo teórico (MARQUES, 2002, p.229).

A pesquisa é fundamental para a formação profissional do indivíduo, haja vista que as transformações ocorridas ao longo dos últimos tempos afetaram radicalmente vários campos sociais, notadamente, a educação, o ensino, exigindo profissionais com conhecimento do método científico para responder adequadamente às novas imposições da sociedade.

Nessa perspectiva, o TCC em nível de graduação é de grande relevância porque permite o contato do graduando com a pesquisa, atividade essencial que fornece os fundamentos científicos necessários para a materialização da sua formação acadêmica, podendo servir, assim, como contributo para trabalhos futuros.

No âmbito da UFPI, o TCC, conforme definido no Regulamento Geral da Graduação (Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012), corresponde à produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação. Tem sua regulamentação em cada colegiado de curso, podendo ser realizado nas formas de monografia, memorial, artigo científico para publicação, relato de caso ou outra forma definida pelo colegiado de curso. Poderá ser desenvolvido

individualmente ou em grupo de até 3 (três) alunos, de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico (PPC), sob a orientação de um docente designado para esse fim.

O TCC objetiva a produção acadêmica que expresse as aprendizagens e habilidades desenvolvidas pelo cursista no seu campo de atuação profissional, bem como os conhecimentos produzidos no decorrer do curso. Em virtude da especificidade da clientela do Parfor (professores em exercício na Educação Básica), a produção do TCC deve ser orientada por um projeto investigativo que busque respostas para questões subjacentes à prática docente, priorizando o planejamento e intervenção na prática docente, com vista à melhoria e atualização do ensino. Desse modo, a atividade de investigação também deverá ser, preferencialmente, realizada na própria escola e com as turmas que estiverem sob a responsabilidade do professor cursista, na sua área ou disciplina de atuação, nos termos das normativas do Programa.

Se queremos formar professores, na perspectiva da formação contínua e do desenvolvimento profissional, com condições de fazer análise de sua prática de modo a favorecer resultados de melhores aprendizagens dos alunos da Educação Básica (PIMENTA; LIMA, 2012), é preciso lançar mão de metodologias que reforcem dispositivos e práticas coletivas que tenham a pesquisa (pesquisa/ação/colaborativa) como eixo formativo e valorizem a atividade docente e o trabalho escolar como problemática de investigação (GATTI *et al*, 2019; NÓVOA, 1999, 2011; ZEICHNER, 1983, 2011).

Reiteramos a importância da integração do TCC com os demais componentes curriculares e a interconexão particular com as experiências resultantes do estágio supervisionado. Por isso, também devem ser priorizadas as metodologias de pesquisa que lançam mão da elaboração de **narrativas de formação** (*memoriais, autobiografias, histórias de vida*), que autorrevelam os vínculos com a profissão e, por meio das quais o professor cursista pode se reapropriar de sua experiência docente, e a **metodologia de projetos** com ênfase em projetos didáticos para intervenção em problemas educacionais específicos, de natureza interdisciplinar voltados para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

À vista disso, no curso de Letras Libras da UFPI ofertado através do Parfor a produção acadêmica do TCC deverá ser comunicada, preferencialmente, por meio de *artigo científico, relato de experiência, memorial de formação, projeto didático* ou outro instrumento de comunicação definido pelo Colegiado de curso.

No curso de Letras Libras do Parfor/UFPI, o TCC tem caráter obrigatório e totaliza 120 horas, distribuídas em dois componentes curriculares: TCC I (60 horas) e TCC II (60 horas). A matrícula em TCC I e TCC II será realizada no 7º e 8º semestres, respectivamente. A relação entre os dois componentes curriculares é de continuidade, articulada por duas importantes atividades: planejamento da pesquisa, culminando com a elaboração do projeto de pesquisa, no TCC I e realização da pesquisa, conforme cronograma de execução no TCC II, exigindo-se apresentação e defesa do trabalho ao final do curso. Por essa razão, a matrícula no TCC II está diretamente condicionada à aprovação no TCC I.

A apresentação do trabalho ocorrerá publicamente e será avaliada por uma banca formada pelo professor orientador vinculado ao curso e dois pareceristas escolhidos, preferencialmente, entre os professores formadores que contribuíram no processo formação do cursista do aluno. Em consonância com o regulamento do Parfor, cada professor poderá orientar até 10 (dez) professores cursistas por semestre.

O Quadro 12, a seguir sintetiza a integralização curricular do curso de Letras Libras do Parfor, contabilizando disciplinas de formação obrigatória e optativa, estágio supervisionado obrigatório, trabalho de conclusão de curso, atividades curriculares de extensão e atividades complementares:

Quadro 12 - Síntese da Integralização Curricular do Curso de Letras Libras Parfor

Componentes Curriculares	Carga horária
Disciplinas Obrigatórias	2.055h
Atividades Curriculares de Extensão	330h
Estágio Supervisionado Obrigatório	405h
Trabalho de Conclusão de Curso	120h
Disciplinas Optativas	120h
Atividades Complementares	200h
Carga Horária Total	3. 230h

Fonte: elaborado pela comissão de reformulação do PPC

3.4 Metodologia

Compreendendo que o currículo do curso deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais, particulares e históricas, espera-se que o aluno perceba o processo de apropriação do conhecimento como resultado da atividade humana, num contexto determinado, histórico-social e culturalmente dinâmico. Esse processo de construção do conhecimento se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura.

Dada a natureza do curso, a metodologia a ser adotada visa à construção de uma prática embasada nos fundamentos teórico-práticos, orientada numa perspectiva crítica em que ação-reflexão-ação deve possibilitar uma ação docente comprometida com a formação sócio-político-cultural e ética. Isso implica que estes profissionais, responsáveis pela educação de alunos menos favorecidos economicamente presentes na escola pública, estarão guiados pela compreensão de que diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação profissional e, da mesma forma, estarão conscientes de seu papel de efetuar uma práxis pedagógica crítico-emancipatória em favor destes alunos.

3.4.1 *Material didático específico*

O material impresso deve conter o teor básico da disciplina e se constituir em um dos espaços de diálogo entre o professor/autor e o aluno. Desse modo, a linguagem utilizada deve ser dinâmica e motivadora, para que, além dos momentos em sala de aula, os alunos possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimento.

Esse material será produzido pelo professor/autor e traduzido/interpretado pela equipe responsável para esse fim, adotando-se um padrão de diagramação e disposição do conteúdo-base em cada disciplina do curso. Esses recursos deverão estar de acordo com o assunto estudado, transformando-se em mais um meio de aprendizagem e compreensão do material estudado.

O conteúdo-base é um material impresso-digital apresentado nas versões em Português e Libras para complementar a formação do alunado. Além desse material, o professor poderá dispor de material de apoio para maior compreensão dos conteúdos trabalhados em cada

disciplina. Esse material poderá ser disponibilizado também em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), através, por exemplo, do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA.

Nesse ambiente, o professor poderá apresentar propostas para discussão entre os alunos, com sua presença virtual ou não. Na página virtual do curso, o professor de cada disciplina também poderá acrescentar materiais complementares para serem acessados pelos alunos, tais como *links* para acesso a páginas ou outros materiais. Vale ressaltar que, ao elaborar os materiais didáticos para o Ambiente Virtual, o professor deve privilegiar uma linguagem direta, dialógica e visualmente enriquecida, com conteúdos que estendam e complementem o material impresso da disciplina.

O Ambiente Virtual visa a oferecer maior acessibilidade às necessidades inerentes ao processo de ensino-aprendizagem do curso de Letras Libras, na modalidade Licenciatura. Nele, poderão ser depositados materiais de estudo regulares, entre outras mídias, materiais e atividades que favoreçam e possibilitem a complementação desse processo, como slides, videoconferência, vídeo-aula, teleaula etc., permitindo que o aluno se sinta integrado e incluído. Além disso, esse espaço pode tornar a comunicação entre alunos e professores uma constante.

As mídias utilizadas para o público alvo descrito, como foi anteriormente explicitado, serão o material impresso e digital, como mídia principal, além do computador, como mídia auxiliar para que o aluno tenha a possibilidade de interagir com os colegas, professores, membros da equipe pedagógica e instituição, através da Internet. Para acesso a este recurso, o aluno deverá ter à disposição um laboratório de informática equipado, ambiente que terá computadores conectados à Internet, acessando todos os recursos oferecidos por um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), tais como fórum, e-mail e *chat*.

A UFPI também deverá dispor de um Laboratório de Línguas, possibilitando ao professor inúmeras ferramentas tecnológicas que dinamizem as aulas e utilizem vários recursos audiovisuais, sobretudo, que ofereçam ao aluno a chance de uma aprendizagem significativa e dinâmica.

Ressalta-se que todo o material didático, seja impresso ou virtual, deve passar por um processo de elaboração e avaliação permanentes, para o aprimoramento constante da qualidade dos produtos, visando ao fortalecimento do processo de aprendizagem dos estudantes.

3.4.2 Previsão de atendimento a estudantes com necessidades especiais

Em virtude do Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, o Curso de Letras Libras promoverá ao estudante com necessidades especiais atendimento apropriado conforme tal necessidade. A ideia é viabilizar a integração e acesso dos alunos deficientes aos equipamentos e conteúdos envolvidos no seu desenvolvimento cognitivo.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

A promoção de oportunidades de aprendizagem é contemplada nas políticas institucionais definidas pelo PDI/UFPI (2020-2024) para ensino, pesquisa e extensão, conforme elencado a seguir.

Para ensino de graduação:

- Promover novas fronteiras científicas, com ênfase na interdisciplinaridade, consoante a política de internacionalização da UFPI;
- Avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades;
- Dar continuidade aos programas especiais de graduação e de formação continuada, tanto para atender às demandas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), quanto para oferecer cursos especiais decorrentes de outros convênios que venham a ser celebrados para atender outras demandas sociais importantes;

- Buscar a contínua articulação entre as áreas de conhecimento e os níveis de ensino oferecidos, bem como sua vinculação com a pesquisa e a extensão, garantindo a interdisciplinaridade;
- Enfatizar a internacionalização, fortalecendo relações além das fronteiras, consolidando e ampliando cooperações com instituições internacionais, com programas de mobilidade acadêmica docente, discente e de técnico-administrativos e em programas internacionais, com a inclusão de cursos e disciplinas em línguas estrangeiras;
- Estimular a excelência do processo ensino-aprendizagem é um compromisso com o atendimento das necessidades pedagógicas dos alunos, uma vez que se encontra voltada para sua formação integral, atendendo e valorizando as diferenças individuais e sociais, tendo como horizonte sua repercussão no exercício social e profissional como egressos da universidade;
- Incentivar o emprego de diversas metodologias para aprendizagem ativa, nas quais o professor atua como mediador do processo e o estudante como protagonista;
- Abordar a questão ambiental, como tema transversal, em todos os PPCs da UFPI, de forma interdisciplinar, articulando os conhecimentos de disciplinas diversas com as questões ambientais.

Para pesquisa e inovação:

- Envolver docentes, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação em associação com estratégias didáticas e metodológicas sérias e éticas para que haja uma produção de conhecimento consistente;
- Estimular a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais e fortalecer os grupos já existentes;
- Incluir o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em forma de pesquisa, demandando dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos.
- Apoiar, formular, coordenar e executar as ações relacionadas à pesquisa, infraestrutura, propriedade intelectual, desenvolvimento tecnológico, inovação, incubação de negócios e empreendedorismo relacionados à política de pesquisa e inovação;

- Fomentar e consolidar a formação de discentes da graduação para que tenham continuidade de sua formação na pós-graduação;
- Aumentar a inserção da UFPI na solução de problemas postos pela sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional;
- Promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do país.

Para extensão e cultura:

- Ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias;
para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais;
- Estimular programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social;
- Implantar o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnico-administrativos, como forma de estimular o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica;
- Integrar a extensão universitária à matriz curricular dos cursos de graduação como componente obrigatório;
- Proporcionar a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e saberes, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

- Promover a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- Impactar e transformar o social, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população, implementando o desenvolvimento regional e o desenvolvimento de políticas públicas;
- Corroborar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, de geração e socialização de conhecimento, tecnologia, protagonismo estudantil e compromisso social.

4.2 Apoio ao discente

O apoio pedagógico aos discentes é realizado pela Coordenação do Curso, auxiliada pelos professores do Curso, notadamente por meio de ações que possam favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos matriculados no curso de Letras Libras.

No que tange ao apoio psicopedagógico, a UFPI dispõe de uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que através de sua Coordenadoria de Assistência Comunitária – CACOM, gerencia as ações de política de Assistência Social à Comunidade Universitária. Esta Pró-Reitoria dispõe de um Serviço Psicossocial, formado por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, que prestam atendimento individual ou grupal aos alunos da UFPI que buscam soluções para os mais diversos problemas, orientando e encaminhando, quando necessário para os recursos disponíveis na comunidade interna e/ou externa.

A PRAEC ainda supervisiona a concessão de benefícios de permanência (bolsas e auxílios) exclusivamente oferecidos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tais como: a Bolsa de Apoio Estudantil (BAE), a Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), o Auxílio Creche (AC*), a Residência Universitária (REU) e o Auxílio Residência (AR) para alunos dos *Campi* do interior.

Além disso, a UFPI tem seu trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais pautado pela Resolução nº76/2019 CEPEX-UFPI, garantindo atendimento educacional coerente aos alunos deficientes.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem em disciplinas do curso de Letras Libras atenderá às normas comuns a todos os cursos da UFPI, especificadas na Resolução CEPEX-UFPI n. 177/12, notadamente em seu Título VIII, que, dentre outras determinações, indica que:

[...]

Art. 101. Para efeito de registro, o número de notas parciais deverá ser proporcional à carga horária da disciplina, respeitado o mínimo de:

I – 2 (duas), nas disciplinas com carga horária igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) horas;

II – 3 (três), nas disciplinas com carga horária de 60 (sessenta) a 75 (setenta e cinco) horas;

III – 4 (quatro), nas disciplinas com carga horária superior a 75 (setenta e cinco) horas.

Art. 102. A avaliação do rendimento acadêmico será feita por meio do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, sob forma de prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina.

§1º Os registros do rendimento acadêmico serão realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

§ 2º O rendimento acadêmico deve ser expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal.

Art. 103. A modalidade, o número e a periodicidade das avaliações parciais deverão considerar a sistemática de avaliação definida no projeto pedagógico do curso (PPC) e estar explícitos no plano de disciplina, de acordo com a especificidade.

§1º Nos instrumentos destinados às verificações parciais e exame final, deverão constar o valor correspondente a cada item.

§2º Em cada disciplina, é obrigatória a realização de, pelo menos, uma avaliação escrita realizada individualmente.

Art. 104. As avaliações devem verificar o desenvolvimento das competências e habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa da disciplina.

Parágrafo único. Os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados, pelo professor, de forma clara para os alunos.

Art. 105. O professor deve discutir os resultados obtidos em cada instrumento de avaliação junto aos alunos.

Parágrafo único. A discussão referida no caput deste artigo será realizada por ocasião da publicação dos resultados e o aluno terá vista dos instrumentos de avaliação, devendo devolvê-los após o fim da discussão.

Art. 106. O rendimento acadêmico é calculado a partir média dos resultados obtidos nos instrumentos de avaliação utilizados durante a disciplina.

§1º A divulgação do rendimento acadêmico é obrigatoriamente feita no sistema de registro e controle acadêmico. O professor responsável pela disciplina deverá fazer o registro do rendimento no sistema acadêmico.

§2º É obrigatória a divulgação do rendimento da avaliação feita pelo professor da disciplina, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado este prazo a partir da realização da avaliação, ressalvados os limites de datas do Calendário Acadêmico.

[...]

Art. 110. Será “aprovado por média” o aluno que obtiver média parcial igual ou superior a 7,0 (sete), desde que os requisitos de assiduidade do Art. 117 sejam satisfeitos.

Art. 111. Será considerado “aprovado” no componente curricular o aluno que:

I – obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular e média aritmética igual ou superior a 7 (sete) nas avaliações parciais;

II – submetido ao exame final, obtiver média aritmética igual ou superior a 6 (seis), resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 112. Será considerado “reprovado” o aluno que se incluir em um dos três itens:

I – obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular;

II – obtiver média aritmética inferior a 4 (quatro) nas avaliações parciais;

III – obtiver média aritmética inferior a 6 (seis), resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 113. É reprovado no componente curricular o aluno cuja média final for menor que 4 (quatro). Neste caso, o aluno não poderá se submeter ao exame final.

Art. 114. A presença do aluno é registrada por sua frequência em cada 60 (sessenta) minutos de aula.

Art. 115. É reprovado no componente curricular o aluno que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades no período letivo, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 116. O aluno cuja média parcial for maior ou igual a 4 (quatro) e menor que 7 (sete) e que satisfaça os requisitos de assiduidade definidos no Art. 117 terá direito à realização do exame final. Parágrafo único. O prazo para realização do exame final é de, no mínimo, 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação da média parcial do aluno.

Art. 117. O rendimento acadêmico final (média final) é obtido pela média aritmética simples entre a média parcial e o resultado do exame final.

§1º O valor da média final será igual ao da média parcial para os alunos que se encontrarem na situação do Art. 114.1.

§2º Ao aluno reprovado por falta será atribuída a média final igual a zero.

Art. 118. A média final mínima para aprovação, depois de realizado o cálculo definido no Art. 117, é 6 (seis).

Respeitadas essas normas gerais, entende-se a avaliação da aprendizagem, no âmbito do curso de Letras Libras, como parte integrante do processo educativo, vinculando-se diretamente aos objetivos da aprendizagem no contexto do projeto do Curso de Letras Libras, devendo, portanto, ser realizada de forma contínua, considerando o desempenho do aluno em relação ao que foi planejado, visando à tomada de decisão em relação à consecução dos objetivos propostos e envolvendo também o julgamento do aluno sobre sua própria aprendizagem, sempre que possível.

Assim, a avaliação, utilizando diferentes instrumentos, tem finalidades diagnóstico-formativas:

- Comparar o desempenho dos alunos nos instrumentos de avaliação aplicados aos objetivos traçados pela disciplina e pelo Curso;
- Detectar dificuldades na aprendizagem;
- Re-planejar;

- Tomar decisões em relação à recuperação, promoção ou retenção do aluno;
- Realimentar o processo de implantação e consolidação do Projeto-Pedagógico.

No Curso de Letras Libras, entende-se que é relevante analisar a capacidade de reflexão crítica dos cursistas frente às suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos do projeto pedagógico. Neste sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativa no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor formador/ professor cursista se torna fundamental. O trabalho do professor formador, portanto, ao organizar o material didático básico para a orientação do cursista deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a este saber.

Para que isso ocorra, há uma preocupação em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como ocorre não só a aprendizagem da Língua de Sinais Brasileira pelos alunos, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso. Por isso, a verificação da aprendizagem ocorrerá de forma presencial, com utilização de instrumentos diversos, que exijam dos estudantes não só síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções

Esses instrumentos de avaliação (**tais como pesquisas, memorial, portfólio, projeto de trabalho, produções textuais escritas e orais, seminários, autoavaliações, testes diagnósticos, provas individuais e em grupo, e outros**) são elaborados pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento, que, juntamente com a Coordenação do Curso, ficarão responsáveis por adequar o sistema de avaliação como melhor se adaptar à sua disciplina.

Em suma, a avaliação no curso de Letras Libras do Parfor deve ser efetuada tendo em vista: o contexto em que o Programa se realiza; o perfil de professor que o Programa deseja formar e as competências que se pretendem desenvolver. Também deve levar em conta que todos os recursos técnicos, administrativos e pedagógicos têm papel mediador na construção do conhecimento pretendido e que as formas de avaliação são subsidiárias de uma forma determinada de trabalho, englobam uma concepção de aprendizagem, uma metodologia de ensino, de conteúdos e a relação professor-aluno e aluno-aluno (BRASIL, 2004). Seguindo a

proposta pedagógica definida no Programa, a avaliação do professor cursista deve: ocorrer de maneira contínua e progressiva, e abranger todos os momentos do curso; envolver os múltiplos aspectos da aprendizagem do cursista, ir além da aferição de conhecimentos, e considerar o conjunto das competências descritas no item "Competências e Habilidades" deste PPC; e utilizar diferentes procedimentos e instrumentos, contemplando a autoavaliação, a avaliação dos colegas e a do professor formador.

5.2 Do Projeto Pedagógico do Curso

Conforme especificado no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2020-2024), o Projeto Pedagógico do Curso deve adotar como princípio, o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo e o respeito à missão da universidade, a fim de que o estudante alcance sua autonomia intelectual.

Visando ao atendimento dessas exigências, o PPC do curso de Letras Libras estará em permanente avaliação com o objetivo de identificar falhas e defasagens nos diferentes componentes curriculares (princípios, objetivos do curso, perfil, conteúdos, sequência das disciplinas, etc.), bem como para indicar alternativas de ação com vistas à melhoria qualitativa do PPC.

Essa avaliação, de caráter formativo, será realizada, principalmente, a partir das seguintes fontes: ao final de cada período letivo, através de questionários envolvendo professores e estudantes, visando à melhoria da operacionalização do curso; pelo acompanhamento de egressos, através de aplicação de questionários aos mesmos e junto às instituições que absorvem os profissionais qualificados no curso de Letras Libras Parfor/UFPI, considerando os aspectos relacionados aos objetivos do curso e do perfil profissional; a partir dos resultados de cada ciclo avaliativo fornecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14.04.2004.

Os dados coletados dessas fontes serão periodicamente analisados pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE) para que seja verificado se o PPC continua atendendo satisfatoriamente às demandas relacionadas ao perfil dos licenciados em Letras Libras. A partir

dessa análise, se for constatada a necessidade de modificação do PPC, serão seguidas as normas constantes no Art. 29 da Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012:

Art. 29. Todas as mudanças no projeto pedagógico (PPC) devem ser propostas pelo núcleo docente estruturante (NDE), deliberadas pelo colegiado do curso e, após análise pela Coordenação de Currículo da PREG (CC/PREG), homologadas pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN) até 30 (trinta) dias antes da publicação da solicitação de oferta de componentes curriculares referente ao semestre letivo da sua implementação.

§1º A Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN) será a instância final de aprovação de mudanças no projeto pedagógico (PPC), desde que tais mudanças não tenham como consequência alterações na carga horária mínima ou no tempo para integralização curricular.

§2º Havendo alteração na carga horária mínima ou no tempo para integralização curricular, ou ainda nos casos previstos no parágrafo único do Art. 10, a instância final de aprovação das mudanças será o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX).

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas Obrigatórias

1º PERÍODO

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso		CÓDIGO: LIBRAS001
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.0.0	15h	---
<p>EMENTA: Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS. O licenciado em Letras - LIBRAS. Instâncias do Centro de Ciências da Humanas e Letras e da UFPI e suas competências envolvidas com o Curso de Letras - LIBRAS.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>Normas e Funcionamento Dos Cursos de Graduação da UFPI. Disponível em: https://ufpi.br/images/CCE/RESOLU%C3%87%C3%95ES/resolucao177-12-cepex.pdf Data de acesso: 23.mar.2022</p> <p>Projeto Político Pedagógico Do Curso de Licenciatura em Letras Libras/Parfor/UFPI. REGIMENTO GERAL DA UFPI. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/df/arquivos/files/regimento_geral_ufpi.pdf Data de acesso: 23.mar.2022</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>DAMÁZIO, Mirlene. F. M. <i>Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez</i>. Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007.</p> <p>GESSER, Audrei. <i>Libras? Que língua é essa?</i> São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, R. M. Org.: <i>Letras Libras: ontem, hoje e amanhã</i> – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014</p> <p>SANTANA, Ana. P; BERGAMO, Alexandre. <i>Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas</i>. Educ. Soc. [online]. 2005, vol.26, n.91, pp.565-582.</p> <p>SKLIAR, Carlos de (org). <i>A surdez: Um olhar sobre as diferenças</i>. Porto Alegre: Mediação, 2010.</p>		

DISCIPLINA: História da Educação		CÓDIGO: DFE0097
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
<p>EMENTA: História da educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período. História da educação de surdos. O impacto do Congresso de Milão (1880) na educação de surdos no Brasil. Legislação e surdez. As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Modelos educacionais na educação de surdos: modelos clínicos, antropológicos, da diferença e mistos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>FÁVERO, O. (Org.). <i>A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988</i>. 2. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001.</p> <p>FRANCISCO FILHO, G. <i>A educação brasileira no contexto histórico</i>. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.</p> <p>MOURA, Maria Cecília. <i>O Surdo, Caminhos para uma Nova Identidade</i>. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BOURDIEU, Pierre. <i>Escritos de educação</i>. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 251p</p> <p>GESSER, Audrei. <i>Libras? Que língua é essa?</i> São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>GATTI JÚNIOR, Décio; PINTASSILGO, Joaquim (Org.). <i>Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação</i>. Uberlândia: EDUPU, 2007.</p> <p>LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. <i>500 Anos de Educação no Brasil</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.</p> <p>SAVIANI, D. <i>Escola e Democracia</i>. 42.ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 2012.</p>		

DISCIPLINA: Filosofia da Educação	CÓDIGO: DFE0095
------------------------------------------	------------------------

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
<p>EMENTA: Filosofia e filosofia da educação: concepções e especificidades da filosofia; concepções de educação; tarefas da filosofia da educação; relação entre educação, pedagogia e ensino. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão tecnológica da práxis educativa. Filosofia da educação e a formação do/a professora.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>ADORNO, Theodor W. <i>Educação e emancipação</i>. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2020. CHAUI, Marilena de Souza. <i>Convite a filosofia</i>. 13. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006. GHIRALDELLI JR. P. <i>O que é Filosofia da Educação?</i> Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>AHLERT, Alveri. <i>A eticidade da educação: o discurso de uma práxis solidária/universal</i>. 2. ed. Ijuí, RS: Unijui, 2003. CHAUI, M. <i>Convite a Filosofia</i>. 13. ed. São Paulo: Atica, 2003. MARCONDES, Danilo. <i>Iniciação a história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein</i>. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2000. SAVIANI, D. <i>Educação: do senso Comum à consciência filosófica</i>. 19.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. SEVERINO, Antônio Joaquim. <i>A Filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação</i>. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.</p>		

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais I		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	---
<p>EMENTA: Uso do corpo e do espaço na sinalização com ênfase em mímicas e gestos; Parâmetros de formação do sinal; Expressões faciais gramaticais e afetivas; Construções frasais afirmativas, negativas e interrogativas; vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; Práticas sinalizadas.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
LACERDA, C.B.F; SANTOS, L.F. Tenho um aluno surdo e agora? <i>Introdução à Libras e educação de surdos</i> . São Carlos: EdUFSCar, 2014.
FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. <i>LIBRAS em contexto</i> . Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001
ANDREIS-WITKOSKI, Silvia. <i>Introdução à Libras: língua, história e cultura</i> . Curitiba: Ed. UTFPR, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CAMPELO, A. R. et al. <i>Libras fundamental: livro didático de língua de sinais brasileira para crianças e adultos, surdos ou ouvintes</i> . 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2008.
GARCIA, Eduardo de Campos. <i>O que todo pedagogo precisa saber sobre Libras: os principais aspectos e a importância da língua brasileira de sinais</i> . 2 ed. Wak Editora, Rio de Janeiro, 2015.
MARCON, Andréia Mendiola ... [et. al.]. <i>Estudos da língua brasileira de sinais</i> . Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2011.
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. <i>Libras: conhecimento além dos sinais</i> . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i> . Porto Alegre: Artmed, 2004.

DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA: As técnicas e modalidades de registros das leituras filosófica e científica: esquema, resumo e resenha; normalização dos trabalhos científicos; os problemas metodológicos do conhecimento: bom senso, científico e filosófico; formas de produção do conhecimento em Ciências Humanas: pesquisa bibliográfica, monografia e artigo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. 12.ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOAVENTURA, Edivaldo M. *Como ordenar as ideias*. 5. ed. São Paulo, SP: Ática, 2010

HENDGES, Graciela Rabuske; MOTTA-ROTH, Désirée. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola. 2010.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; TARDELLI, Lília Santos Abreu. *Planejar Gêneros Acadêmicos: Leitura e Produção de Textos Acadêmicos*. São Paulo: Parábola, 2010.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. *A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia*. São Paulo: Rêspel, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

DISCIPLINA: Leitura e Produção de Texto I		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	---
EMENTA: Estrutura e funcionamento da Língua Portuguesa em textos escritos. Mecanismos de textualidade em textos escritos em Língua Portuguesa. Estratégias de leitura e produção de textos escritos em língua portuguesa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
GUEDES, P. C. <i>Da redação à produção textual: o ensino da escrita</i> . São Paulo: Parábola, 2009.		

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A Coesão Textual*. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A Coerência Textual*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. *Prática de Textos: língua portuguesa para nossos estudantes*. Petrópolis: Vozes, 1992.

KLEIMAN, Angela. *Oficina de Leitura: Teoria & Prática*. Campinas: Pontes Editores, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf>.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília: MEC, SEESP, 2004. v. 2 (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos). Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpv02.pdf>>.

DISCIPLINA: Estudos linguísticos I		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	---
<p>EMENTA: O conceito de Linguagem e língua. Origem e características das línguas naturais. Linguística como Ciência. O objeto da Linguística. Relação da Linguística com outras ciências. Contribuição de Saussure. Estruturalismo europeu e norte - americano. Fundamentos da linguística gerativa: pressupostos teóricos, surgimento e desenvolvimento do gerativismo. As noções de Faculdade da Linguagem, Gramática Universal e Competência Linguística. Arquitetura da Linguagem em diferentes modelos gerativistas.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
SAUSSURE, F. de. <i>Curso de Linguística Geral</i> . 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
MARTELOTTA, M. E. <i>Manual de Linguística</i> . São Paulo: Contexto, 2008.
CHOMSKY, N. <i>Sobre Natureza e Linguagem</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2002
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. <i>Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras</i> . Vol.1. 9.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.
MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. <i>Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras</i> . Vol.2. 8.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.
MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. <i>Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras</i> . Vol.3. 9.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.
FIORIN, J. L. <i>Introdução à Linguística</i> . Vol.1. 6.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
FIORIN, J. L. <i>Introdução à Linguística</i> . Vol.2. 6.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

2º PERÍODO

DISCIPLINA: Estudos Interculturais		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.1.0	30h	---
EMENTA: Conceitos de comunidade e cultura surda. Biculturalismo. Interação intercultural surda-ouvinte.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALBRES, N. de A.; NEVES, S. G. <i>Libras em estudo: política linguística</i> - São Paulo:		

FENEIS, 2013.

FELIPE, T. *Libras em Contexto* (exemplar do aluno), MEC, 2001.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Artmed: Porto Alegre, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W.D. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlínɡue da Língua de Sinais Brasileira*, Volumes I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GESSER, A. *Libras: que língua é essa?* São Paulo Parábola Editorial. 2009.

LEITE, E. M. C. *Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva*. Coleção cultura e diversidade. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul. 2005.

PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. *Curso de Libras*. Nível Básico I. 2007.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Editora da UFSC: Florianópolis. 2009

DISCIPLINA: Sociologia da Educação		CÓDIGO: DFE235
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	História da Educação
EMENTA: O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas; a escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas; o campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARON, Raymond. <i>As etapas do pensamento sociológico</i> . 7. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.		
BOURDIEU, Pierre. <i>Escritos da Educação</i> . 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.		
CARVALHO, Alonso Bezerra de; SILVA, Wilton Carlos Lima da. <i>Sociologia e educação: leituras e interpretações</i> . São Paulo, SP: Avercamp, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 251p.
 COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia: introdução a ciência da sociedade*. 5.ed. São Paulo, SP: Moderna, 2016.
 DURKHEIM, Emile. *Educação e sociologia*. São Paulo, SP: Melhoramentos, 2011.
 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NOGUEIRA, MA; ROMANELLI, G; ZAGO, N. (orgs.). *Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

DISCIPLINA: Psicologia da Educação		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
<p>EMENTA: A ciência psicológica. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. <i>Temas em psicologia e educação</i>. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006. COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. <i>Desenvolvimento psicológico e educação</i>. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. 3v. FURTADO, Odair et al. <i>Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia</i>. 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>BRAGHIROLI, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz António. <i>Psicologia geral</i>. 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. DAVIDOFF, Linda L. <i>Introdução a psicologia</i>. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2006. GONÇALVES, M. Graça M; FURTADO, Odair; BOCK, Ana Mercês Bahia. <i>Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia</i>. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. GONZALEZ REY, Fernando Luís. <i>Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural</i>. São Paulo, SP: Pioneira Thomson, 2005. VIGOTSKI, Lev Semenovich. <i>A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores</i>. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p>		

DISCIPLINA: Leitura e Produção de Texto II		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	Leitura e Produção de Texto I
EMENTA: Noções de linguagem, texto, gênero e discurso. Prática de leitura e de produção de textos acadêmicos. Estratégias de leitura e de produção de textos acadêmicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. <i>Ler e escrever: estratégias de produção textual</i>. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>MACHADO, Anna Rachel; TARDELLI, Lília Santos Abreu; LOUSADA, Eliane. <i>Planejar gêneros acadêmicos</i>. São Paulo: Parábola, 2005.</p> <p>MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. <i>Produção textual na universidade</i>. São Paulo: Parábola, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>ABREU, Antônio Suárez. <i>Curso de redação</i>. 12. ed. 3. impr. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>CAVALCANTE, Mônica Magalhães. <i>Os sentidos do texto</i>. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. <i>Para entender o texto</i>. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>KOCH, Ingedore G. Villaça. <i>Desvendando os segredos do texto</i>. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006. 168 p.</p> <p>KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. <i>A coerência textual</i>: São Paulo, Contexto, 2009..</p>		

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais II		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Brasileira de Sinais I
EMENTA: Uso de expressões não-manuais; Construções frasais com aspecto, tópico, foco; Exploração do espaço de sinalização; Diferenças de perspectivas na sinalização e o particionamento do corpo do sinalizante. Vocabulário contextualizado às atividades		

desenvolvidas; práticas sinalizadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FELIPE, T. A. *Libras em contexto*. Brasília: TvIEC/SEES, Ed. 7, 2007.

FERREIRA, Lucinda. *Por uma gramática de língua sinais*. [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARROTEIA, J. *O papel da marcação não-manual nas sentenças negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB)*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270807/1/Arroteia_Jessica_M.pdf>.

FELIPE, T.A. *Libras em contexto: curso básico*. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

GESSER, A. *O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

HONORA, Márcia. FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. *Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. *Curso de LIBRAS 2 – Iniciante*. 3 ed. rev., e atualizada. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008

DISCIPLINA: Escrita de Sinais I		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Brasileira de Sinais
EMENTA: Aspectos históricos e culturais da escrita. Compreensão do sistema de escrita de língua de sinais: grupos de configurações de mão, locações, movimentos, contatos e marcas não-manuais. Exploração e uso do sistema de escrita de língua de sinais: uso de softwares de SW. A alfabetização na escrita da língua de sinais. Atividades práticas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. <i>Escrita de Sinais sem mistérios</i> . 2. Ed. rev.		

atual. e ampl. – Salvador, v.1: Libras Escrita, 2015.

PICARD, Georges. *Todo mundo devia escrever: a escrita como disciplina de pensamento*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

STUMPF, M. Sistema SignWriting: por uma escrita funcional para o surdo. In THOMA, Adriana da Silva. (Org). *A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Editora Edunisc, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W.D.. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngue da Língua de Sinais Brasileira*, Volumes I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERNANDES, Eulália. *Linguagem e surdez*. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003.

KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de. *Educação infantil para surdos*. In: In: ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) *A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado*. Canoas. 2001.

GIORDANI, Liliane F. "*Quero escrever o que está escrito nas ruas*": representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

WANDERLEY, D. C. *A leitura e escrita de sinais de forma processual e lúdica*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

DISCIPLINA: Estudos Linguísticos II		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	Estudos Linguísticos I
<p>EMENTA: As principais correntes dos estudos enunciativos e discursivos da linguagem. Fundamentos epistemológicos em teorias da enunciação. Os desdobramentos teóricos em enunciação: a heterogeneidade discursiva. O discurso citado. Conceitos básicos em Pragmática. Teoria dos atos de fala. Princípio da cooperação e implicatura conversacional. Dêixis. A teoria da polidez. Contexto e contextualização. Princípios e mecanismos da organização global e local da fala em interação. Fundamentos de significado e de produção de sentidos. Discurso e Texto. Análise de Discurso. Análise da Conversação.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

ILARI, R. *Introdução à Semântica: Brincando com a Gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

RAJAGOPALAN, K. *Nova Pragmática: Fases e Feições de um Fazer*. São Paulo: Parábola, 2010.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2006.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005.

OLIVEIRA, L. A. *Manual de Semântica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

KEBRAT- ORECCHIONI, C. *Análise da Conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola, 2006.

3º PERÍODO

DISCIPLINA: Legislação e Organização da Educação Básica		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Sociologia da Educação
EMENTA: Abordagem da dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. Estudo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº. 9394/96) e demais documentos pertinentes. Ética e legalidade. Aspectos éticos e legais relacionados à Educação Básica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra; OLIVEIRA, Joao Ferreira de. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MORAES, Alexandre de. *Constituição da República Federativa do Brasil: de 5 de outubro de 1988*. 29.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

PINTO, Jose Marcelino. *Para onde vai o dinheiro? Caminhos e descaminhos do financiamento da educação*. São Paulo, SP: Xama, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARELARO, Lisete. *FUNDEF: uma avaliação preliminar dos dez anos de sua implantação*. 2008. 16 f. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT05-3866--Int.pdf>>. Acesso em: 22.mar.2022.

CRUZ, Rosana Evangelista da. *Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União - o FNDE em destaque*. São Paulo: 2009. 434f. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2009.

CURY, C.R. J. Os Conselhos da educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N.S.C. & AGUIAR, M.A. da S. *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. Campinas: Cortez, 2000.

DUARTE, Marisa R. T; FARIA, Geniana Guimaraes. *Recursos públicos para escolas públicas: as políticas de financiamento da educação básica no Brasil e a regulação do sistema educacional federativo*. Belo Horizonte, MG: RHJ, 2010.

PERONI, Vera Maria Vidal; ADRIÃO, Theresa. *Programa Dinheiro Direto na Escola: uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação*. Brasília, DF: INEP, 2007.

DISCIPLINA: Didática Geral		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Psicologia da Educação
<p>EMENTA: Fundamentos epistemológicos da Didática. A didática e a formação do professor. O planejamento didático e a organização do trabalho docente. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio. Educação de surdos com base na experiência visual: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; ensino profissionalizante. O currículo na educação de surdos. Propostas de ensino para educação de surdos com enfoque nas experiências visuais. Didática e dinâmica na aula de/com surdos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BARREIRO, I. M.de F.; GEBRAN, R. A.. <i>Prática de ensino e estágio obrigatório na formação de professores</i>. São Paulo: Avercamp, 2006.</p> <p>BEHRENS, Marilda Aparecida. <i>O paradigma emergente e a prática pedagógica</i>. 5. ed.</p>		

<p>Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p> <p>CORDEIRO, J. <i>Didática</i>. São Paulo: Contexto, 2007.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>CASTRO, A. D. et al. <i>Ensinar a Ensinar</i>: didática para escola fundamental e médio. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.</p> <p>COUTINHO, R. M. T. <i>Pedagogia do ensino superior</i>: formação inicial e formação continuada. Teresina: Editora Halley, 2007.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <i>Didática</i>. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013.</p> <p>MARTINS, P. L. O. (org.). <i>Conhecimento local e conhecimento universal</i>: pesquisa didática e ação. Curitiba: Champagnat, 2004.</p> <p>RIOS, T. A. <i>Compreender e ensinar</i>: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.</p>

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais III		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Brasileira de Sinais II
<p>EMENTA: Classificadores: tipos, uso na língua de sinais. Os verbos classificadores. Sistemas de transcrição em LIBRAS, Estudo das situações prático-discursivas da Libras Atividades de prática como componente curricular; vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; práticas sinalizadas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida. <i>O uso de classificadores na língua de sinais brasileira</i>. ReVEL, v. 10, n. 9, 2012.</p> <p>BARRETO, Madson, BARRETO, Raquel. <i>Escrita de sinais sem mistérios</i>. v.1: LIBRAS Escrita, 2. Ed. Ver.atual. e ampl – Salvador, 2015.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. <i>Língua de sinais brasileira</i>: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>ARROTEIA, J. <i>O papel da marcação não-manual nas sentenças negativas em Língua de</i></p>		

Sinais Brasileira (LSB). Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005.

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. *Dicionário enciclopédico ilustrado Trilíngue da língua de sinais*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FELIPE, Tanya. *Sistema de flexão verbal na Libras: os classificadores enquanto marcadores de flexão de gênero*. In: Congresso Internacional do INES, 2002, Rio de Janeiro. Anais do Congresso Internacional do INES, v. 1, 2002.

QUADROS, R. M; STUMPF, M. R (organizadoras). *Estudos Surdos III*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009

QUADROS, R. M; STUMPF, M. R (organizadoras). *Estudos Surdos IV*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS I		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Estudos Linguísticos I
<p>EMENTA: Diferenças e semelhanças entre a materialidade linguística das línguas orais e a das línguas de sinais. Características da materialidade gestual que compõe a LIBRAS. Mecanismos articulatórios envolvidos na produção dos sinais: parâmetros. Traços distintivos das unidades mínimas que produzem diferença de significado na LIBRAS. Variação linguística na LIBRAS. Princípios para descrição linguística da LIBRAS.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>CAGLIARI, Luiz Carlos. <i>Análise fonológica</i>. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.</p> <p>FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004..</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>COUTINHO, D. Libras e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças. João Pessoa: Arpoador, 2000.</p> <p>McCLEARY, L.; VIOTTI, E.; LEITE, T. A. Descrição das línguas sinalizadas: a questão da</p>		

transcrição dos dados. *Alfa*, São Paulo, v. 54, n.1, p. 265-289, 2010.

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

SILVA, Thaís C. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 2001.

XAVIER, André Nogueira. *Descrição fonético-fonológica dos sinais da língua brasileira de sinais (Libras)*. 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DISCIPLINA: Teorias de Aquisição de linguagem		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	Estudos Linguísticos I
EMENTA: Aquisição da linguagem pela criança: teorias e conceitos. Relação entre aquisição e desenvolvimento da língua materna e aquisição da escrita. Aquisição de língua estrangeira: teorias e conceitos. Bilinguismo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
FAYOL, Michel. <i>Aquisição da escrita</i> . São Paulo: Parábola, 2014. KAIL, Michèle. <i>Aquisição de linguagem</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2013. PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. <i>Aquisição de Segunda Língua</i> . São Paulo: Parábola, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
LURIA, Alexander Romanovich. O desenvolvimento da escrita na criança. In: Vigotski Lev Semenovich et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010 RE, A. del. <i>Aquisição de Linguagem</i> . São Paulo: Contexto, 2006. SÁ, N. R. L. de. <i>Cultura, Poder e Educação de Surdos</i> . Manaus: INEP, 2002. SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. (org). <i>Introdução à Linguística: domínios e fronteiras</i> . São Paulo: Cortez, 2006. p. 203-232 THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Org.). <i>A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos</i> . Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.		

DISCIPLINA: Escrita de Sinais II		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Escrita de Sinais I

EMENTA: Leitura e escrita da língua de sinais: aspectos marcados. A representação do espaço na escrita de sinais. Ênfase na produção textual. O alfabetismo na escrita da língua de sinais. Produção de textos utilizando o sistema de escrita da língua de sinais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. <i>Escrita de Sinais sem mistérios</i> . 2. Ed. rev. atual. e ampl. – Salvador, v.1: Libras Escrita, 2015. STUMPF, M.R.. Transcrições de língua de sinais brasileira em SignWriting. In LODI, Ana Cláudia B. (Org) <i>Letramento e minorias</i> . Porto Alegre. Editora Mediação, 2002 WANDERLEY, D. C. <i>A leitura e escrita de sinais de forma processual e lúdica</i> . Curitiba: Editora Prismas, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CAGLIARI, Luiz Carlos. <i>Alfabetização e Lingüística</i> . São Paulo. Editora Scipione, 2002. KATO, M. <i>No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística</i> . São Paulo: Ática, 1998. ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) <i>A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado</i> . Canoas. 2001. SÁ, N. R. L. de. <i>Cultura, Poder e Educação de Surdos</i> . Manaus: INEP, 2002. STUMPF, M.R. Letramento na língua de sinais escrita para surdos. In MOURA, Maria Cecília de (Org). <i>Educação para surdos: práticas e perspectivas II</i> . 1 Ed. São Paulo: Santos, 2011

4º PERÍODO

DISCIPLINA: Estudos Surdos I		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Língua Brasileira de Sinais III
EMENTA: Identidade e cultura surda; Fatores teóricos que contribuem para a visão contemporânea da cultura surda. Artefatos culturais e a língua de sinais; Abordagens tradicionais do currículo na escolarização dos surdos: práticas e discursos; Identificações e locais das identidades: família, escola, associação, faixas geracionais etc. As identidades surdas multifacetadas e multiculturais. Relações éticas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
DORZIAT, A. (Org.) <i>Estudos Surdos: diferentes olhares</i> . Porto Alegre : Mediação, 2011. KARNOPP, L. B.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (ORG.) <i>Cultura surda na</i>		

contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações. Canoas : Ed. ULBRA, 2011.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos Surdos 1*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. *Estudos Surdos 2*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007.

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e linguagem*: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo, SP: Plexus, 2007.

SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez*: um olhar sobre as diferenças . 5. ed. Porto Alegre: Mediação 2011. SÁ, N. R. L. de. *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. Manaus: INEP, 2002.

THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Org.). *A invenção da surdez II*: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais IV		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Língua Brasileira de Sinais III
<p>EMENTA: Descrições complexas de contextos concretos e abstratos. Definição conceitual de termos. Argumentação: gerenciamento de razão e emoção. Narrativas como forma de argumentação. Exploração coesa e coerente do corpo e do espaço em textos argumentativos. Exploração avançada das boias no discurso. Exploração criativa de classificadores. Estratégias argumentativas. vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; práticas sinalizadas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>MACHADO, Flavia Medeiros Alvaro. <i>Conceitos abstratos</i>: escolhas interpretativas de português para Libras. Curitiba: Appris, 2014.</p> <p>PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. <i>Curso de Libras</i>. Nível I. 2009.</p>		

<p>QUADROS, Ronice Müller de. <i>Libras</i> / Ronice Müller de Quadros; editores científicos Tommaso Raso, Celso Ferrazi Jr. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>
<p>BASSNETT, Susan. <i>Estudos de tradução</i>. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.</p> <p>COELHO, Orquídea; KLEIN, Madalena. <i>Cartografias da surdez: comunidades, línguas, práticas e pedagogia</i>. Livpsic, 2013.</p> <p>FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua sinais</i>– [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.</p> <p>NASCIMENTO, S.P.. de F.do. <i>Representações lexicais da língua de sinais brasileira: uma proposta lexicográfica</i>. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2009. http://repositorio.unb.br/handle/10482/6547.</p> <p>QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos</i>. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p>

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Didática Geral
<p>EMENTA: Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>VASCONCELOS, Ednelza Maria Pereira e. <i>Avaliação da Aprendizagem</i>. Teresina: EDUFPI, 2010.</p> <p>HAYDT, Regina Celia Cazaux. <i>A avaliação do processo ensino-aprendizagem</i>. 6. ed. São Paulo, Ática, 2008.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. <i>Avaliação da aprendizagem escolar</i>. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>ARELARO, L. R. G. ; KRUPPA, S. M. P. <i>Educação de Jovens e adultos</i>. In: OLIVEIRA, R. P. ; ADRIÃO, T. (orgs.). <i>Organização do Ensino No Brasil: níveis e modalidades na</i></p>		

Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação - mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. 43. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

HOFFMANN, Jussara. *Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola a universidade*. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS II		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Linguística da LIBRAS I
<p>EMENTA: Léxico e gramática. Modelos de análise morfológica e sua aplicação ao estudo da morfologia da LIBRAS. Relação entre a morfologia da língua portuguesa e a da LIBRAS. Identificação e classificação de morfemas e alomorfes da LIBRAS. Formação e classes de palavras da LIBRAS.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BASÍLIO, M. <i>Formação e classes de palavras no português do Brasil</i>. São Paulo: Contexto, 2004.</p> <p>QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: ArtMed, 2004.</p> <p>ROSA, M. C. <i>Introdução à morfologia</i>. São Paulo: Contexto, 2000.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.</p> <p>KEHDI, V. <i>Morfemas do português</i>. São Paulo: Ática, 2001.</p> <p>MACAMBIRA, J.R. <i>Português estrutural</i>. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. <i>Libras / Ronice Müller de Quadros</i>; editores científicos</p>		

Tommaso Raso, Celso Ferrazi Jr. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019

ROCHA, L. C. *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

DISCIPLINA: Educação Bilíngue		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.1.0	45h	Teorias de Aquisição de Linguagem
<p>EMENTA: Estudo de conceitos básicos na área de bilinguismo, bidialetalismo e educação bilíngue. Políticas e planejamentos linguísticos. Modelos e programas de educação bilíngues em contextos multiculturais. Considerações sobre biletamento. Contextos bilíngues e bidialetais no país.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>FERNANDES, E.; LODI, A. C. B.; DORZIAT, A. (orgs.). <i>Letramento, bilinguismo e educação de surdos</i>. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p> <p>FERNANDES, E. <i>Surdez e Bilinguismo</i>. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>SILVA, S. de S. <i>Línguas em Contato</i>. Campinas: Pontes, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BRASIL, SEESP/SEED/MEC. <i>Atendimento Educacional Especializado-Pessoa com Surdez</i>. Mirlene Ferreira Macedo Damázio. Brasília/DF, 2007.</p> <p>LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.; LODI, Ana Claudia B. <i>Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos</i>. In: Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingüe-Bicultural para Sordos. Santiago de Chile, julho de 2001.</p> <p>LODI, A.C.B.; LACERDA, C.B.F. <i>Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização</i>. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.</p> <p>KEMP, Mike. <i>Fatores para o sucesso da aquisição da língua de sinais: variáveis sociais</i>. In: Congresso surdez e pós-modernidade: novos rumos para educação brasileira, 18 a 20 de setembro de 2002. INES, divisão de Estudos e pesquisas – Rio de Janeiro, 2002.</p>		

SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: interfaces entre pedagogia e linguística*. Porto Alegre: Mediação, 2015.

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos da Literatura		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
EMENTA: Introdução aos conceitos fundamentais da literatura. Abordagem dos gêneros literários. Estudos e discussões sobre as noções de poema, narrativa e drama em diferentes correntes e contextos literários.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>CALVINO, Ítalo. <i>Por que ler os clássicos</i>. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007</p> <p>EAGLETON. <i>Teoria da literatura: uma introdução</i>. Tradução de Waltenir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>REIS, Carlos. <i>O conhecimento da literatura – introdução aos estudos literários</i>. Coimbra: Almedina, 2001.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>ALVAREZ, A. <i>A voz do escritor</i>. Tradução de Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.</p> <p>MENEGAZZO, Maria Adélia. <i>A poética do recorte: estudos de literatura brasileira contemporânea</i>. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004</p> <p>MOISÉS, Massaud. <i>A Criação Literária: poesia e prosa</i>. São Paulo: Cultrix, 2012.</p> <p>JOBIM, J. L. (Org.). <i>Introdução aos termos literários</i>. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.</p> <p>STALLONI, Y. <i>Os gêneros literários</i>. Trad. Flávia nascimento. Rio de Janeiro: Difel, 2001.</p>		

5º PERÍODO

DISCIPLINA: Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Estudos Linguísticos II
EMENTA: Caracterização da área científico-acadêmica de Linguística Aplicada. Teorias da Linguística Aplicada que subsidiam o processo de ensino e aprendizagem de línguas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>MOITA LOPES, L. P. <i>Linguística Aplicada na Modernidade Recente</i>. 1ª. Ed. São Paulo: Parábola, 2013.</p> <p>PEREIRA, R. C.; ROCA, P. <i>Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos</i>. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>GONÇALVES, A. V.; SILVA, W. R.; GÓIS, M. L. S (Orgs.). <i>Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens teóricas e metodológicas</i>. Campinas-SP: Pontes editores, 2014.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BARBOSA, Eva dos Reis Araujo. <i>Navegando no universo surdo: a multimodalidade a favor do ensino de português como segunda língua em um curso EAD</i>. 2016. 344 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.</p> <p>CELANI, M. A. A. A relevância da linguística aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (orgs.). <i>Aspectos da linguística aplicada</i>. Florianópolis: Insular, 2000.</p> <p>DAMIANOVIC, M. C. O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político. <i>Linguagem e Ensino</i>, Vol. 8, No. 2, 2005: 181-196.</p> <p>KLEIMAN, A. B. O estatuto disciplinar da linguística aplicada: o traçado de um percurso. Um rumo para o debate. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.). <i>Linguística aplicada e transdisciplinaridade</i>. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.</p> <p>SALLES, H. Maria M. L. [et al.]. <i>Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica</i>. Brasília: MEC, SEESP, 2004.</p>		

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos da Tradução		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Língua Brasileira de Sinais IV
<p>EMENTA: Mapeamento dos Estudos da Tradução. Estudo da atividade tradutória em diferentes países e tempos históricos. Conceitos de língua fonte e língua alvo. As relações entre tradução, original, tradutor e autor.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BARBOSA, H. G. <i>Procedimentos técnicos da tradução: Uma nova proposta</i>. 2ª edição, Campinas, SP – Pontes, 2004.</p> <p>OUSTINOFF, Michaël. <i>Tradução: história, teorias e métodos</i>. São Paulo: Editora Parábola, 2011.</p> <p>RONAI, P. <i>Escola de Tradutores</i>. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BASSNETT, S. <i>Estudos da Tradução</i>. Porto Alegre: Editora UFGS, 2005.</p> <p>BERMAN, A. A tradução em manifesto. In: <i>A prova do estrangeiro</i>. Bauru: EDUSC, 2002.</p> <p>ECO, Umberto. <i>Quase a mesma coisa</i>. Rio de Janeiro: Record, 2007.</p> <p>GUIMARÃES, Newton S. <i>Tradução: da sua importância e dificuldade. Reflexões sobre a filosofia da tradução</i>. Curitiba: Juruá, 2010.</p> <p>MILTON, J. Clubes de livros e o Clube do Livro. In: <i>O clube do livro e a tradução</i>. Bauru-SP: EDUSC, 2002.</p>		

DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS III		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

3.1.0	60h	Linguística da LIBRAS II
<p>EMENTA: Teorias sintáticas com base na análise de fenômenos linguísticos de línguas naturais. Relação entre a sintaxe da língua portuguesa e a sintaxe da LIBRAS. Descrição e análise da estrutura sintática espacial da LIBRAS. Descrição sintática e ensino de LIBRAS.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>		
<p>FRANCHI, C.; NEGRAO, E. V.; MULLER, A. L. <i>Mas o que é mesmo gramática?</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.</p> <p>PERINI, Mário A. <i>Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical</i>. São Paulo: Parábola, 2006.</p> <p>QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos</i>. Porto Alegre: ArtMed, 2004.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>		
<p>BERLINCK, Rosane de Andrade; AUGUSTO, Marina R. A.; SCHER, Ana Paula. Sintaxe. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). <i>Introdução à Linguística</i>. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.</p> <p>FIORIN, José Luiz (org.) <i>Introdução à Linguística I: Objetos teóricos</i>. São Paulo: Editora Contexto, 2002.</p> <p>FIORIN, José Luiz. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: FIORIN, José Luiz (org.) <i>Introdução à Linguística II: Princípios de análise</i>. São Paulo: Editora Contexto, 2003.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. <i>Libras / Ronice Müller de Quadros; editores científicos Tommaso Raso, Celso Ferrazi Jr.</i> 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019</p>		

DISCIPLINA: Introdução ao ensino de Libras		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Educação Bilíngue

EMENTA: Abordagens e metodologias no ensino-aprendizagem de línguas. Aspectos teóricos e práticos do ensino de LIBRAS como L1 e L2. O ensino de LIBRAS e a variação linguística. Análise de materiais didáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBRES, Neiva de Aquino. *De sinal em sinal: comunicação em LIBRAS para educadores*. São Paulo, SP: Editora Duas Mãos – Apoio FENEIS/SP, 2008

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec. 2004.

GESSER, Audrei. *Libras: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997..

GESSER, A. “Um olho no professor surdo e outro na caneta”: Ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais. Tese de doutorado inédita, Campinas: Unicamp. 2006

Gesser, A. Learning about hearing people in the land of the deaf: An ethnographic account. *Sign Language Studies*, 7(3): 269-283. Washington: Gallaudet University Press. 2007

LODI, A. C.B., HARRISON, K.M.P.; CAMPOS, S.R.L. (org). *Leitura e escrita no contexto da diversidade*. Porto Alegre. Editora Mediação, 2004.

PERLIN, G. T. SURDOS: cultura e pedagogia. In: THOMA, A. S., LOPES, M. C. (org). *A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagens na educação de surdos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p.63-84.

DISCIPLINA: Literatura em Língua Portuguesa		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Introdução aos Estudos da Literatura
EMENTA: Estudo dos principais estilos e períodos literários Luso-Brasileiros e de suas características básicas, mediante a análise de autores e obras representativas da literatura		

ocidental. Além da construção de reflexões sobre o ensino da literatura.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>MOISES, Massaud. <i>A literatura portuguesa</i>. São Paulo: Cultrix, 2008.</p> <p>MONGELLI, L. M. de M. <i>A Literatura Portuguesa em Perspectiva (2) Classicismo, Barroco, Arcadismo</i>. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>VECHI, C. A. <i>A Literatura Portuguesa em Perspectiva (3) Romantismo, Realismo</i>. São Paulo: Atlas, 1994.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>LAPA, M. R. <i>Lições de Literatura Portuguesa: época medieval</i>. São Paulo: Difusão, 1973.</p> <p>MONGELLI, L. M. de M. et alli. <i>A Literatura Portuguesa em Perspectiva (1) Trovadorismo e Humanismo</i>. São Paulo: Atlas, 1992.</p> <p>SARAIVA, A. J. <i>História da Literatura Portuguesa</i>. Porto: Almedina, 1982.</p> <p>SPINA, S. <i>Presença da literatura Portuguesa I</i>. São Paulo: Difel, s/d.</p> <p>SPINA, S. <i>A lírica trovadoresca</i>. São Paulo: EDUSP, 1990.</p>

6º PERÍODO

DISCIPLINA: Estágio Curricular Obrigatório I		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.9	135h	Ensino de Libras: teoria e prática
EMENTA: Projeto de Estágio; Estágio Observacional da Educação Escolar (Ensino Fundamental e Médio) e da Educação não-escolar.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>KEMP, Mike. <i>Fatores para o sucesso da aquisição da língua de sinais: variáveis sociais</i>. In: Congresso surdez e pós-modernidade: novos rumos para educação brasileira, 18 a 20 de setembro de 2002. INES, divisão de Estudos e pesquisas – Rio de Janeiro, 2002.</p>		

LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.; LODI, Ana Claudia B. *Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos*. In: Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingüe-Bicultural para Sordos. Santiago de Chile, julho de 2001.

BRITO, Antônia Edna; MONTEIRO, Heloiza Ribeiro de Sena; VERDE, Eudócio Soares Lima. *Escritos de professores: pesquisas sobre ensino, formação e práticas pedagógicas*. Teresina, PI: EDUFPI, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LIMA, Maria Socorro Lucena; NAKAMOTO, Pérsio; GARCIA, Zuleide Ferraz. *A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente*. 4. ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2004.]

PAQUAY, L; PERRENOUD,P; ALTET, M; CHALIER, Ê. *Formando Professores Profissionais. Quais estratégias? Quais competências?* 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
 RÉ, Alessandra Del. *A Pesquisa em Aquisição da Linguagem: teoria e prática*. Ed. Contexto, São Paulo (2006).

SCLIAR-CABRAL, L. Semelhanças e diferenças entre a aquisição das primeiras línguas e a aquisição sistemática das segundas línguas. In.: BOHN, H; VANDRESEN, P. *Tópicos de lingüística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1988.
 TARDIF, M. Saberes docentes e formação do profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.
 VENTURI, Maria Alice. *Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados*. Ed. Contexto, São Paulo (2006).

DISCIPLINA: Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Introdução aos Estudos da Tradução
EMENTA: Teorias e modelos de interpretação. Processos cognitivos, linguísticos e culturais. Tipologias e conscientização dos problemas teóricos e práticos da Tradução e Interpretação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BARRETO, A.; BUSTOS, O. <i>Teorías de la Traducción/Interpretación en plastilina</i> .		

Bogotá: ANISCOL, 2012.

NORD, C. *Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

SANTOS, Silvana Aguiar. *Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação*. Cadernos de Tradução, v. 2, p. 145-164, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.). O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades In: LODI, A. C. E. et al. *Letramento e Minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 120-128.

PAGANO, A., Magalhães, C., & Alves, F. (orgs.). *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. *Testagem Linguística em Língua de Sinais: as possibilidades para os intérpretes de Libras*. Dissertação (mestrado em Linguística Aplicada) Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2008. 180p.

REICHERT, André Ribeiro. *Intérpretes, Surdos e negociações culturais*. (Tradução de Luiz Daniel Rodrigues). In: Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas/ Gládis Perlin, Marianne Stumpf (org.). Curitiba: CRV, 2012.

STEINER, G. *Depois de Babel: questões de linguagem e tradução*. Curitiba: Editora UFPR, 2005.

DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS IV		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Linguística da LIBRAS III
EMENTA: Conceituação, objeto e domínios da Semântica. Semântica Formal. Semântica da Enunciação. Semântica Cognitiva. Semântica Lexical. Construção de significados na LIBRAS. O ensino de LIBRAS na perspectiva da Semântica.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>OLIVEIRA, Luciano Amaral. <i>Manual de semântica</i>. Petrópolis: Vozes, RJ: 2008.</p> <p>CANÇADO, M. <i>Manual de Semântica: noções básicas e exercícios</i>. São Paulo: Contexto, 2013.</p> <p>ILARI, Rodolfo. <i>Introdução à semântica: brincando com a gramática</i>. São Paulo: Contexto, 2001.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>COSTA, Josiane Marques. <i>Leitura e compreensão de expressões metafóricas em português como L2 por surdos sinalizadores</i>. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.</p> <p>FIORIN, J. L. <i>Introdução à Linguística II: princípios de análise</i>. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. <i>Introdução à Linguística: domínios e fronteiras 2</i>. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 17-46.</p> <p>NUNES, V. F. Iconicidade e corporificação em sinais de Libras: uma abordagem cognitiva. In: CARVALHO, Gisele; ROCHA, Décio; VASCONCELLOS, Zinda. (Org.). <i>Linguagem: Teoria, Análise e Aplicações (7)</i>. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras/UERJ, 2013. p. 245-253.</p> <p>WILCOX, S. Cognitive iconicity: Conceptual spaces, meaning, and gesture in signed languages. <i>Cognitive Linguistics</i>, v. 15, n. 2, p. 119-147, 2004.</p>

DISCIPLINA: Literatura Surda I		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Introdução aos Estudos da Literatura
<p>EMENTA: História da literatura em LIBRAS. Os tipos de processos de produção literária sinalizada. Empoderamento surdo através da literatura. Uso da tecnologia para manifestações literárias em LIBRAS.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KARNOPP, Lodenir B.; MACHADO, R. N. *Literatura surda: ver histórias em língua de sinais*. 2 Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação (CD) – 2SBECE. Canoas: ULBRA, 2006.

SUTTON-SPENCE, R. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). *Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008, p. 339-349.

KARNOPP, L. B.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (ORG.) *Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações*. Canoas : Ed. ULBRA, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JAUSS, Hans R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Telleroli. São Paulo: Ática, 1994.

LOWENFELD, V. & BRITTAIN, W.L. *Desenvolvimento da capacidade criadora*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

MOURÃO, C.H.N. *Literatura Surda: Produções Culturais de Surdos em Língua de Sinais*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2011. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32311/000785443.pdf?sequ ence=1>

ROSA, F. S. Literatura surda: criação e produção de imagens e textos. In.: *ETC – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 58-64, jun. 2006.

WILCOX, S.; WILCOX, P. *Aprender a ver*. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

7º PERÍODO

DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS V		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Linguística da LIBRAS IV
EMENTA: Fronteiras entre Semântica e Pragmática. A relação entre linguagem e contexto. Conceituação, objeto e domínios da Pragmática. Teorias e fenômenos		

pragmáticos aplicados à LIBRAS: dêixis; atos de fala; implicaturas conversacionais; pressupostos e subentendidos. O ensino de LIBRAS na perspectiva da Pragmática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARMENGAUD, Françoise. A pragmática. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006. (Na ponta da língua; v. 8).

ESPÍNDOLA, Lucienne. Pragmática da língua portuguesa. In: ALDRIGUE, Ana C. de Souza; LEITE, JanEdson Rodrigues (orgs.). Linguagens: usos e reflexões. v. 6, João Pessoa: Editora da UFPB, 2010.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTHES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. V. 2, p. 47-68

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística II: princípios de análise*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Manual de Linguística*. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MOREIRA, Renata Lúcia. *Uma descrição da Dêixis da pessoa na Língua de Sinais Brasileira: Pronomes Pessoais e verbos*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Manual de semântica*. Petrópolis: Vozes, RJ: 2008.

DISCIPLINA: Produção de Materiais Didáticos para o ensino de LIBRAS como Língua Materna e Adicional		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Ensino de Libras: Teoria e Prática

<p>EMENTA: Conceito, fundamentos, características e concepções de material didático. Concepção de linguagem e de educação e sua relação com os materiais didáticos para ensino de LIBRAS. Planejamento e elaboração de material didático para o ensino de LIBRAS como Língua Materna e Adicional.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>
<p>LEFRANÇOIS, Guy R. <i>Teorias de aprendizagem</i>. São Paulo: Cengage Learning, 2008.</p> <p>OLIVEIRA, Luciano Amaral. <i>Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática</i>. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.</p> <p>TOMLINSON, Brian. <i>A elaboração de materiais para curso de idiomas</i>. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2005.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>
<p>AYRES, A. T. <i>Prática Pedagógica Competente</i>. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.</p> <p>MILITÃO, Albigenor. <i>Jogos, Dinâmicas; Vivências Grupais</i>. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2000.</p> <p>PACHECO, J. A.; OLIVEIRA, M. R. N.S. (orgs). <i>Currículo, didática e formação de professores</i>. São Paulo: Papyrus, 2013.</p> <p>PIMENTA, Nelson. <i>Curso de LIBRAS I</i>. Rio de Janeiro: LSB, vídeo, 2006.</p> <p>VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. <i>Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico</i>. Campinas, SP: Papyrus, 2004.</p>

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.4	60h	Metodologia da Pesquisa Científica em Ciências Humanas
<p>EMENTA: Elaboração do projeto de pesquisa. Definição do tema, com base em revisão bibliográfica e levantamento de investigações já realizadas. Definição do problema e</p>		

objetivos. Definição dos instrumentos, procedimentos de pesquisa, cronograma. Estudo de normatização, de acordo com o Regulamento da UFPI.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
GOLDENBERG, Mirian. <i>A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais</i> . 12.ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011. RODRIGUES, André Figueiredo. <i>Como elaborar e apresentar monografias</i> . 3. ed. São Paulo, SP: Humanitas, 2008. GIL, Antônio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i> . 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2016.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
FAZENDA, Ivani (Org.). <i>A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento</i> . 6.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2017. KOCHE, José Carlos. <i>Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa</i> . 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados</i> . 7 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. MOROZ, Melânia, GIANFOLDONI, Mônica Helena T. Alves. <i>O processo de pesquisa: iniciação</i> . 2. ed. Brasília: Líber, 2006. RUDIO, Franz Victor. <i>Introdução ao projeto de pesquisa científica</i> . 35 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DISCIPLINA: Estágio Curricular		CÓDIGO:
Supervisionado Obrigatório II		
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.9	135h	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I
EMENTA: Projeto de estágio; Estágio de Regência no Ensino Fundamental.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
KEMP, Mike. <i>Fatores para o sucesso da aquisição da língua de sinais: variáveis sociais</i> . In: Congresso surdez e pós-modernidade: novos rumos para educação brasileira, 18 a 20 de		

setembro de 2002. INES, divisão de Estudos e pesquisas – Rio de Janeiro, 2002.

LACERDA, Cristina B. F. de, MANTELATTO, Sueli A. C.& LODI, Ana Claudia B. *Problematizando o ensino de língua de sinais: discutindo aspectos metodológicos*. In: Anais do VI Congresso Latinoamericano de Educacion Bilingüe-Bicultural para Sordos. Santiago de Chile, julho de 2001.

BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. *Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores*. São Paulo, SP: Avercamp, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PAQUAY, L; PERRENOUD, P.; ALTET, M; CHARLIER, È. *Formando professores profissionais*. Quais estratégias? Quais competências? 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

RÉ, Alessandra Del, *A Pesquisa em Aquisição da Linguagem: teoria e prática*. Ed. Contexto, São Paulo (2006).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. *Estágio e docência*. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012
TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VENTURI, Maria Alice. *Aquisição de língua estrangeira numa perspectiva de estudos aplicados*. Ed. Contexto, São Paulo (2006).

8º PERÍODO

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.9	135h	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II
EMENTA: Projeto de Estágio; Estágio de Regência no Ensino Médio.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BARREIRO, Iraide Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. <i>Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores</i> . São Paulo, SP: Avercamp, 2010.		

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. *Estágio e docência*. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. *Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?* 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas & GEBRAN, Raimunda Abou. *Prática de Ensino e estágio obrigatório na formação de professores*. São Paulo: Avercamp, 2006.

QUELUZ, A. G. (ORIENT.); ALONSO, M(ORG.). *O trabalho docente: teoria e prática*. São Paulo: Pioneira, 1999.

PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (ORG.). *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, N. *Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação*. São Paulo: Cortez, 1985.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.4	60h	Trabalho de Conclusão de Curso I
EMENTA: Desenvolvimento da pesquisa. Aprofundamento da fundamentação teórica. Coleta e tratamento dos dados. Redação de relatório de pesquisa.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 2003.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados</i> . 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.		

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. *Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso*. 2.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAZENDA, Ivani (Org.). *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*. 6.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2017.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 12.ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011.

KOCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. *Metodologia da Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2021.

SILVA, Reia Sílvia Rios Magalhães e; FURTADO, José Augusto Paz Ximenes. *A Monografia na prática do graduando: como elaborar um trabalho de conclusão de curso - TCC*. Teresina, PI: CEUT, 2002.

DISCIPLINA: Linguística da LIBRAS VI		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Linguística da LIBRAS V
<p>EMENTA: As relações entre língua e sociedade. Língua e dialeto. Variação linguística: definição e classificações. Preconceito Linguístico. Mudança linguística. Variação linguística em LIBRAS. O surdo como minoria linguística e social. Ética e educação linguística.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. <i>Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação</i>. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>BAGNO, M. <i>Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística</i>. São Paulo: Parábola, 2007.</p> <p>FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.</p>		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, A. R.; CARVALHO, I. S. *Comunicação por língua brasileira de sinais*. 2. ed. Brasília: Senac, 2005.

CICCONE, M. *Comunicação Total*. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CALVET, J. L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

BAGNO, M. *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1975].

6.2 Disciplinas optativas**DISCIPLINA: Estudos do léxico****Créditos:****Carga Horária:****Pré-requisito(s):**

3.1.0

60h

EMENTA: Significado lexical e relações lexicais. Lexicologia, lexicografia, Terminologia e Terminografia. A construção de dicionários. Léxico e ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, I. *Território das Palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola editorial, 2012.

BASÍLIO, M. *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática. 1987.

ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G (Orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. II. UFMS/UFRGS: Campo Grande/Porto Alegre, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEVILACQUA, Cleci Regina; FINATTO, Maria José Bocorny. Lexicografia e Terminografia: alguns contrapontos fundamentais. *Alfa*, v. 50, p. 41-52, 2006. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/1410/1111>.

BIDERMAN, M. T. C.. *Terminologia e Lexicografia*. Tradterm, São Paulo, p. 153-181, 2002.

BORBA, F. S. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo; Ed. Da UNESP, 2003.

ILARI, R. *Introdução ao estudo do Léxico: brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2002.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

DISCIPLINA: Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I
EMENTA: Debate teórico clássico sobre ética e seus reflexos na carreira profissional do tradutor intérprete. Posturas, atitudes, decisões e encaminhamentos nas relações de trabalho. Elementos cognitivos, linguísticos, culturais e políticos no ato tradutório. Demandas e papéis em diferentes espaços de atuação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. <i>Libras em estudo: tradução/interpretação</i> . São Paulo: FENEIS, 2012.		
LACERDA, C. B. F. de. <i>Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental</i> . Porto Alegre: Mediação. 2009.		
PAGANO, Adriana. <i>Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação</i> . 4.ed. São Paulo: Contexto, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BOFF, L. <i>Ética e moral: a busca dos fundamentos</i> . Petrópolis/RJ: Vozes. 2009.		
LACERDA, C.B.F. de; GÓES, M. C. R. de (Org.) O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades In: LODI, A. C. E. et al. <i>Letramento e Minorias</i> . Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 120-128.		

PAGANO, A., Magalhães, C., & Alves, F. (orgs.). *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SEGALA, R. R. *Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais*. Dissertação. UFSC, Florianópolis, 2010.

STEINER, G. *Depois de Babel: questões de linguagem e tradução*. Curitiba: Editora UFPR, 2005.

DISCIPLINA: Reflexões sobre Linguística Aplicada e Formação de Professores		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
<p>EMENTA: Reflexões sobre concepções de língua materna, processo de ensino-aprendizagem e crenças de aprender e ensinar línguas. Ética no processo de formação do professor e em sua atividade docente.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>ALMEIDA FILHO, J.C.P. <i>O professor de Língua materna em Formação</i>. Campinas: Pontes, 1999.</p> <p>BARCELOS, A.M.F.; VIEIRA-ABRAHÃO, M.H. (org.) <i>Crenças e Ensino de Línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores</i>. Campinas, SP: Pontes, 2006.</p> <p>CANDLIN, C. Notes for a definition of applied linguistics in the 21 century. <i>AILA Review</i>, 14, 2001.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>CELANI, M. A. A. A relevância da linguística aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: Fortkamp, M. B. M. & Tomitch, L. M. B. (orgs.). <i>Aspectos da linguística aplicada</i>. Florianópolis: Insular, 2000.</p> <p>CELANI, M.A.A. <i>Linguística aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar</i>. São Paulo: EDUC, 1992.</p>		

DAMIANOVIC, M. C. *O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político*. Linguagem e Ensino, Vol. 8, No. 2, 2005: 181-196.

MOITA LOPES, L.P. da. *Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

PEREIRA, R. C.; ROCA, P. *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009

DISCIPLINA: Educação de Surdos e Novas Tecnologias		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Educação Bilíngue
<p>EMENTA: Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, cultura digital e educação. Letramentos Digitais e educação de surdos. Educação de surdos mediada por novas tecnologias: recursos oferecidos pelo computador, pelo celular e pela internet. Educação de surdos mediada por recursos tecnológicos especializados: softwares para tradução, softwares para escrita de sinais e softwares para interação.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>COSCARELLI, C. V. (Org.) <i>Tecnologias para aprender</i>. São Paulo: Parábola: 2016.</p> <p>DUDENEY, Gavin; HOCKLY, Nicky.; PEGRUM, Mark. <i>Letramentos Digitais</i>. São Paulo: Parábola, 2016.</p> <p>SANTAELLA, Lucia. <i>Comunicação Ubíqua: Repercussões na cultura e na educação</i>. São Paulo: Editora Paulus, 2013.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>COSTA, Maria Stela Oliveira. Os benefícios da informática na educação dos surdos. <i>Momento</i>, Rio Grande, v. 20, n. 1, p. 101-122, 2011.</p> <p>FINAU, Rossana. Letramento digital em espaços de aprendizagem bilíngue para formação do aluno surdo. In: BIDARRA, J.; MARTINS, T. A.; SEIDE, M. S. (Org.). <i>Entre a Libras e o Português: desafios face ao bilinguismo</i>. Cascavel, PR: EDUNIOESTE; LONDRINA:</p>		

EDUEL, 2016. p. 117-145.

JONSON, Steve. *Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2001.

LÉVY, Pierre. *O que é o Virtual?*. São Paulo: Editora 34, 1996.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34. 1999.

DISCIPLINA: Letramento e multimodalidade		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas
EMENTA: : Identidades, discursos e multimodalidades. Letramento e multimodalidade: leitura e produção de textos multimodais. Pedagogia dos multiletramentos: multimodalidade e multiculturalidade. Multimodalidade e ensino de línguas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
RIBEIRO, Ana Elisa. <i>Textos multimodais: leitura e produção</i> . São Paulo: Parábola, 2016.		
ROJO, R. H. R; MOURA, E. (Org.). <i>Multiletramentos na escola</i> . São Paulo: Parábola Editorial, 2012.		
SOARES, Magda. <i>Letramento: um tema em três gêneros</i> . São Paulo: Autêntica, 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BARBOSA, Eva dos Reis Araujo. <i>Navegando no universo surdo: a multimodalidade a favor do ensino de português como segunda língua em um curso EAD</i> . 2016. 344 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.		
BEZEMER, Jeff; KRESS, Gunther. <i>Multimodality, Learning and Communication: a social semiotic frame</i> . London and New York: Routledge, 2016.		
COPE, B; KALANTZIS, M. (Eds.). <i>Multiliteracies: Literacy learning and the design of social futures</i> . London/NY: Routledge, 2006[2000].		

KRESS, Gunther. *Multimodality: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication*. USA and Canada: Routledge, 2010.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação Ubíqua: Repercussões na cultura e na educação*. São Paulo: Editora Paulus, 2013.

DISCIPLINA: Gêneros textuais e ensino de língua		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Estudos linguísticos I
<p>EMENTA: Percorso histórico. Conceito de texto. Recursos de organização textual e de sua função na construção do sentido. Gêneros de texto. Conceitos de gêneros textuais/discursivos. A tipologia dos gêneros textuais nos PNC. Estudo dos diferentes fatores que intervêm na organização textual-discursiva. O texto como centro do processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa como primeira e como segunda língua.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BEZERRA, B. G. <i>Gêneros no contexto brasileiro: questões [meta]teóricas e conceituais</i>. São Paulo: Parábola, 2017.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. <i>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</i>. São Paulo, Parábola, 2008.</p> <p>SALLES, H. Maria M. L. [et al.]. <i>Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica</i>. Brasília: MEC, SEESP, 2004.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BAKHTIN, M. <i>Estética da criação verbal</i>. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].</p> <p>BATISTA, R. de O. <i>O texto e seus conceitos</i>. São Paulo: Parábola, 2016.</p> <p>KOCH, I. G. V. <i>A interação pela linguagem</i>. São Paulo: Contexto, 1992.</p> <p>KOCH, I. G. V. <i>O texto e a construção dos sentidos</i>. São Paulo: Contexto, 1997.</p> <p>MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). <i>Das margens ao centro: perspectivas para as</i></p>		

políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira & Marins, 2010.

DISCIPLINA: Ensino de Português como Língua Estrangeira		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Linguística Aplicada ao ensino de Línguas
EMENTA: Ensino/aprendizagem da língua portuguesa sob a ótica das teorias de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. <i>Dimensões comunicativas do ensino de línguas</i> . Campinas: Pontes, 1993.		
BROWN, H. Douglas. <i>Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy</i> . New Jersey, Prentice Hall Regents, 1994.		
JÚDICE, N. <i>O ensino da língua e da cultura do Brasil para estrangeiros: pesquisas e ações</i> . Niterói: Intertexto, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
LIMA, Emma E. O. F. & IUNES, Samira A. <i>Falar... ler... escrever... português</i> . Um curso para estrangeiros. São Paulo: EPU, 1999.		
LIMA, Emma E. O. F. e IUNES, Samira A. <i>Português via Brasil</i> . Um curso avançado para estrangeiros. São Paulo, EPU, 1990.		
MASIP, Vicente. <i>Gramática do português como língua estrangeira</i> . Fonologia, ortografia e morfossintaxe. São Paulo: EPU, 2000.		
NEVES, Maria Helena de Moura. <i>Gramática de usos do português</i> . São Paulo: UNESP, 2000.		
UR, Penny. <i>A course in language teaching: theory and Practice</i> . Great Britain, Cambridge University Press, 1996		

DISCIPLINA: Estudos Surdos II		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Estudos Surdos I
EMENTA: História educação de surdos. História cultural. Literatura surda. Política surda. Resistências surdas. Pedagogia surda. Legislação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
DORZIAT, Ana. <i>Estudos Surdos: diferentes olhares</i> . Porto Alegre: Mediação, 2011.		
PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. <i>Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas</i> . 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.		
QUADROS, Ronice Müller de. <i>Estudos Surdos 3</i> . Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. <i>Comunicação por língua brasileira de sinais</i> . 2.ed. Brasília: SENAC, 2005.		
QUADROS, Ronice Müller de. <i>Estudos Surdos 1</i> . Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2006.		
QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. <i>Estudos Surdos 2</i> . Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007.		
SANTANA, Ana Paula. <i>Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas</i> . São Paulo, SP: Plexus, 2007.		
SKLIAR, Carlos (Org.). <i>A surdez: um olhar sobre as diferenças</i> . 5. ed. Porto Alegre: Mediação 2011.		

DISCIPLINA: LIBRAS Acadêmica		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Língua Brasileira de Sinais IV
EMENTA: Normatização de trabalhos acadêmicos em LIBRAS. Estrutura do discurso acadêmico filmado. Tecnologias de vídeo e seu impacto nas pesquisas sobre língua de sinais. Prática de produções acadêmicas em LIBRAS.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CLARK, Walter; LIMA, Fernando Barbosa. Um Pouco de História e Reflexão sobre a Televisão Brasileira. In: MACEDO, Cláudia; FALCÃO, ângela; ALMEIDA, Cândido José Mendes. <i>TV ao Vivo: Depoimentos</i> . Rio de Janeiro, Brasiliense, 1988.		
DUBOIS, Philippe. <i>Cinema, Vídeo, Godard</i> . São Paulo, Cosac-Naify, 2004.		
FELLIPPE, T. <i>Libras em contexto</i> . MEC/FENEIS, Brasília, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CHION, Michel. <i>Audio-Vision: Sound on Screen</i> . New York, Columbia, 1994.		
ELLIS, John. <i>Visible Fictions - Cinema: Television: Video</i> . London, Routledge, 2003.		
LACERDA, C. B. F. de. <i>Surdez, processos educativos e subjetivos</i> . Editora Lovise, São Paulo, 2000.		
LIBRAS. <i>Dicionário</i> . Disponível em: http://www.acesobrasil.org.br/Libras/ . Acesso em: janeiro de 2009.		
QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P.. <i>Idéias para ensinar português para alunos surdos</i> . SEESP, Brasília, 2006		

DISCIPLINA: Literatura Surda II		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Literatura Surda I
EMENTA: Poesia em LIBRAS. Produções poéticas sinalizadas. Discussões sobre o empoderamento do sujeito surdo por meio de criações poéticas. Uso da tecnologia para		

manifestações poéticas em LIBRAS.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BENASSI, Claudio Alves. Poiesis da LIBRAS e da escrita das línguas de sinais (ELiS): A utilização da visualidade da língua e da ELiS na poética de Duarte. In.: <i>Anais do I Círculo de Estudos de Escrita das Línguas de Sinais (CEELiS)</i>. 04 de dez. de 2015. Disponível em www.codimus.net/anais/iceelis/. Consulta em 20 de abril de 2016.</p> <p>MACHADO, F. <i>A árvore de Natal</i>. Rio de Janeiro (RJ): LSB Vídeo, 2005. 1 DVD (20 min), som, cor.</p> <p>SUTTON-SPENCE, Rachel. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). <i>Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais</i>. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008, p. 339-349.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p><i>LITERATURA surda em LSB</i>. Produção: Joe Dannis. Direção: Yon Lee. Criação: Nelson Pimenta. Tradução (LIBRAS-Português): Luiz Carlos Freitas. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 1999. 1 DVD (60 min).</p> <p>LOWENFELD, V. & BRITTAIN, W.L. <i>Desenvolvimento da capacidade criadora</i>. São Paulo: Mestre Jou, 1977.</p> <p>MASON, Rachel. <i>Por uma arte-educação multicultural</i>. Campinas: Mercado das Letras, 2001.</p> <p>MÜLLER, Ana Cláudia. <i>Narrativas surdas: entre representações e traduções</i>. dissertação de Mestrado. Puc- Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>PORTO, Shirley B. das Neves. <i>De poesia, muitas vozes, alguns sinais: vivências e descobertas na apreciação e Leitura de poemas por surdos</i>. Dissertação de mestrado/ Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino – UFCG, 2007.</p>

DISCIPLINA: Conversação Intercultural		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Estudos interculturais
EMENTA: Princípios organizatórios da conversação em LIBRAS. Estratégias interacionais para iniciar, interromper e fazer manutenção de tópicos e reparos na conversa		

face-a-face em língua de sinais. Negociação de sentidos na interação intercultural surdo-ouvinte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, E. C. *Atividades ilustradas em sinais da Libras*. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. *Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: O Mundo dos Surdos em Libras*. São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. *Curso de Libras*. Nível I. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARCHUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. *Curso de Libras*. Nível II. 2009.

QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos Surdos III*. Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2008.

SÁ, N. R. L. de. *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. Manaus: INEP, 2002.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

DISCIPLINA: Literatura e Tecnologia		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Introdução aos Estudos de Literatura
EMENTA: Uso de ferramentas tecnológicas para análise literária. Laboratório de construção literária através do uso da tecnologia. Produções literárias em língua de sinais e tecnologia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BARBOSA, R. M. <i>Ambientes Virtuais de Aprendizagem</i> . Porto Alegre: Artmed, 2005.		
FREITAS, L. C. <i>A internet como fator de exclusão do surdo no Brasil</i> . Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2007.		

MERTZANI, M. Reflexões sobre a língua de sinais e a cultura surda em ambientes de comunicação mediada por computador (CMC): explorações e considerações iniciais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). *Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais*. Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008, p. 367-380.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Júlio César (org.) *Internet & Ensino: novos gêneros, outros desafios*. Lucerna. Rio de Janeiro. 2007.

COSCARELLI, C. V. *Letramento Digital*. Autêntica, 2007.

GEE, James Paul. *What vídeo games have to teach us about learning and literacy*. Palgrave Macmillian, 2003.

JONSON, Steve. *Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2001.

PRETTO, N. *Uma escola sem/com futuro, educação e multimídia*. São Paulo, Papyrus, 2001.

DISCIPLINA: LIBRAS: Transcrição e escrita		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	---
EMENTA: Transcrição de enunciados em LIBRAS por meio de glosas. Uso sistema de escrita de sinais para o registro de enunciados em LIBRAS. Legendagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARAÚJO, V. L. S. <i>Por um modelo de legendagem para Surdos no Brasil</i> . In VERAS, V. (org.). Tradução e Comunicação, Revista Brasileira de Tradutores, São Paulo: UN BERO, n. 17, p. 59–76, 2008.		
BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. <i>Escrita de Sinais sem mistérios</i> . 2. Ed. rev. atual. e ampl. – Salvador, v.1: Libras Escrita, 2015.		
STUMPF, M. R.; QUADROS, R. M. de; LEITE, T. de A. (Orgs.) <i>Estudos da língua brasileira de sinais</i> . Série Estudos de Língua de Sinais. V.II. Florianópolis: Insular. 2014.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto n. 5.626* - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm, acesso em set de 2016.

CAPOVILLA, F.C., RAPHAEL, W.D.. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlíngua da Língua de Sinais Brasileira*, Volumes I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CHAVES, É. G. Legendagem para Surdos e Ensurdecidos: Um estudo Baseado em Corpus da Segmentação nas legendas de filmes brasileiros em DVD. 130f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE, 2012.

PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne. *Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas*. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.

QUADROS, R. M. de. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos- Brasília: MEC; SEESP, 2004.

DISCIPLINA: LIBRAS em contextos		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	Língua Brasileira de Sinais IV
EMENTA: Aprimoramento da estrutura linguística da LIBRAS através de práticas conversacionais; aperfeiçoamento da compreensão e produção em língua de sinais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BERNARDINO, Elideia Lucia. <i>Absurdo ou lógica?: a produção linguística do surdo</i> . Belo horizonte: Editora Profetizando vida, 2000.		
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. <i>Libras: conhecimento além dos sinais</i> . São Paulo: Pearson Brasil, 2011.		
RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia Valente. <i>Aspectos linguísticos das Libras</i> . São Paulo: Iesde, 2011.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. *LIBRAS em contexto*. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

QUADROS, R. M. de; CRUZ, C. R. *Língua de sinais: instrumentos de avaliação*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ALMEIDA, E. C. *Atividades ilustradas em sinais da Libras*. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

CAPOVILLA, Fernando César, RAPHAEL, Walkíria Duarte. *DICIONÁRIO enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira: Libras*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 2. v. ESPAÇO. Rio de Janeiro, RJ: INES, 1990.

DISCIPLINA: Análise de Discurso		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Estudos Linguísticos II
EMENTA: Perspectiva histórica da Análise do Discurso. Filiações teóricas. A AD de linhas francesa e anglo-saxônica. O Discurso. A noção de sujeito. As condições de produção do discurso. Conceitos para mobilização e possibilidade de análise.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRANDÃO, Helena H. Nagamine. <i>Introdução à análise do discurso</i> . Campinas: ed. da UNICAMP, 2002.		
ORLANDI, Eni P. <i>Análise de Discurso: princípios e procedimentos</i> . Campinas: Pontes, 2011.		
MAINGUENEAU, Dominique. <i>Novas Tendências em Análise do Discurso</i> . 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FIORIN, José Luiz. <i>Elementos de Análise do Discurso</i> . 2. ed., São Paulo. Contexto: 1998		

MAINGUENEAU, Dominique & CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2003.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. *Introdução à Lingüística*. Vol. 2. 3ª ed. São Paulo. Cortez: 2003.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Campinas, Pontes: 1999.

PÊCHEUX, M. *O discurso*. 5.ed. Campinas, Pontes: 2009.

DISCIPLINA: Educação Ambiental		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
<p>EMENTA: As principais causas de problemas ambientais; efeitos da degradação ambiental do meio ambiente; a importância da conservação ambiental; queimadas; desmatamento; lixo; poluição ambiental; impacto ambiental das grandes barragens; problemas de impacto ambiental no Piauí. Fundamentos teórico-metodológicos da Educação ambiental. Educação Ambiental: conceito e importância no ensino fundamental e médio. Relação entre saúde, educação e meio ambiente. As dimensões do desenvolvimento sustentável.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>DIAS, Genebaldo Freire. <i>Atividades interdisciplinares de educação ambiental</i>. 2. ed. São Paulo, SP: Gaia, 2006.</p> <p>GUIMARAES, Mauro. <i>A dimensão ambiental na educação</i>. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.</p> <p>MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. <i>Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação</i>. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BRASIL. Ministério da Educação. <i>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental</i>. Brasília: 2012.</p> <p>SANTOS, Ethynna Marina Correa. <i>Abordagem em educação ambiental: elaboração de um guia ilustrado da fauna do parque Zoobotânico de Teresina - PI</i>. Teresina, PI: EDUFPI, 2012.</p> <p>ISAIA, Enise Bezerra Ito (org). <i>Reflexões e práticas para desenvolver a educação ambiental na escola</i>. Santa Maria: Ed. IBAMA, 2000.</p>		

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. *Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

NEAD, O. *Ensino de ciências e educação ambiental*. Cuiabá: NEAD, IE, UFMT (CDROM) 2001.

DISCIPLINA: Relações Sócio-Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
<p>EMENTA: Educação para as relações sócio-étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Trabalho, produtividade e diversidade cultural. As questões éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>MCLAREN, Peter. <i>Multiculturalismo crítico</i>. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu Da Silva (org). <i>Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação</i>. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>CANCLINI, Néstor Garcia. <i>Culturas Híbridas</i>. Edusp: São Paulo, 2003</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>RIBEIRO, Darcy. <i>O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.</p> <p>BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. <i>Superando o racismo na escola</i>. 2. ed. Brasília: Ministério da educação, 2005.</p> <p>BRASIL. <i>Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03</i>. Brasília: Ministério da educação, 2005.</p> <p>PAIXÃO, Marcelo. <i>Desigualdade nas questões racial e social</i>. Rio de Janeiro: DP&A,</p>		

2003.

SANTOS, Renato Emerson dos. (org.) *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Gutemberg, 2009.

DISCIPLINA: Letramento e Surdez		CÓDIGO:
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Educação Bilíngue
<p>EMENTA: O processo de aquisição de língua pelo sujeito surdo. O processo de ensino-aprendizagem de língua pelo sujeito surdo. Conceitos de letramento. Estudo das práticas sociais de leitura e escrita e análise de sua relação com as práticas escolares. Letramento e Surdez. Práticas de letramento na relação LIBRAS/Português.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G. <i>A escola e o público alvo da educação especial: apontamentos atuais</i>. São Carlos: ABPEE/Marquezine & Manzini Editora, 2014.</p> <p>SIGNORINI, I. (Org.). <i>Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento</i>. Campinas: Mercado de Letras, 2001.</p> <p>FERNANDES, E. (Org.). <i>Surdez e Bilinguismo</i>. Porto Alegre: Meditação, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>FERNANDES, Sueli. Letramento na Educação Bilíngue para Surdos. In: BERBERIAN, Ana Paula; MASSI Giselle; DE ANGELIS, Cristiane C. Mori (orgs.) <i>Letramento: referências em Saúde e Educação</i>. São Paulo: Plexus, 2006.</p> <p>FERNANDES, Sueli. <i>Educação bilíngue para surdos: trilhando caminhos para a prática pedagógica</i>. Curitiba: SEED/DEE, 2004.</p> <p>SKLIAR, Carlos. (Org.). <i>Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos</i>. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.</p> <p>LODI, A. C. et al. (Org.). <i>Letramento e minorias</i>. Porto Alegre: Mediação, 2002.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. <i>Libras / Ronice Müller de Quadros</i>; editores científicos Tommaso Raso, Celso Ferrazi Jr. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019</p>		

DISCIPLINA: Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa	CÓDIGO
PRÉ-REQUISITOSREQUISITO:	-----
<p>EMENTA: Estudo da prosa de ficção de autores expoentes das literaturas africanas de expressão portuguesa. Conceitos teóricos que norteiam o fazer literário contemporâneo: categorias narratológicas tradicionais. História das literaturas: hibridismo linguístico, humor, tradições africanas, visão de mundo, tempo e espaço, percepção.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	
<p>ABDALA JUNIOR, Benjamin. <i>De Vãos e Ilhas: literatura e comunitarismos</i>. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.</p> <p>CHAVES, Rita. <i>A formação do romance angolano</i> – Maputo; São Paulo: FBLP; Via Atlântica USP, 1999.</p> <p>HAMILTON, Russell - <i>Literatura africana, literatura necessária</i>. Lisboa, Ed. 70, 1981</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	
<p>BARBEITOS, Arlindo; APA, Livia e DÁSKALOS, Maria Alexandre (Org). <i>Poesia africana de língua portuguesa</i>. Rio de Janeiro: Lacerda editores, 2003.</p> <p>CHAVES, Rita. <i>Angola e Moçambique</i>. Experiência colonial e territórios literários. Cotia: Ateliê editorial, 2005.</p> <p>DOSSIÊ de LITERATURAS AFRICANAS. Revista <i>Via Atlântica</i>. Programa de Pós-graduação em Estudos comparados da FFLCH da USP/São Paulo (Vários números)</p> <p>MACEDO, Tania. <i>Angola e Brasil: estudos comparados</i>. São Paulo: Via Atlântica, 2002.</p> <p>MADRUGA, Elisalva. <i>Nas trilhas da descoberta: a repercussão do modernismo brasileiro na literatura angolana</i>. João Pessoa: Editora Universitária, 1998.</p>	

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INFRAESTRUTURA ACADÊMICA

7.1 Infraestrutura Física e Acadêmica

Considerando a estrutura física do *Campus* sede, curso de Letras Libras é vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Letras e possui particularidades que necessitam ser destacadas.

Por ser um curso que desenvolve estudos linguísticos que envolvem uma língua de modalidade viso-espacial, o uso de instrumentos e recursos visuais é recorrente. Portanto, nesse ambiente acadêmico, é corriqueira a realização de atividades e pesquisas com o uso de vídeos e a produção de material didático visualmente adaptado.

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
01.	Sala de aula	05
02.	Laboratório de edição	01
03.	Gabinete de professor	14
04.	Sala de Intérpretes	01
05.	Miniauditório	01
06.	Secretaria	01
07.	Coordenação	01
08.	Copa	01
09.	Banheiro	04
10.	Banheiro PNE	02

11.	Projetor multimídia	04
12.	Câmera fotográfica Sony	01
13.	Aparelho gravador	04
14.	Microfone estúdio yoga ygm-400	02
15.	Filmadora fotográfica digital	01
16.	Filmadora digital	02
17.	Computador tipo 1	03
18.	No-break 1.400 VA	03
19.	Desktop – CPU	01
20.	Tela tipo 1	01
21.	Impressora Lexmark MS610de	01

7.2 Biblioteca

As demandas bibliográficas do curso de Licenciatura em Letras Libras são atendidas pela Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco (BCCB), a qual contém atualmente, em seu acervo, apresenta obras constantes nas bibliografias obrigatórias e complementares utilizadas nas disciplinas do curso em quantidade suficiente de exemplares para atender tanto aos alunos do Curso de Letras Libras. Complementarmente, também podem ser considerados os exemplares existentes em todas as bibliotecas setoriais da UFPI.

Quanto às solicitações à BCCB para atualização do acervo bibliográfico referente ao curso, são seguidas as orientações contidas no PDI sobre a política de atualização do acervo das bibliotecas integrantes Sistema de Bibliotecas da UFPI.

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 Equivalência entre projetos pedagógicos

Não haverá equivalência entre projetos pedagógicos de Letras Libras Parfor/UFPI, uma vez que o projeto que se apresenta difere substancialmente dos anteriormente implementados.

8.2 Cláusula de vigência

Este PPC entrará em vigor a partir da implantação da primeira turma aprovada pelo Edital Capes nº 8/2022, no segundo semestre do ano de 2022.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel de (org.). **Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores**. 1. ed. São Paulo: Cortez: 2011. p. 19-43.

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido. A construção da pedagogia universitária no âmbito da Universidade de São Paulo. *In*: PIMENTA, Selma Garrido; ANDRÉ, Marli. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. *In*: ANDRÉ, Marli (org.). **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papyrus, 2016. p. 17-34. (Série Prática Pedagógica).

BALL, Stephen J. Cidadania global, consumo e política educacional. *In*: SILVA, Luiz Heron da (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-137.

BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. 23. ed. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Fundação CAPES**. Nossas ações. Formação de professores da educação básica. Parfor, 2019. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Lei n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=lei-no-12711-de-29-de-agosto-de-2012>. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Lei n. 13.409**, de 28 de dezembro de 2016, altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-norma-pl.html>. Acesso em 22.mar.2022

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 jan. 2009a. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=decreto+n.+6.755+de+29+de+janeiro+de+2009>. Acesso em: 1 fevereiro 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC n. 09**, de 05 de maio de 2017, altera a Portaria Normativa MEC n. 18, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa MEC n. 21, de 5 de novembro de 2012, e dá outras providências. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20200505/do1-2017-05-08-portaria-normativa-n-9-de-5-de-maio-de-2017-20200490. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 21 jul. 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 22, de 07 de novembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Portaria Capes n. 220**, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Regulamento do Parfor. Disponível em <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3785/portaria-capes-n-220>. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Portaria Normativa MEC n. 9**, de 30 de junho de 2009, que institui o Parfor no âmbito do Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/port_normt_09_300609.pdf. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização,

reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.752**, de 09 de maio de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8752-9-maio-2016-783036-publicacaooriginal-150293-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02/97**. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB02_97.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 11 de fevereiro de 2009, estabelece Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rcp01_09.pdf. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2**, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 4**, de 17 de dezembro de 2018, institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Disponível em https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640296. Acesso em 22.mar.2022.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2019. Republicada em 15.04.2020.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 61, de 11 de novembro de 2011**. Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência de recursos financeiros para a oferta de bolsas-formação em cursos de educação profissional e tecnológica vinculados aos serviços nacionais de aprendizagem, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2011.

Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3489-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-61-de-11-de-novembro-de-2011>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. 2. ed. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2012.

CORDEIRO, G.N.K.; REIS, N.da S.; HAGE, S. M. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. *In: Revista Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2004.

FAZENDA, Ivani. A aquisição de uma formação interdisciplinar de professores. *In: FAZENDA, Ivani (org.). Didática e interdisciplinaridade*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-20.

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. *In: FAZENDA, Ivani (org.). O que é interdisciplinaridade?* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 21-32.

FERRO, Maria da Glória Duarte. Formação interdisciplinar de professores da educação básica: o projeto formativo do Parfor/UFPI em foco. *In: MOURA, João Benvindo de; FERRO, Maria da Glória Duarte; VIANA, Bartira Araújo da Silva (org.). Professores em formação: saberes e práticas - interdisciplinaridade em foco*. Teresina: EDUFPI, 2019. p. 99-122. (Coleção Professores em Formação).

FERRO, Maria da Glória Duarte. Projeto formativo interdisciplinar: a experiência do Parfor no contexto da UFPI. *In: SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira; FRISSELLI, Rosângela Ramsdorf Zanetti (org.). O Parfor, a formação e a ação dos professores da educação básica*. v. 2. Londrina: PARFOR/UDEL, 2017. p. 335-348.

FLORES, Maria Assunção. Desafios atuais e perspectivas futuras na formação de professores: um olhar internacional. *In: FLORES, Maria Assunção (org.). Formação e desenvolvimento profissional de professores: contributos internacionais*. Tradução: Lílíana Fernandes. Coimbra: ALMEDINA, 2014. p. 217-238. (Coleção de Ciências da Educação e Pedagogia).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014. (Leituras Filosóficas).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 17. ed. Tradução: Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução: Moacir Gadotti, Lilian Lopes Martin. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Educação e Comunicação, v. 1).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE**, Campus Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, jan.-jun./ 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 8 mar. 2019.

GATTI, Bernardete Angelina *et al.* **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

GIMONET, J.C **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

GIROUX, Henry A. Pedagogia crítica, política cultural e o discurso da experiência. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997c. p. 123-144.

GIROUX, Henry A. Professores como intelectuais transformadores. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997b. p. 157-164.

GIROUX, Henry A. Repensando a linguagem da escola. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997a. p. 33-41.

GIROUX, Henry A.; MACLAREN, Peter. A educação de professores e a política de reforma democrática. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997a. p. 194-212.

GIROUX, Henry A.; PENNA, Anthony N. Educação social em sala de aula: a dinâmica do currículo oculto. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 55-77.

GIROUX, Henry A.; SHUMWAY, David; SMITH, Paul; SOSNOSKI, James. A necessidade de estudos culturais. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma**

pedagogia crítica da aprendizagem. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 179-193.

GIROUX, Henry A.; SIMON, Roger. Estudo curricular e política cultural. *In*: GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 165-178.

GOMES, Marineide de Oliveira; PIMENTA, Selma Garrido. Unidade teoria e prática e Estágios Supervisionados na formação de professores polivalentes: indícios de inovação em cursos de pedagogia no Estado de São Paulo. *In*: PEDROSO, Cristina Cinto Araújo *et al* (org.). **Cursos de pedagogia**: inovações na formação de professores polivalentes. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019. p. 61-111.

LENOIR, Yves. Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1998. p. 45-75.

LIBÂNEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GHENDIN, Evandro. (org.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um contexto. São Paulo: Cortez, 2002. p. 53-79.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.) **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 15-61.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de linguística aplicada**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

NÓVOA, António. **O regresso dos professores**. Pinhais: Melo, 2011.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a02.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2018

PÉREZ-GÓMEZ, Angel I. A função e formação do professor/a no ensino para a compreensão: diferentes perspectivas. *In*: SACRISTÁN, José Gimeno; PÉREZ-GÓMEZ, Angel I. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 353-379.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Tradução: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Construir competências desde a escola**. Tradução: Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. 2. ed. Tradução: Helena Faria, Helena Tapada, Maria João Carvalho, Maria Nóvoa. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. (Nova Enciclopédia; Temas de educação -3).

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 15-38.

PIMENTA, Selma Garrido. Panorama atual da didática no quadro das ciências da educação: educação, pedagogia e didática. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Pedagogia, ciência da educação?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 39-70.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-52.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação – Série saberes pedagógicos).

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção memória).

SCHEIBE, Leda. Formação dos profissionais da educação pós-LDB: vicissitudes e perspectivas. *In*: VEIGA, Ilma Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (org.). **Formação de professores: políticas e debates**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 45-60. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SEVERINO, Antonio Joaquim. Preparação técnica e formação ético-política dos professores. *In*: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 71-89.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Tradução: Francisco Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TARDIF, Maurice; GAUTHIER, Clermont. A pedagogia de amanhã. *In*: GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice (org.). **A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. 3. ed. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 423-436.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **RBE - Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 39, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/site/rbe/rbe>. Acesso em: 8 mar. 2019.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 15. ed. Tradução: Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Tradução: Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 2011.

UFPI. **Estatuto da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, PI: UFPI, 2004.

UFPI. **Portaria PREG/CAMEN/UFPI n. 330**, de 22 de junho de 2017, que aprova as Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação da UFPI. Teresina, PI:UFPI, 2017.

UFPI. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia da UFPI**. Teresina, PI, 2018.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 053/2019**, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos de cursos de graduação da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 076**, de 20 de maio de 2019, que dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes público-alvo da educação especial. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 115**, de 28 de junho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena - Formação de Professores da Educação Básica e define o Perfil do Profissional da Educação formado na UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2005.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 148**, de 18 de outubro de 2019, que altera a Resolução CEPEX/UFPI n. 177/2012. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 177**, de 05 de novembro de 2012, que aprova as normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI e suas alterações. Teresina, PI: UFPI, 2012.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 220**, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2016.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 35/2014**, que aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária na UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2014.

UFPI. **Resolução CEPEX/UFPI n. 53**, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2019.

UFPI. **Resolução CONSUN/UFPI n. 20**, de 29 de junho de 2020, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024). Teresina, PI: UFPI, 2020.

UFPI. **Resolução CONSUN/UFPI n. 21**, de 21 de setembro de 2000, aprova o Regimento Geral da UFPI. Teresina, PI: UFPI, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Alternativas pedagógicas para a formação do professor da educação superior. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; VIANA, Maria Quevedo Quixadá (org.). **Docentes para a educação superior: processos formativos**. Campinas: Papyrus, 2010. p. 13-27. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação superior: políticas educacionais, currículo e docência**. Curitiba: CRV, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Professor: tecnólogo do ensino ou agente social? *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (org.). **Formação de professores: políticas e debates**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012. p. 61-86. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1993.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZEICHNER, Kenneth M. (org.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 61-83

ZEICHNER, Kenneth M. A pesquisa-ação e a formação docente voltada para a justiça social: um estudo de caso dos Estados Unidos. *In*: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio;
ZEICHNER, Kenneth M. Alternative paradigms of teacher education. **Journal of Teacher Education**. v. XXXIV, number 3, p. 3-9, may/June. 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002248718303400302>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ZEICHNER, Kenneth M. Formação de professores para a justiça social em tempos de incerteza e desigualdades crescentes. *In*: DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; ZEICHNER, Kenneth M. (org.). **Justiça social: desafio para a formação de professores**. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 11-34.

